



NUPEM
Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar

SEGREGAÇÃO SALARIAL NO MERCADO DE TRABALHO DE CAMPO MOURÃO

Patrícia Estanislau, Grupo de Pesquisa¹, Fecilcam, patiestanislau@yahoo.com.br
Me. Rosangela Maria Pontili¹ (OR), Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br

Introdução

O mercado de trabalho é um espaço de socialização de indivíduos e uma instituição na qual os agentes econômicos transacionam à preços determinados a capacidade laboral que têm. Segundo Leite (2000), a demanda por mão-de-obra requer uma compreensão sobre a estrutura e funcionamento do processo produtivo, a função de produção e o comportamento de empresas que determinam a quantidade demandada de trabalho. A oferta de mão-de-obra mostra o comportamento dos trabalhadores e o processo de formação dos agentes econômicos em relação à economia e política econômica. Tafner (2006), diz que as instituições do mercado de trabalho provêm regras para seu funcionamento, determinando, de maneira direta e indireta o relacionamento entre empresas e indivíduos.

No mercado de trabalho analisa-se e explica-se a função de produção tendo o indivíduo no processo produtivo, revelando a interação entre empresas e trabalhadores na determinação dos níveis de emprego, renda nacional e a própria atividade econômica, se estuda também, como ocorre o desemprego, o nível de salários e a própria capacidade produtiva do país. É no mercado de trabalho que se origina a função de oferta agregada, que demonstra como ocorre a produção nacional de bens e serviços. Isso permite o estudo de como ocorrem problemas como a inflação, ciclos econômicos e o crescimento econômico diferenciado entre países.

Quanto às imperfeições, no mercado de trabalho há segregação. A segregação é uma espécie de separação, discriminação que pode, às vezes, levar o indivíduo a afastar-se da sociedade. O termo segregação foi usado primeiramente por Mendel, em sua primeira lei, que dizia que só os mais fortes sobreviviam. A segregação Salarial “é uma discriminação muito discutida por estudiosos” (MORI, 2008) e existem vários tipos de segregação salarial.

De acordo com Coelho e Corseuil (2002, p. 2). “Na medida em que há aumento da educação do trabalhador o torna mais produtivo, também aumenta sua remuneração, o que tende a fazer com que diferenciais de educação entre trabalhadores se explicitem na forma de diferenciais salariais”. Outro tipo de segregação salarial se refere às diferenças de gênero. Soares (2000) fala que, no Brasil, além de existir discriminação salarial entre homens e mulheres, há diferenciais também entre indivíduos brancos e não brancos. Barros, Franco e Mendonça (2007) demonstram que há segregação salarial entre os setores formais e informais na economia assim como nas localidades rurais e urbanas.

Em vista do acima exposto, o objetivo principal deste trabalho é mostrar se há segregação salarial no mercado de trabalho de Campo Mourão, observando-se as características da população ocupada do município. Acredita-se que como resultado final deste trabalho ter-se-á a comprovação de que a renda masculina é maior que a renda feminina e que no setor formal da economia se tem rendimentos maiores que no setor informal. Também se acredita que a localidade urbana possui um rendimento mensal maior que a localidade rural e que indivíduos brancos tem rendimentos maiores que indivíduos que se dizem da cor preta, parda ou indígena.

Procedimentos Metodológicos

Será usado, para alcançar o objetivo deste trabalho, a análise econométrica com Regressão Linear Múltipla pelo método dos mínimos quadrados ordinários, procedimento que nos dará a resultados matemáticos que comprovarão as hipóteses em questão. Serão utilizados os dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com amostra para o município de Campo Mourão.

Análises e Discussões

Na tabela 1 têm-se os resultados obtidos com a análise econométrica. Como característica do trabalhador verifica-se que, quanto maior a escolaridade, maior o salário obtido pelo trabalhador. Isto porque, conforme o trabalhador adquire conhecimento sua capacidade de raciocinar lhe permite uma maior produtividade e eficiência. Isso causa um diferencial produtivo entre os trabalhadores já que o indivíduo que possui maior escolaridade tem maiores aptidões para desenvolver tarefas com grau de dificuldade maior o que o faz ter um adicional em seu rendimento.

No tocante ao gênero, o coeficiente estimado para essa variável binária, teve um resultado positivo e significativo, permitindo dizer que o sexo masculino possui um salário mensal maior que o sexo feminino. Porém espera-se que a cada geração o diferencial de salários mensais masculinos e femininos diminua.

Tabela 1 – Estimativa dos Coeficientes para as características dos Trabalhadores

Variáveis	Coeficiente	Teste t
Intercepto	4.1488	29.34*
Característica do Trabalhador		
Escolaridade	0.0853	16.85*
Gênero (masculino = 1)	0.7266	14.96*
Localidade (urbana = 1)	0.6259	6.43*
Setor (formal = 1)	0.5711	12.86*
<i>Cor ou raça (branco foi omitido)</i>		
Preto	-0.1276	-0.92
Amarelo	0.4644	2.34**
Pardo	-0.2020	-3.68
Indígena	-0.2794	-0.75
Teste F		70.98*
R ²		0.2452
Numero de Observações	3070	

FONTE: O autor

Nota: * denota significância ao nível de 1%; ** denota significância ao nível de 5%; ***denota significância ao nível de 10%

Quanto à localidade, o valor obtido para o coeficiente para essa variável binária, que também possui resultado positivo, revela que a localidade urbana recebe valores salariais maiores do que a localidade rural. Vê-se, ainda, que o setor formal possui salários mais elevados devido ao sinal positivo do coeficiente, que também foi significativo. Os trabalhadores do setor formal são aqueles com carteira assinada e com um salário fixo mensal. Os trabalhadores informais, geralmente dependem de um rendimento que não é fixo. Em função disso, a renda do trabalhador formal é facilmente estimada, garantindo-lhe segurança, o que não acontece no setor informal, gerando instabilidade para estes últimos.

Quando se olha a característica do individuo em relação a cor ou raça, essa variável binária teve que omitir a cor branca para não ocorrer em um problema estatístico de multicolinearidade. Mesmo a variável de cor preta, não tendo um grau de significância bom, seu sinal pode ser analisado de forma que se percebe que os indivíduos de cor branca possuem rendimentos maiores do que os indivíduos de cor preta. O mesmo resultado foi obtido com a variável de cor parda e indígena, ambas não possuem o grau de significância para tornarem-se confiáveis, no entanto, o sinal obtido nos diz que brancos auferem rendimentos maiores se comparado com essas raças. Interessante o resultado quando se olha o rendimento da raça amarela, pois, seu rendimento é maior que o rendimento da cor branca e seu grau de significância é totalmente aceitável.

Considerações Finais

Comprovadas as hipóteses em questão e conquistando o objetivo do trabalho, percebeu-se que há segregação salarial no mercado de trabalho de Campo Mourão. Acredita-se, entretanto, que os diferenciais de rendimentos podem ser corrigidos através da implantação de políticas públicas que visem a justa inserção de mulheres e negros no mercado de trabalho. Além disso, a adoção de uma legislação trabalhista, menos onerosa causaria uma maior inserção de trabalhadores formais na economia. Políticas que ajudem o trabalhador rural resultariam também em um aumento de renda. No entanto, o mais importante seria uma mudança do governo em relação à educação, com políticas que enfatizassem e melhorassem o ensino e que também incentivem a qualificação profissional, tornando-os mais bem remunerados.

Nota

¹ Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Regionais: Geo Histórico, Sócio-Cultural, Econômico, Educacional e Ambiental, estando inserida na linha de pesquisa “Gestão dos recursos ambientais, trabalho e sociedade”.

Referências

- BARROS, Ricardo; SOARES, Samuel; MENDONÇA., Rosane; “Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil.”Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.2007.30 p. (Texto de Discussão 1288) Disponível em:www.ipea.gov.br Acesso em: 20/08/2008.
- COELHO, Alexandre Mori; CORSEUIL, Carlos Henrique. “Diferenciais Salariais no Brasil: Um breve panorama”.Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.2000.21 p. (Texto de Discussão 898) Disponível em:www.ipea.gov.br Acesso em: 20/08/2008
- LEITE, J. A. A. **Macroeconomia:teorias, modelos, e instrumentos de política econômica**.São Paulo: Atlas, 2000. p.436

MORI, Juliana Sampaio. “Diferenciais de Salários nas atividades agrícolas: aspectos estruturais e determinantes regionais”. Piracicaba: ESALQ, 2008.98p. (dissertação) Disponível em: www.usp.gov.br. Acesso em: 20/08/2008.

SOARES, Sergei Suares Dillon. “O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negra”. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.2000.28 p. (Texto de Discussão 769) Disponível em: www.ipea.gov.br Acesso em: 20/08/2008

TAFNER, Paulo. **BRASIL: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. p.235.

A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DE CAMPO MOURÃO E TOLEDO – PR. COMO PÓLOS REGIONAIS, NO PERÍODO DE 1996 a 2006

Paulo Roberto Santana Borges¹, TIDE, Ciências Econômicas, Fecilcam, paulorsb@yahoo.com.br

O Brasil é um país que apresenta desigualdades sócio-econômicas, quer por suas características geográficas (extensão territorial do nosso país), ou pelas condições econômicas regionais e, até mesmo, pela capacidade intelectual e empresarial, bem como pela visão administrativa dos governantes e dos empresários. Isto leva ocorrência de alguns diferenciais na dinâmica de crescimento dos estados, regiões e municípios.

É nesse contexto que esse trabalho está inserido, uma vez que pretendemos identificar as dinâmicas de desenvolvimento que envolve os municípios pólos regionais de Campo Mourão e Toledo, durante o período de 1996¹ a 2006, tratando assim de: “a dinâmica de desenvolvimento dos municípios”.

A escolha dos municípios ocorreu em função das possíveis peculiaridades existentes em relação: a produção, atividades econômicas, posição geográfica e o capital social. A grande motivação na elaboração da dissertação proposta está em identificar se ocorrem desigualdades sociais e econômicas entre esses municípios e quais os níveis de crescimento ou estagnação dos mesmos. Pretendemos ainda verificar qual a participação do capital social no referido desenvolvimento.

Assim, esse trabalho propõe-se discutir problemas comuns e estratégias de crescimento e desenvolvimento, levando-se em conta algumas variáveis importantes, tais como: a infra-estrutura, tecnologia, renda e universidade; bem como as carências, isolamento econômico. Daí, também a importância de traçar esse comparativo inter-regional, levando-se em consideração a representatividade dos municípios objeto desse estudo, no cenário econômico estadual e regional.

A expectativa é de identificar os possíveis gargalos existentes no município de Campo Mourão, dado seu crescimento e desenvolvimento econômico ter sido inferiores ao município de Toledo. Nesse sentido, estará sendo analisado o crescimento e o desenvolvimento econômico dos respectivos municípios e como ocorreu o fenômeno do município de Toledo ser superior economicamente ao município de Campo Mourão.

A metodologia que será empregada para avaliar qual a dinâmica do crescimento e o desenvolvimento econômico entre os municípios de Campo Mourão e Toledo durante o período de 1996 a 2006, sob a perspectiva da gestão de desempenho desses pólos regionais. Sendo assim, pode-se dizer que traz o delineamento da pesquisa, envolvendo tanto o plano quanto a estrutura que será empregada na investigação, com a finalidade de se obter respostas para ao problema de pesquisa. A análise estatística descritiva de dados referentes aos dois municípios e serão realizadas em duas etapas:

Na primeira etapa pretendemos trabalhar com pesquisas em banco de dados secundários como: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos dados do Censo Demográfico; O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a Governo do Estado do Paraná (Secretarias: Fazenda, Agricultura, Planejamento), Prefeituras Municipais de Campo Mourão e Toledo.

As fontes de dados secundários baseiam em livros, revistas e outros materiais bibliográficos sobre desenvolvimento regional e sobre a história de Campo Mourão e Toledo.

Na segunda etapa serão feitas pesquisas de campo com lideranças dos dois municípios, tais como: associação comercial, clubes de serviços, cooperativas, políticos e etc., caracterizando-se assim como pesquisa de dados primários. Nessa etapa, pretende-se complementar as informações já existentes, com pesquisas de campo que colem dados primários, como as necessidades dos municípios, o cumprimento das metas estabelecidas nos Planos Plurianuais (PPA), na capacidade empreendedora da sociedade e etc.

Entre elas outros elementos que necessitam de avaliação, os fatores determinantes, como o capital social, políticas públicas, capacidade de investimentos, configuração espacial, destaques da economia local e etc.

Analisando e discutindo os fatores que influenciaram as diferentes dinâmicas de desenvolvimento dos dois municípios objetos de estudo, as informações seguintes são fundamentais: Campo Mourão foi instalado 05/12/1947 e Toledo em 14/12/1952, porém com apenas cinco anos de diferença entre um e outro. A área terrestre de Campo Mourão é de 763,637 km² e a de Toledo é de 1.198,607 km².

No campo da educação no ano de 2006, Campo Mourão tem 13.739 alunos matriculados no Ensino Fundamental (16,65%); 4.347 (5,27%) alunos matriculados no Ensino Médio e 6.097 (7,39%) no Ensino

Superior, ao passo que Toledo tem 17.826 (16,23%) no Ensino Fundamental; 6.002 (5,46%) no Ensino Médio e 6.808 (6,2%) no Ensino Superior, totalizando 29,31% (Campo Mourão) e 27,89% (Toledo) da população que está matriculada nestes três níveis educacionais.

O número de estabelecimentos em 2006 é de 2.234 e 15.661 empregos (RAIS) para Campo Mourão e 3.019 estabelecimentos com 32.435 empregos (RAIS) para Toledo. Os empregos (RAIS) representam 18,98% da população de campo Mourão e 29,52% da população de Toledo.

A realidade de Campo Mourão e Toledo é que ambos são fortes na produção de grãos, geograficamente privilegiados. A população é adequada às cidades de médio porte no geral em termos nacionais, porém esses dois municípios são constituídos de infra-estrutura capazes de absorver maior número de habitantes.

O município de Campo Mourão, ao longo das últimas décadas tem apresentado dificuldades em encontrar o caminho do desenvolvimento, se comparada com alguns municípios que antes tinham praticamente o mesmo porte e possibilidades de crescimento semelhantes, como é o caso de Toledo, Cascavel e Arapongas, que tiveram avanços significativos nos níveis populacionais e as riquezas medida pelo PIB.

De acordo com o IBGE, a população de Campo Mourão, no ano de 1991 correspondia a 77.930 habitantes e Toledo 86.250 habitantes, no censo de 2000 o município de Campo Mourão contava com 80.476 e Toledo com 98.200, ou seja, enquanto a população de Campo Mourão cresceu 10,68% a de Toledo cresceu 13,86%. Na comparação mais recente, entre os anos de 2005 e 2007, Campo Mourão apresentou 0,56% de crescimento populacional e Toledo 3,95%. Considerando o intervalo de 1999 a 2007, o município de Campo Mourão teve um crescimento de 5,9% na população e Toledo 27,57%. No ano de 2007, a população do município de Campo Mourão é de 82.530 habitantes e Toledo com 109.857 habitantes.

O crescimento do PIB de Campo Mourão cresceu 0,54% no período de 2002-2003, e cresceu negativamente nos períodos de 2003-2004 e 2004-2005 em 1,6% e 7,38%, respectivamente, sendo que nos mesmos períodos Toledo cresceu 18,10%; e negativos 0,57% e 3,66%. Entre os períodos de 2000-2001 a 2004-2005, o PIB per capita de Campo Mourão apresentou crescimentos negativos em 2003-2004 e 2004-2005 e Toledo, exceto no período de 2000-2001, todos os períodos foram de crescimentos negativos.

Concluindo, para extrair uma definição simples que englobasse todas as linhas de pensamento, para a situação local, poder-se-ia adotar: O desenvolvimento local, como síntese de uma visão comunitária, deve se dar a partir de um processo que leve as pessoas a uma qualidade de vida cada vez melhor. O desenvolvimento econômico tem um papel fundamental para sustentar o desenvolvimento local. Os dois municípios apresentam-se como pólos regionais. Sendo que as disparidades são evidentes, no que tange as variáveis população e PIB.

De certa forma esses municípios são “ofuscados” por municípios de grande porte, com economias bem mais desenvolvidas se comparadas com a grande maioria dos municípios brasileiros, cuja localização próxima como é o caso de Maringá em relação a Campo Mourão e Cascavel em relação a Toledo.

Além disso, cada um tem como representante econômico uma empresa de grande porte, que são: COAMO (Campo Mourão) e SADIA (Toledo) com faturamentos acima de R\$ 3 bilhões e o município de Campo Mourão mostra crescimento tímido e vulnerável pela evasão de divisas para outros centros, por isso, será que o comportamento das decisões públicas interfere no crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios?

Notas

¹ Professor do Curso de Economia da FECILCAM e mestrando pelo MINTER.

² O ano de 1996 representa o fim da emancipação política de ex-distritos dos municípios analisados.

³ O ano de 1996 representa o fim da emancipação política de ex-distritos dos municípios analisados.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2000**. Rio de janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Cadernos estatísticos municipais**. Curitiba: IPARDES, 2008.

ROLIM, C.F.C. – Urbanização: Cidades, Desenvolvimento, Sistemas Urbanos, Curitiba, 2006.

SECRETARIA DA FAZENDA DO PARANÁ. **Relatório de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná**. Curitiba: SEFA, 2008.

SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO PARANÁ. **Relatório Anual**. Toledo - PR: SEFA, 2008.

SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO PARANÁ. **Relatório Anual**. Campo Mourão - PR: SEFA, 2008.

UMA ANÁLISE DAS VARIÁVEIS QUE AFETAM AS DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA DE CORUMBATAÍ DO SUL

Zilmara Tatiane de Camargo Gonçalves, IC-Fecilcam, Ciências Econômicas, Fecilcam, ziltatiane@yahoo.com.br
Rosângela Maria Pontili (OR), Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br

Introdução

Os conceitos de bem-estar são de difícil mensuração, contudo há variáveis básicas que se destacam num conceito desse tipo. Entre essas variáveis segundo Kageyama & Rehader (1993), pode-se dizer que as condições e localização de moradia, educação, saúde e nutrição são essenciais como indicadores de bem-estar e desenvolvimento social.

Além disso, na teoria do consumidor encontram-se os princípios básicos e instrumentos analíticos que proporcionam diretrizes para formulação de políticas de melhoria do nível de vida e bem-estar, quando estas são relacionadas ao nível de renda [(ROCHA, 2000); (MELO, 2000)].

Dentre as despesas das famílias a que mais se destaca é a despesa com alimentação. A parcela da renda destinada ao consumo de bens alimentícios ou artigos de primeira necessidade cresce menos que proporcionalmente as elevações relativas à renda [(LODDER, 1976); (GARÓFALO & CARVALHO, 1978)].

Em vista do acima exposto, o presente trabalho objetivou realizar um estudo sobre as variáveis que afetam as despesas com alimentação das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família do município de Corumbataí do Sul, dando ênfase à variável renda familiar. Também se fez um levantamento do perfil sócio-econômico das famílias, analisando-as segundo escolaridade do responsável legal, localidade de moradia, tamanho da família, consumo e renda familiar.

Corumbataí do Sul é um Município que se localiza na região Sul do Brasil, mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná à 447,82 km de distância da capital Curitiba. Recentemente, o cultivo de maracujá está impulsionando a economia do município. Corumbataí do Sul também é um município que possui um dos mais baixos IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do Estado do Paraná (0,678) e sua população é de baixo poder aquisitivo, com uma taxa de pobreza de 48,60. Há, aproximadamente, 1.377 famílias pobres neste Município, com renda mensal média igual ou inferior a um salário mínimo, chegando a uma renda *per capita* aproximada de R\$ 116,09. Considerando que as famílias de baixa renda, em sua maioria, não possuem qualificação profissional e que há pequena oferta de trabalho no município, para sobreviver as mesmas são obrigadas a exercerem trabalho volante na agricultura. O que ajuda a complementar a renda de grande parte dessas famílias é o Programa Federal Bolsa Família.

Materiais e Métodos

A Metodologia do presente trabalho consistiu em realizar uma análise estatística descritiva, bem como uma análise econométrica das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no Município de Corumbataí do Sul. Os dados utilizados foram retirados do banco de dados do CadÚnico do município, tendo-se feito uma seleção amostral dos mesmos, com base na teoria estatística de Karmel e Polasek (1972).

Análises e Discussões

De acordo com dados do IBGE, em 2000, Corumbataí do Sul possuía 4.946 habitantes, sendo que a área rural tinha 2.948 pessoas e na zona urbana 1.998 indivíduos. Segundo dados do IPARDES, a População Economicamente Ativa (PEA) do município, é de 2.315 pessoas o que corresponde a 46,8% da população total. Ou seja, menos da metade da população de Corumbataí do Sul é economicamente ativa. Cabe ressaltar o fato de 67,36% da população ocupada do município trabalhar na agricultura. Entre a População Economicamente Ativa de Corumbataí do Sul, pode-se destacar que 1.454 pessoas desempenham suas atividades na zona rural. Em contraposição, 861 pessoas trabalham na zona urbana.

Das famílias estudadas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município, 64,17% moram na zona rural. Em 19,17% destas famílias, o responsável legal tem apenas 4 anos de escolaridade e 16,67% são analfabetos.

Além disso, através da presente pesquisa, utilizando-se das variáveis despesas com alimentação; tipo de localidade de residência das famílias; número de integrantes da família; escolaridade do responsável legal, bem como renda familiar, foi realizada uma regressão econométrica. Tomado um número de 120 observações, constatou-se através do teste F um valor de 24,16 a um nível de significância de 1%, o que significa que o coeficiente de pelo menos uma variável do modelo é diferente de zero. O R^2 obteve um valor de 0,4566 indicando que as variáveis escolhidas explicam 45,66% das mudanças na variável dependente. Como mostra a tabela 1, podemos observar que o coeficiente da variável tipo de localidade de moradia das famílias não foi significativo ao nível de 10%. A variável tamanho da família obteve como parâmetro estimado 10,36 e um teste t de 1,84 a um nível de significância de 10%. Isso significa que para cada pessoa que aumentar na casa, a despesa com alimentação aumenta em R\$ 10,36 reais. No que se refere à variável correspondente aos anos de

escolaridade do responsável legal da família, esse coeficiente não foi significativo. A renda familiar foi a variável que apresentou maior grau de significância (1%), e maior influência sobre a despesa com alimentação obtendo um teste t de 6,65. Assim, para cada R\$ 1,00 de aumento na renda da família, haverá um aumento de R\$ 0,37 na despesa com alimentação.

Tabela 1 – Equação das Despesas com Alimentação das Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Corumbataí do Sul.

Variáveis	Parâmetro Estimado	Teste t
Constante	61,97	2,08**
Tipo localidade	-7,84	-0,52
Tamanho da família	10,36	1,84***
Anos de escolaridade	-1,48	-0,63
Renda familiar	0,37	6,65*
Teste F	-	24,16*
R ²	-	0,46
R ² ajustado	-	0,44
Número de observações	-	120

Nota: * denota significância ao nível de 1%; **denota significância ao nível de 5%; ***denota significância ao nível de 10%

Considerações finais

O Governo Federal repassa um valor estimado em aproximadamente R\$ 40.200,00 reais mensais às famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família no município de Corumbataí do Sul. Se para cada R\$ 1,00 de aumento na renda dessas famílias, o consumo das mesmas aumentam em R\$ 0,37, com R\$ 40.200,00 de complemento que as mesmas receberam, seu consumo com alimentação aumentou em R\$ 14.874,00 mensais. Isso significa que com mais moeda em mãos, as famílias consomem mais principalmente com alimentação como já mostrado anteriormente, visando também seu bem-estar e conforto. Tal atitude impulsiona o comércio local, aumentando assim o capital de giro do município.

No aspecto acima descrito o programa bolsa família contribui positivamente com a renda do município. Entretanto, é de suma importância um maior estímulo a essas famílias para buscarem uma qualificação profissional e investimento em estudos para toda a família. Acima de tudo, estas pessoas devem se conscientizar de que esse benefício concedido é uma contribuição temporária e não um benefício continuado, aprendendo a caminharem sozinhas. A conscientização e a inclusão destas famílias no setor produtivo poderiam gerar o crescimento e o desenvolvimento consistente do município como um todo.

Referências

- CADERNO ESTATÍSTICO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87300&btOk=ok>. Acesso em: 05 mai. 2007.
- GARÓFALO, Gilson de Lima; CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de. **Microeconomia 1: teoria do consumidor e Análise da procura**. São Paulo: Atlas, 1978, p. 222.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Biblioteca IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/corumbataidosul.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2007.
- KAGEYAMA, Ângela; REHADER, Paulo. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. **Revista brasileira de Economia e Sociologia Rural**, v.31, n. 1, p. 23-44, jan./mar. 1993.
- KARMEL, P. H.; POLASEK, M. **Estatística geral e aplicada para economistas**. São Paulo: Atlas, 1972, p. 195-203.
- LODDER, C. A. **Distribuição de renda nas áreas metropolitanas**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976 (Relatório de pesquisa n. 31).
- MELO, Érica Patrícia Alcântara de. **Análise da renda familiar e consumo da cesta básica: bairro “Vila Nazaré”, Ilhéus-ba, 1998**. Vitória da Conquista (BA), 2000. Disponível em: <www.uesc.br>. Acesso em: 10 nov. 2006.
- ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para discussão, n. 721).

CRIAÇÃO DE UMA “CENTRAL DE CASES”

Me. Luciana Aparecida Bastos, TIDE, Ciências Econômicas, Fecilcam, singerLU@gmail.com,

Introdução

Configurado como um trabalho de extensão universitária e, ao mesmo tempo, de pesquisa, o intuito desta proposta é detectar as reais necessidades que os micro e pequenos empresários de Campo Mourão

possuem na gestão de seus negócios. O mesmo será constituído por 03 etapas, a saber: 1- Realização de uma pesquisa de Campo entre os micro e pequenos empresários de Campo Mourão, no intuito de detectar suas maiores dificuldades em gerir e ampliar seus negócios. Essa pesquisa já está sendo realizada mediante a aplicação de questionários aos mesmos; 2-Coletar casos de problemas corriqueiros que tais empresas enfrentam; e 3- criar uma “central de cases”, ou seja, um local, dentro do Departamento de Economia da Fecilcam, onde disporemos esses estudos de casos coletados, bem como outros, coletados de empresas de todo o Brasil e do exterior, a fim de disponibilizá-los aos professores dos departamentos de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção Agroindustrial quer visem trabalhar casos práticos de empresas em suas aulas.

Indicações de procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada para a tabulação dos questionários referentes à pesquisa de campo junto aos micro e pequenos empresários de Campo Mourão, bem como a análise dos resultados oriundos desta, está baseada em BARBETA apud STAM (2003).

O número de questionários aplicados será de, aproximadamente, 80.

As variáveis consideradas são:

N = tamanho da população

n = tamanho da amostra

no = uma primeira aproximação para o tamanho da amostra

O cálculo do tamanho da amostra corresponde a : $n = N \times no / N + no$

Análise e Discussões

É sabido que grande parte dos pequenos e micro empreendimentos que são abertos todos os anos, nas mais distintas regiões do país, não conseguem sobreviver no mercado, nem ao menos em seu primeiro ano de existência. Isto se dá devido à falta de preparo e apoio ao empresário que inicia um novo negócio. Muitos deles lançam-se ao mercado sem sequer elaborar um “planejamento financeiro” ou um “plano de negócio”. Não possuem a mínima idéia de que, para enfrentar um mercado cada vez mais competitivo, precisarão elaborar um bom planejamento financeiro que envolva toda sua atividade, deverão, necessariamente, prospectar o mercado previamente ao processo de abertura de sua empresa, visando conhecer melhor as ações de seus concorrentes, os preços praticados por eles, se existem consumidores potenciais para seu produto, quem serão seus fornecedores, qual o custo das matérias-primas, impostos, contratação de trabalhadores, enfim, os custos fixos (CF) e os custos variáveis (CV) que envolverão a abertura e o desdobramento da atividade produtiva, precisarão ter em mente quais recursos utilizarão para chamar a atenção do consumidor para seu produto (plano de marketing), dentre tantas outras ações.

Atualmente, instituições como o SEBRAE- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, tem oferecido o aporte necessário aos pequenos e micro empresários que se lançam ao mercado anualmente buscando, justamente, evitar a morte dessas empresas em seu primeiro ano de existência. Porém, são poucos os que procuram esse apoio técnico.

Existem, ainda, as “incubadoras de empresas” que em algumas cidades como CURITIBA, tem um papel muito importante no fomento da sobrevivência dessas empresas iniciantes no mercado pois, as mesmas, ficam “hospedadas” na incubadora até estarem totalmente estabelecidas no mercado, recebendo todo o aporte técnico necessário para prosperar em seu ramo de atividade. De acordo com PEREIRA, RODRIGUES & RODRIGUES (2004), no caso específico de Curitiba, a capital do Estado conta com seis incubadoras de empresas: Incubadora Tecnológica de Curitiba (INTEC), Incubadora Internacional de Empresas de Software (IIES), Centro de Inovação Empresarial ISAE/FGV, Hotel Tecnológico - CEFET/PR (IINCEFET-PR), Núcleo de Empreendedorismo e Projetos Multidisciplinares (NEMPS) e a incubadora do Instituto de Engenharia do Paraná (IEP).

Todavia, grande parte dos empresários iniciantes nem sequer sabem da existência de tais “incubadoras” e, ainda, mesmo que o soubessem, as mesmas não estão presentes em boa parte dos municípios brasileiros, sobretudo aqueles do interior.

Assim, os empresários (empreendedores) que iniciam um novo negócio, por falta do aparato teórico e técnico necessários, e sem condições de arcar com custos de consultoria de um profissional da área econômica, administrativa ou contábil, depara-se com o fracasso de seu empreendimento a curtíssimo prazo.

Desta forma, o que nos propomos realizar é uma pesquisa de campo que busque tais empresários em seus estabelecimentos e identifique, a priori, suas reais dificuldades na gestão de seus negócios, o que será feito mediante a aplicação de questionários aos mesmos.

A partir do diagnóstico oriundo da tabulação dos dados obtidos via questionários, serão coletados estudos-de-caso destas empresas, os quais poderão ser utilizados em sala de aula para análises de situações práticas vivenciadas pelas empresas, nos cursos de economia, administração, ciências contábeis e engenharia de produção agroindustrial. Tais casos de pequenas empresas da região, bem como outros casos coletados de empresas nacionais e estrangeiras (de qualquer porte) também estarão dispostos num local específico, que funcionará no departamento de economia da FECILCAM, denominado por “Central de Cases”, para utilização em sala de aula pelos professores que assim o desejarem fazê-lo.

Considerações Finais

No que se refere ao andamento da pesquisa até o presente momento, os dados tabulados, oriundos dos questionários respondidos pelos empresários, mostram que, a despeito dos vários problemas de gestão que os mesmos enfrentam e que foram apontados em suas respostas, o objetivo maior destes empresários é a ampliação da capacidade produtiva para começarem a atender ao mercado externo. A quase totalidade destes empresários visa iniciar uma atividade de exportação, porém, não possuem a menor noção de como realizá-la e, tampouco, sabem se estão preparados para tanto.

No que se refere aos “estudos de caso”, poucos empresários submeteram casos de suas empresas para comporem nossa “central de cases”. Desta forma, os “estudos-de-caso” até agora coletados para estarem disponíveis na mesma, correspondem, em sua grande maioria, a estudos de empresas de outras cidades e regiões do Brasil.

Porém, ainda há muitos questionários distribuídos a serem devolvidos pelos empresários e outros que ainda serão distribuídos.

A própria FIEP-Campo Mourão nos forneceu todo o apoio necessário para a execução desta pesquisa junto aos pequenos e micro empresários de Campo Mourão.

Caso comprove-se, após a tabulação dos dados coletados, o interesse por parte dos empresários em expandir a produção e alcançar o mercado externo, este trabalho terá uma continuação, no sentido de atendermos de alguma forma tal reivindicação, provavelmente, mediante a elaboração de um “Manual de Exportação”, contendo os principais passos para realizar tal atividade, bem como contendo os documentos e procedimentos necessários para tal atividade.

Referências

- DRUCKER, P.F. *Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo. Pioneira, 1986.
- FILION, L.J. *O planejamento de seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações*. Revista de Administração de Empresas, v. 31, nº3, jul-set, 1991, pp 63-72.
- PLONSKI, G.A. *Cooperação empresa-universidade no Brasil: Um novo balanço prospectivo*. In: *Interação universidade-empresa*. Brasília. IBICT. 1998.
- PEREIRA, Ticiane Azevedo, RODRIGUES, Andréia Marize, RODRIGUES, Isabel Cristina. *As Incubadoras de Empresas da Cidade de Curitiba/PR: caracterização e análise*. Apud. <http://www.unifor.br/notitia/file/358.pdf>, 2004.
- SCHUMPETER, J. *A teoria do desenvolvimento econômico*, caps. 1 e 2. In: *Os Economistas*, Rio de Janeiro, Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*, caps. 7. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SOUZA, Eda Castro Lucas. *A relação universidade empresa: análise e reflexões sobre o papel da extensão universitária na formação de recursos humanos*. Universidade de Brasília-UnB, Brasília. V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Oct. 2000.
- STAM, C. *Análise dos fatores que influenciaram a localização das indústrias no estado do Paraná*. Toledo: monografia, UNIOESTE, 2003.

IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS PARA O EMPREENDEDORISMO

Marcos Junio F. de Jesus, PG, Administração, Fecilcam, marcos_junio@hotmail.com
Hilka Vier Machado (OR), UEM

Introdução e Metodologia

Elaborar um estudo que trate da importância das redes sociais para o empreendedorismo não é uma tarefa simples, pois as redes sociais se constituem em áreas de múltiplas interfaces, ou seja, dimensões, política, social, econômica ou cultural que exercem efeitos nas relações sociais sobre o comportamento individual e grupal.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma revisão literária sobre a importância das redes sociais ou *networks* para o empreendedorismo no intuito de mostrar as múltiplas interfaces que envolvem as redes sociais no contexto do empreendedorismo.

Para isso, este estudo se apoiou na pesquisa bibliográfica-descritiva de caráter interpretativo, pois segundo Triviños (2006), temas que envolvem fenômenos recentes e que carecem de estudos específicos, precisam primeiramente ser descritivo, para que num segundo momento, passe a ser interpretativo.

As redes sociais vêm sendo evidenciadas por possibilitar ao empreendedor manter contatos, ampliar as possibilidades de encontrar grandes oportunidades de carreira e de negócios, além de se configurar como forma eficaz para as empresas alcançarem competitividade nos mercados por meio de complexo ordenamento de relacionamentos, em que firmas estabelecem inter-relações. Além do mais, influenciam o comportamento de indivíduos e grupos, onde a ação humana é afetada pelas relações sociais em que os agentes estão imersos. Essas interações sociais aprimoram ou restringem o acesso a recursos, pois incorporando um capital social geram externalidades como conhecimentos sobre o comportamento dos outros agentes, sobre o mercado, como preços e tecnologias e sobre o benefício da ação coletiva.

Portanto, considerando que a rede social se baseia nas relações interpessoais, acredita-se que ela é um elemento presente e determinante capaz de influir no comportamento competitivo das organizações.

Empreendedorismo e Redes Sociais

O empreendedorismo tem sido abordado como o ato de fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor. Também tem sido designado como estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação entre outros.

Inseridos em seu contexto, encontram-se os empreendedores, pessoas comprometidas com a implementação de suas ações. Assumindo riscos de forma calculada, avaliando e gerenciando as reais chances de sucesso. São pessoas visionárias, capazes de prever o futuro de sua vida e de seus negócios, e com grande habilidade para implementar seus sonhos e encontram-se inserido em ambientes de negócios extremamente dinâmico e instável.

Neste sentido, podemos destacar as proposições de autores como Machado, Palhano e Barros (2002), evidenciando que o empreendedor vem sendo objeto de muitos estudos, pois sua atuação no mercado de trabalho vem sendo percebida pelo fato de sua capacidade de estabelecer e atingir objetivos, mantendo um alto nível de consciência com o ambiente no qual vive.

Contudo, Baron e Shane (2007), Shane e Venkataraman (2000) sugerem que o empreendedorismo envolve reconhecer a oportunidade para criar algo novo – e isso não precisa ser um novo produto ou serviço, ao contrário, trata-se de reconhecer uma oportunidade para desenvolver um novo mercado, uma nova matéria-prima ou um novo meio de produção.

Apesar de não existir um consenso sobre a definição de empreendedorismo, a exposição dos autores supracitados é a que melhor configura com a pessoa do “empreendedor” aqui discutida. Pois, conforme Shane e Venkataraman (2000) o empreendedorismo emerge da interseção entre o que poderia ser chamado de “inspirado” e o “mundano”, reconhecendo oportunidades para algo novo que as pessoas irão querer ter ou usar e tomar medidas enérgicas para transformar essas oportunidades em negócios viáveis e lucrativos.

Porém, vale ressaltar que os empreendedores necessitam de setores, isto é, de empresas, que favoreçam, que sirvam de terrenos férteis para que suas novas idéias sejam colocadas em prática e se tornem negócios viáveis e lucrativos. Daí a criação de novas empresas, ou até da inserção, como por exemplo, em redes sociais.

Analisando a literatura organizacional, Paula e Silva (2006, p.46) encontraram uma definição capaz de produzir uma apreensão bem clara do que seja rede. Segundo os autores, “rede se refere a um conjunto de nodos e relações que os conectam, e essa noção é utilizada na teoria das organizações significando um modo de organização das atividades econômicas que se realiza por meio da coordenação e cooperação interorganizacional”.

Assim, considerando que a rede social se baseia nas relações interpessoais, acredita-se que a rede social é o ponto de partida para o estabelecimento das redes interorganizacionais que vai gerar as redes burocráticas e de propriedade. Por isso, é importante salientar que a rede social é um elemento presente e determinante tanto no campo do setor público quanto do privado.

As redes sociais vêm sendo evidenciadas por autores como Paula e Silva (2006), Kimura, Teixeira e Godoy (2006), Mizruchi (2006), Balestrin e Vargas (2004) por possibilitar ao empreendedor manter contatos, ampliar as possibilidades de encontrar grandes oportunidades de carreira e de negócios, além de se configurar como forma eficaz para as empresas alcançarem competitividade nos mercados por meio de complexo ordenamento de relacionamentos, em que firmas estabelecem inter-relações.

Conforme Mizruchi (2006) as redes sociais influenciam o comportamento de indivíduos e grupos, e a ação humana é afetada pelas relações sociais em que os agentes estão imersos. Corroborando com esta

argumentação, Kimura, Teixeira e Godoy (2006) citando Brass (1984) e Collier (1998) destacam que as interações sociais aprimoram ou restringem o acesso a recursos. Pois incorporando um capital social geram três externalidades: o conhecimento sobre o comportamento dos outros agentes; o conhecimento sobre o mercado, como preços e tecnologias; e o benefício da ação coletiva.

Consideração Final

A revisão compilada da literatura analisada permite concluir que o ato de empreender é, sempre, de articulação e transformação de redes. Já o empreendedor de redes, está, a todo momento, realizando novas combinações de recursos produtivos, buscando novos insumos, concebendo novas estratégias para novos nichos de mercado. Para isto inova, também, no conjunto de vínculos e conexões de sua empresa, afetando a própria configuração de sua rede e a natureza de sua inserção no mercado.

Assim, do conceito de rede infere-se que o mesmo é amplo e tem aplicações em diversas áreas do conhecimento. Contudo, é inegável que o atual rumo da economia induziu ao surgimento de novas formas de conduzir os negócios, pois através da organização em redes, as empresas podem contar com novos recursos que impulsionam a lógica do crescimento, exigindo nova forma de gestão, como é o caso das redes sociais.

Portanto, a imersão do empreendedor no contexto das redes sociais, amplia os horizontes de análise e de compreensão do fenômeno do empreendedorismo.

Referências

- BALESTRIN, Alsones; VARGAS, Lilia Maria. A dimensão estratégica das redes horizontais de PMEs: teorizações e evidências. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Edição Especial, p. 203-237, 2004.
- BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. **Empreendedorismo: uma visão do processo**. São Paulo: Thomson, 2007.
- KIMURA, Herbert; TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; GODOY, Arilda Schmidt. Redes sociais, valores e competências: simulação de conexões. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Edição Especial, p. 42-57, 2004.
- MACHADO, Hilka Pelizza Vier; PALHANO, Dayane Yoshie M.; BARROS, Gislaine Vieira de. Mulheres empreendedoras e tipologias: implicações no campo de estudos do empreendedorismo feminino. **Cadernos de Administração**, v. 10, n. 2, p.35-50, jul./dez., Maringá, 2002.
- MIZRUCHI, Mark S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n.3, jul./set., p.72-86. São Paulo: FGV, 2006.
- PAULA, Ana Paula Paes de; SILVA, Ralph Santos da. Redes sociais e organizacionais. In: BOAVENTURA, João Maurício, Gama (Org.). **Redes de negócios: tópicos em estratégia**. São Paulo: Saint Paul, 2006.
- SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. **Academy of Management Review**, 25: 217-26, 2000.
- TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

A EXPANSÃO E O CRESCIMENTO DA COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

Nelson Denker, TIDE/PG, Ciências Econômicas, Fecilcam, ndenker@fecilcam.br

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o processo de crescimento da COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA LTDA, especificamente em relação à sua formação, estratégias de crescimento, produtividade e introdução de novas tecnologias.

Esta empresa é uma das maiores do país, sendo a maior cooperativa agroindustrial de toda a América Latina, sediada no Município de Campo Mourão/PR

Para a análise das teorias de crescimento da firma, e posterior verificação do(s) modelo(s) que se adequará aos adotados pela empresa COAMO, utilizar-se-á como referencial teórico a teoria de Edith Penrose (2006), possibilitando assim uma análise mais profunda.

De igual forma, serão complementadas as análises por obras de outros autores relacionados à teoria do crescimento da firma. Complementando o estudo integrar-se-ão instrumentos para a coleta de dados que consistem em entrevistas nas unidades de análise, que serão elencadas na seção da metodologia.

O objetivo do presente trabalho é investigar o crescimento da COAMO, no sentido de verificar qual o processo de expansão, industrialização, diversificação e atuação no mercado interno e externo que de fato influenciaram no crescimento da empresa. Para esta análise será utilizado o referencial teórico que servirá de

base para analisar os principais aspectos do crescimento da COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA LTDA., conforme mencionado na introdução, será a obra de PENROSE (2006).

Neste item serão apresentadas as formulações teóricas de PENROSE, que conduzirão ao esclarecimento do desempenho apresentado pela COAMO desde a sua constituição, abordando os assuntos da aquisição, recombinação de recursos, expansão para outros municípios no estado do Paraná estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, diversificação, industrialização e através de exportações.

A COAMO com a participação no segmento onde atua, tem buscado aumentar a sua capacidade de recebimento de produtos, expandindo seu campo de ação, construindo novas unidades nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, bem como, efetuou aquisições de unidades no estado de Santa Catarina.

Em princípio há dois métodos de expansão abertos a uma firma individual: ela pode construir um novo estabelecimento e criar novos mercados para si, ou pode adquirir o estabelecimento e o mercado de alguma firma já existente (Penrose, 2006, p.239).

Na recombinação de recursos será analisada a forma como a empresa, objeto desta análise, organiza seus recursos de produção de forma a obter resultados adequados desta combinação, e ainda, utiliza os mesmos recursos de produção para proporcionar a criação de outros bens e serviços.

Uma teoria do crescimento das firmas constitui essencialmente um exame das mutáveis oportunidades produtivas; para encontrar se há um limite a esse crescimento ou restrição a seu ritmo, as oportunidades produtivas de uma firma devem ser consideradas limitadas em qualquer período. É claro que estas oportunidades estarão restringidas na medida em que a firma não perceber oportunidades para expandir-se, não quiser aproveitá-las ou for incapaz de fazê-lo (Penrose, 2006, p.72).

Com o desenvolvimento de novas culturas na área de atuação da empresa passou também a receber estes novos produtos e, em função do crescimento, a empresa passa a adquirir mais e novos recursos produtivos que na subutilização geram recursos ociosos e em conseqüência para aproveitar esta ociosidade a empresa parte para a diversificação de produtos.

A diversificação dentro da mesma área de especialização refere-se à produção de mais produtos baseados na mesma tecnologia e vendidos nos mercados existentes da firma.

Com o objetivo de remunerar melhor seus associados a empresa para isso tem buscado através do processo de industrialização a agregação de valores aos produtos produzidos e entregues pelos mesmos.

(...) as firmas mais bem sucedidas e altamente eficientes do mundo dos negócios são amplamente diversificadas, produtoras de muitas mercadorias, extensivamente integradas e sempre dispostas a adotar novos produtos.

É em boa parte por causa da natureza mutável de suas oportunidades produtivas que continuamente se apresentam novas oportunidades de investimento para a firma, investimentos cujo aproveitamento pode vir a ser lucrativo ao mesmo tempo que ela está mantendo, e até expandindo, as linhas de produção às quais vinha extensivamente destinando seus investimentos (Penrose, 2006, p.169-170).

Com relação ao mercado externo a empresa pode adotar estratégias de crescimento via exportações, mesmo quando o mercado interno não apresente problemas de demanda.

A decisão de exportar não significa apenas uma estratégia defensiva, ou seja, a única forma de crescimento dadas as condições da estagnação domésticas. Tal decisão também pode ser parte de uma estratégia ativa de expansão das atividades de uma empresa (Catermol, 2006, p.253).

O desenvolvimento de relações contratuais no agro negócio latino americano é uma modalidade em expansão, impulsionado pelas formas modernas de competência presente nos SAGs (sistemas agro-alimentares) (demanda crescente de qualidade e diferenciação dos produtos e aumento da frequência e da segurança do fornecimento a grandes empresas, grandes mudanças tecnológicas) e pelas incertezas associadas a essa produção (riscos ligados as condições do tempo, pragas, epidemias). De acordo com os pressupostos da economia dos custos de transação, o objetivo central dessas formas de coordenação vertical é minimizar os custos totais de produção e de transação a fim de obter maior eficiência. (Castro, 2004, p. 455-456).

Com relação aos limites de crescimento da empresa não fica restrito apenas pelo mercado, visto que os recursos produtivos de que a empresa dispõe podem ser utilizados para a produção de outros produtos e serviços.

Os serviços proporcionados pelos recursos são função do modo pelo qual são utilizados, com exatamente o mesmo podendo ser usado para diversos fins ou modos diferentes, e em combinação com vários tipos ou várias quantidades de outros, podendo proporcionar diferentes serviços ou conjunto de serviços (Penrose, 2006, p.62-63).

Para as oportunidades produtivas que a organização utiliza como empresa mercantil, busca sempre as oportunidades mais lucrativas.

A empresa mercantil, tais como a definem, constitui simultaneamente uma organização administrativa e um conjunto de recursos produtivos; o seu propósito geral é organizar o uso de seus próprios recursos junto com outros adquiridos fora da firma para a produção e venda de bens e serviços com lucro; seus recursos físicos proporcionam serviços essenciais para a execução dos planos de seu pessoal, cujas atividades são coordenadas por sua estrutura administrativa (Penrose p.71, 2006).

Metodologia

Através de consultas ao site da empresa, entrevistas com seus diretores e verificação nos documentos e arquivos, descrever-se-á o histórico da empresa ao longo de sua existência e, com base nos dados próprios bem como nas considerações expostas nos capítulos anteriores poder-se-á verificar as estratégias de crescimento da empresa.

Por fim, já com base nos elementos colhidos nos capítulos anteriores, poderá se verificar se há convergência entre as estratégias utilizadas pela empresa em comparação com as teorias de crescimento da firma expostas no primeiro momento.

A evolução da COAMO e seu desenvolvimento tornaram propícia a criação de entrepostos em 53 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Com esta expansão, os volumes de recebimento têm aumentando ano após ano, perfazendo atualmente cerca de 3,3% de toda produção nacional de grãos e fibras, bem como 16% da safra paranaense, atuando ainda com atividade de exportação. Atualmente a empresa conta com um parque industrial composto por 5 indústrias de esmagamento de soja, entre próprias e terceirizadas, cuja capacidade de produção somadas atinge 6 mil toneladas/dia, uma refinaria de óleo de soja com capacidade para 350 toneladas/dia, uma fábrica de gordura hidrogenada com capacidade para 100 toneladas/dia, uma indústria de margarina com capacidade para 120 toneladas/dia, uma fiação de algodão com capacidade para 20 toneladas de fios/dia e um moinho de trigo que, juntamente com mais uma unidade terceirizada, industrializam 200 toneladas/dia de trigo.

No Brasil e na América Latina a COAMO é a maior cooperativa agrícola e uma das maiores empresas do país.

Os resultados apresentados sobre a evolução e crescimento da firma é um resultado parcial da dissertação de mestrado.

Bibliografia

CASTRO, Ana Célia. (2004). *Construindo pontes: inovações, organizações e estratégias como abordagens complementares*. Disponível em http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/sexta_edicao/artigo/resenha.pdf.
CATERMOL, Fabrício. *Crescimento da firma e comércio exterior: revisitando a teoria de Adrian Wood*. Revista de Economia Política. Vol. 26, n. 2 (102), abril-junho, 2006.
PENROSE, Edith. *A teoria do crescimento da firma*. Trad. Tamás Szmrecsányi. Campinas, SP: Unicamp, 2006.
Caracterização da empresa COAMO
http://www.coamo.com.br/area_de_atuacao.html. acessado em 16/04/2008

O CRESCIMENTO DAS FIRMAS INCUBADAS: UM ESTUDO DA FORMAÇÃO DE EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA NA INCUBADORA EDUCERE

Tito Jerónimo Adalberto Alfaro Serrano, TIDE/MINTER/UFPR/Fecilcam, talfa5@hotmail.com

Introdução

O Município de Campo Mourão apresentava até os anos de 1970 um perfil predominantemente agrícola, no qual o setor industrial e de serviço eram economicamente pouco expressivos. Para mudar esse cenário criaram-se, nas duas últimas décadas, políticas de incentivo à diversificação da economia local capazes de atrair investimentos em diferentes ramos de atividade industriais.

Nesse contexto histórico, foi criada em 1997 em Campo Mourão a Incubadora EDUCERE, como centro de pesquisa e desenvolvimento de base tecnológica, oferecendo suporte de infra-estrutura física e

assessoramento técnico para a criação de empresas, estimulando e capacitando empreendedores, na elaboração e inovação de processos e produtos.

A instituição neste ano de 2008 tem 14 empresas em processo de formação, e 12 empresas formadas na área médica-odontológica que apresentaram no ano de 2007 um faturamento estimado de R\$ 7 milhões, representando 13,6% na composição do PIB do setor Industrial do município (SEDU – PARANACIDADE, 2008).

As firmas incubadas destacam-se pelo grau de atuação em inovações, na criação e diversidade de produtos que desenvolvem, formando um aglomerado de empresas fabricantes e fornecedoras de produtos na área da saúde. O processo de formação das firmas incubadas tem mostrado de certa forma o grau de maturidade empresarial alcançada. Essa maturidade vista de forma individual e vinculada à utilização e desempenho dos fatores produtivos, tende a contribuir para a criação e expansão da atividade industrial de Campo Mourão.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação e crescimento das firmas incubadas, na incubadora EDUCERE, associando essa formação com o desenvolvimento de capacidades individuais das firmas, capazes de identificar novos produtos, novas formas de produção e habilidades de recombinar recursos com vista a alcançar o crescimento.

O estudo investiga a formação e o crescimento das firmas a partir do processo de incubação, numa visão econômica evolucionária contemplando a concepção teórica baseada em recursos, em aprendizagem e conhecimento, convergindo com a inovação e a tecnologia. Portanto, foram revisadas as distintas teorias e enfoques provenientes das diferentes correntes do pensamento da teoria econômica. Dessa forma o propósito é estudar as firmas de maneira mais próxima a realidade empresarial do município de Campo Mourão, centrada na seleção de empresas formadas na incubadora EDUCERE, para sua análise.

A teoria da firma é uma das linhas de investigação que tem surgido como objeto de estudo um tanto interdisciplinar. Neste estudo a firma difere da visão sustentada pelos neoclássicos ou teoria econômica do equilíbrio geral onde se entendia a firma como o local de produção verificando a entrada de insumos sob a forma de *inputs* e a saída de produtos sob a forma de *outputs*, mantendo-se os aspectos organizacionais e fenômenos tecnológicos na “caixa preta”¹, durante muito tempo (ROSENBERG, 2006).

A visão de firma proposta é a de abandonar a idéia de empresa como “caixa preta”, para assim, justificar a sua existência, sua organização e o seu funcionamento interno, o processo de planejamento, suas relações e comportamento com agentes econômicos do entorno, com recursos produtivos, como acumuladora de conhecimentos em virtude do aprendizado organizacional. Isto faz aparecer à heterogeneidade entre as firmas assumindo basicamente a teoria dos recursos e a existência do empresário.

Os trabalhos sobre o crescimento da firma surgiram na década de 50, buscando explicar em termos gerais o que influenciava o crescimento das firmas. As explicações econômicas de caráter marginalista seguiam a lógica de maximização de benefícios, posteriormente as teorias da organização, direção estratégica e gerencial analisando os efeitos do entorno, e os trabalhos que sustentam as teorias do capital humano e relacional, analisando a influência do empresário, equipe administrativa e o desempenho da empresa.

Sendo o empresário (empreendedor) a unidade de análise que apresenta uma série de atributos, entre eles, a influência no comportamento dos outros, relacionamento, independência, tolerância, autoconfiança, perseverança risco e criatividade. Schumpeter apontou a figura do empresário como o centro do processo produtivo, inovador, capaz de pôr em marcha novas combinações de recursos produtivos, criador de novos produtos, novas formas de organização e novos mercados que são as funções diferenciadoras das decisões em atividades de rotinas, ele atua em razão da competência como ação básica do empresário que significa ocupar suas habilidades em vantagens e domínio competitivo.

Para Keynes, os termos empresa e empresário eram utilizados indistintamente, porém, o empresário estava dotado de uma capacidade intuitiva em aproveitar as oportunidades de negócios, essa intuição o levava a comportar-se como *animal spirits*, que reflete os impulsos registrados pelos protagonistas da economia de mercados. No marco da teoria keynessiana, o principal motivo que orienta as decisões empresariais é a necessidade de obtenção de benefícios.

Na abordagem do conhecimento empresarial, como parte integrante deste trabalho, para PENROSE (2006) é o que determina os limites na capacidade de gestão e na capacidade de aproveitamento pleno dos serviços que podem oferecer. Ao passo que os recursos tangíveis necessários aos negócios se adquirem no mercado, o conhecimento necessário para o controle, gestão e crescimento são gerados no interior da empresa e, portanto, estabelece a velocidade de crescimento, ressaltando a importância do empresário como recurso chave da firma.

PENROSE (2006) faz a distinção entre crescimento interno da empresa, gerado pela melhora do conhecimento empresarial na gestão e aproveitamento de recursos e crescimento externo, gerado pela aquisição de recursos externos. Esses últimos, no entanto, requerem tempo para serem plenamente utilizados já que necessitam ser incorporados ao conhecimento interno.

Alfred Marshall reconhecendo a importância do conhecimento no processo de produção relacionou o agente de produção capital com o conhecimento. “O capital consiste, em grande parte, em conhecimento e

organização: O conhecimento é nossa mais potente máquina de produção: habilita-nos a submeter à natureza e forçá-la a satisfazer nossas necessidades”. Desta forma para Marshall, o recurso fundamental da empresa é o conhecimento que compreende o conhecimento técnico e o conhecimento tácito dos empregados, o conhecimento das necessidades dos consumidores e dos provedores (MARSHALL. 1988, p. 127).

Para entender como as firmas podem crescer, é necessário identificar os fatores que impulsionam esse crescimento, sendo assim, para estudar as firmas formadas pela incubadora EDUCERE, procurar-se-á identificar esses fatores e como eles se articulam para gerar o crescimento. Com base nas formulações teóricas de PENROSE (2006), serão abordados os seguintes assuntos: A firma como um conjunto de recursos produtivos; as oportunidades produtivas; o perfil do empresário e os limites de crescimento.

Na teoria do crescimento da firma, Penrose (p. 31- 40, 2006) desenvolve uma teoria de crescimento interno, visto como um processo sustentado pelos recursos da firma e dos serviços provenientes destes recursos. Assim, os incentivos e limites da firma devem ser buscados internamente e não em seu entorno. Portanto a firma é definida como algo mais que uma unidade administrativa, como um conjunto de recursos produtivos cuja utilização para usos alternativos e em diferentes tempos são determinados por decisão diretiva.

“As atividades produtivas são governadas pelas “oportunidades produtivas”, que compreendem todas as possibilidades vislumbradas como aproveitáveis pelos seus “empresários”. Independente do tamanho da firma, os empresários que percebem e aproveitam as oportunidades produtivas, podem encontrar seus limites em termos de crescimento. “É claro que as oportunidades” não sendo permanentes e quando despercebidas ou não aproveitáveis, a firma deixará de crescer (PENROSE, 2006, p. 72).

Para (Penrose, 2006. p. 82) a função empresarial é um dos serviços produtivos que alimentam os limites do crescimento da firma. Ela faz uma distinção entre dois tipos de empresários, uns “... interessados na lucratividade e crescimento de suas firmas como organizações para a produção e distribuição de bens e serviços que podem ser chamados de ‘empresários’ ‘produtivistas’ ou em formação ou de construtores de ativos”, que pela orientação em termos de qualidade de produtos, redução de custos ou desenvolvimento tecnológico, acreditam que dispõem de “vantagens produtivas e distributivas”

Conclui-se, portanto que os problemas de crescimento da firma numa demonstração evidentemente empírica, não dependem unicamente de recursos monetários ou de financiamento como única alternativa que os empresários encontram para crescer, portanto trata-se de analisar as formas menos convencionais que os empresários criativos utilizam para resolver a questão do crescimento da firma.

Este trabalho é um resumo parcial da dissertação de Mestrado em andamento.

Notas

¹ Caixa preta: Entende-se como um mecanismo exercendo alguma função, mas cujo funcionamento interno é secreto, enigmático por que seu funcionamento não pode ser visto, ou é incompreensível.

Referencias bibliográficas

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia, tratado introdutório** V.I. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PENROSE, Edith. **A Teoria do Crescimento da Firma**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

ROSENBERG, Natan. *Por Dentro da Caixa-Preta. Tecnologia e Economia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

SEDU, PARANÁ CIDADE: webmaster@paranacidade.org.br

A GESTÃO DO CONHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DAS NOVAS CONCEPÇÕES DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Cristiane Marques de Mello¹, PG, Fecilcam/Faculdade Integrado de Campo Mourão, mellcris@gmail.com
Álvaro José Periotto², UEM, (PPA/UEM), ajperiotto@uem.br

Introdução

A utilização da Internet por indivíduos de forma mais acentuada ocorreu, fortemente, a partir da década de 90. As tecnologias de digitalização mais baratas, banda larga, e o alcance da Internet disponibilizaram conteúdo digital e seu fácil acesso (DUFFY, 2001). As organizações cada vez mais sentem a necessidade de obter informações pertinentes ao alcance dos objetivos corporativos e de gerar conhecimentos. Com a agilidade da propagação de dados e a quantidade de informações que circulam via Internet, torna-se difícil selecionar o que realmente é relevante e primordial para a obtenção dos objetivos da organização. Tendo em vista as transformações no cenário global, em relação ao desenvolvimento tecnológico, é possível dizer que tanto as organizações como os indivíduos estão inseridos na Sociedade da Informação (SUÁREZ; PEIRANO; LUGONES, 2005). As mudanças organizacionais e a Tecnologia da Informação (TI) tanto podem ser analisadas

em um contexto próprio, separadamente, como juntas em um mesmo contexto, nesse artigo, elas serão discutidas na sua interação. As tecnologias da informação levam a profundas evoluções organizacionais, e a novas formas de gestão (ANGELONI, 2003). Um modelo de administração organizacional que tem sido discutido com grande frequência é a Gestão do Conhecimento (GC) ou *Knowledge Management* (KM). A GC é uma forma de administrar através da ênfase no compartilhamento do conhecimento e na criação de novos conhecimentos. Segundo Perrotti e Vasconcellos (2005), a GC é um tema chamado de transversal, pois já foi tratado em diferentes áreas como em administração, engenharia de produção, psicologia, ciência da computação, educação. O presente artigo tem como objetivo mostrar a relação existente entre a Gestão do Conhecimento e a Tecnologia da Informação e oferecer *insights* a respeito da utilização da GC nas organizações.

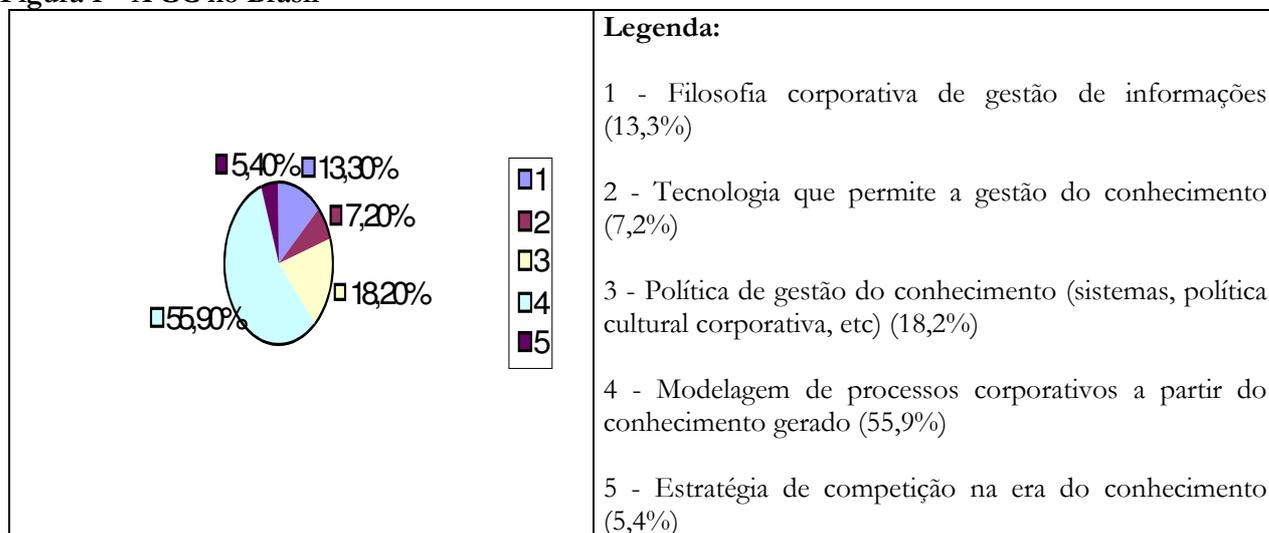
Metodologia

Para a elaboração do presente trabalho, procurou-se verificar, por meio de dados secundários, as pesquisas que têm sido desenvolvidas tanto no âmbito nacional quanto internacional, sobre o tema proposto. Desse modo, a estrutura do artigo contempla as discussões e análises sobre os conceitos dos elementos que constituem a GC; a Gestão da TI e a inter-relação com a GC.

Análise e discussões

Para ilustrar estes posicionamentos, cumpre exemplificar a adoção destes pressupostos através do estudo do *Strategy Research Center* que nos meses de outubro e novembro de 2003 desenvolveu um levantamento de dados junto a duzentas empresas no Brasil, de grande porte, nacionais e multinacionais, quanto à experiência com a GC. Os resultados da pesquisa estão apresentados na figura 1. Tal pesquisa ilustra a maneira que os empresários brasileiros entrevistados enxergam a gestão do conhecimento. Os resultados apontam que a maioria dos respondentes tem visto a GC como um molde de processos corporativos que ocorrem a partir do conhecimento gerado. Através da figura pode-se observar que somente um pouco mais de 5% dos entrevistados vêem a GC como uma estratégia frente à concorrência. Pouco mais de 30% das pessoas percebem a GC como uma filosofia ou uma política de gestão. Além dos dados expostos na tabela mencionada, os entrevistados também responderam em relação aos principais benefícios obtidos/ esperados com a adoção da GC. A pesquisa menciona que os empresários responderam da seguinte forma: melhor aproveitamento do conhecimento já existente 80,2%, diferenciação em relação às demais empresas 76,0%, melhor agilidade na tomada de decisão 73,2%, otimização de processos 62,4%, redução de custos 58,4%, e aumento da receita 52,1%.

Figura 1 – A GC no Brasil



Fonte: Adaptado de Fonte: E-Consulting Corp, HSM, 2004

Referente à utilização de ferramentas mais utilizadas na disseminação do conhecimento os resultados foram os seguintes: 84,2% utilizam o e-mail, 64,2% a Internet, 46,3% fóruns, 29% usam lista de discussão, 22,5% apóiam-se no bate-papo (*chat*), 19,8% nas mensagens instantâneas, e 14,5 utilizam outras ferramentas. Sveiby (1998) comenta que tanto os clientes como os fornecedores são importantes para a ampliação do conhecimento da organização. O conhecimento advém do indivíduo, porém a organização é responsável por proporcionar as condições necessárias para a criação e interação de conhecimentos (NONAKA; TAKEUCHI, 1997), o conhecimento é valorizado à medida que a sua utilização aumenta. As novas tecnologias da informação e da comunicação têm sido um meio para se armazenar e disseminar o conhecimento.

Considerações finais

Não é apenas a TI que proporciona condições para a mudança na gestão das organizações, nem as organizações são as únicas responsáveis pela evolução da tecnologia da informação. É importante considerar

que tanto a Gestão da TI e como as novas formas de gestão organizacional, são elementos que influenciam e sofrem algum tipo de influência proveniente, especialmente, de seus ambientes. Posto que, o sistema de informação é uma solução organizacional e administrativa para enfrentar uma imposição do ambiente (LAUDON; LAUDON, 2004). Nos anos de 1990, a visão que se tinha era a da tecnologia como dirigente em muitos projetos de GC, mas, atualmente, as organizações têm tratado os aspectos pessoais como fatores essenciais em qualquer iniciativa de GC. A tecnologia pode agir como um catalisador para a introdução de um programa de GC, mas para ter êxito, tem que estar alinhada com uma estratégia definida e apoiada por um programa de mudança (ERIC TSUI, 2005). É pertinente lembrar que aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos também possibilitam a propagação ou a restrição das informações, portanto, a TI não pode e não deve ser vista fora de um contexto maior e global, mas em interação com tais aspectos. No atual contexto onde a inovação é um meio para alcançar a competitividade, a GC é um meio para inovar (SUAREZ; PEIRANO; LUGONES, 2005). Esse processo inovativo e competitivo é facilitado pela inter-relação da Tecnologia da Informação com a Gestão do Conhecimento. A utilização adequada dos conhecimentos que a organização possui é essencial para se alcançar bons resultados. A gestão do conhecimento nas organizações deve estar focada nos objetivos organizacionais, sejam eles internos ou externos voltados para os funcionários, para o mercado ou para os clientes.

Notas

¹ Cristiane Marques de Mello – Mestre em Administração pela UEM. Professora dos cursos de Administração e Turismo e Meio Ambiente da Fecilcam e do curso de Administração da Faculdade Integrado de Campo Mourão.

² Álvaro José Periotto – Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação pela UFRJ. Professor do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA/UEM) e da graduação da mesma universidade.

Referências

ANGELONI, Maria Terezinha. Elementos intervenientes na tomada de decisão. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 32, n. 1, p. 17-22, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, 2000.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, Thomas. MARCHAND, Donald A. DICKSON, Tim. **Dominando a gestão da informação**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

DUFFY, Jan. Knowledge management and its influence on the records and information manager. **Information Management Journal**. Lenexa: v.35, n. 3, 2001.

HSM MANAGEMENT. A gestão do conhecimento na prática. São Paulo. n. 42, p. 53-59, 2004.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MUSSI, Clarissa Carneiro; ANGELONI, Maria Terezinha. O compartilhamento do conhecimento no processo de implementação de sistemas de informação: um estudo de caso. **FACEF Pesquisa**, v. 7, n. 2, 2004.

NONAKA I.; TAKEUCHI H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PERROTTI, Edoardo; VASCONCELLOS, Eduardo Pinheiro Gondim de. **Estrutura Organizacional e Gestão do Conhecimento**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 29, 2005, Atibaia. Anais... Atibaia: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

SOBREIRA NETTO, Francisco. Posto fiscal eletrônico: alguns elementos propulsores e inibidores do uso de soluções informatizadas na modernização da prestação de serviços públicos na administração pública direta brasileira. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 25, 2001, Campinas. Anais.... Campinas: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.

SUÁREZ, Diana Valeria; PEIRANO, Fernando; LUGONES, Gustavo Eduardo. TICs Y Gestión del Conocimiento en la Empresa. XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica. Anais... Salvador: Altec 2005. 1 CD ROM.

SULLIVAN, Patrick H. **Profiting from Intellectual Capital**. John Wiley & Sons, Inc., 1998. Traduzido e adaptado por Jean Jacques Salim. Disponível em <http://www.fgvsp.br/conhecimento/home.htm>.

SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TSUI, Eric. The role of IT in KM: where are we now and where are we heading? **Journal of Knowledge Management**, v. 9, n. 1, 2005.

VASCONCELOS, Flávio de. Da Gestão do conhecimento à gestão da ignorância: uma visão co-evolucionária. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 41 n. 4 p. 98-102, 2001.

CONSUMIDORES: UMA REFLEXÃO SOBRE ASPECTOS DA CULTURA DO CONSUMO

Cristiane Marques de Mello¹, Fecilcam/Faculdade Integrado de Campo Mourão, mellcris@gmail.com
Juanita Ester Bruneau Valenzuela², juanita.bruneau@gmail.com
Francisco Giovanni David Vieira³, UEM, (PPA/ UEM), fgdvieira@uem.br

Introdução

Os estudos dos aspectos sociais e culturais contribuem para explicar a maneira como os consumidores se comportam. O comportamento do consumidor é definido como um conjunto de atividades e processos de decisão envolvidos na escolha de alternativas, com o intuito de buscar e usar bens e serviços (FAO, 1999). Tal comportamento é influenciado tanto por fatores exógenos (externos ao indivíduo) como por fatores endógenos (internos ao indivíduo). O saber antropológico dentro do campo de pesquisas de comportamento do consumidor vem sendo foco de atenção em diversos artigos em *Journals* de marketing norte-americanos e europeus, desde a década de 80 até nossos dias (ROCHA; BARROS, 2004). O consumo, nessa perspectiva, deve ser tratado como um fenômeno coletivo que possibilita a comunicação e classificação de indivíduos, objetos e sociedade. A Cultura do consumo representa a forma de reprodução cultural na qual o mercado e as relações capitalistas desempenham sua função principal, por meio de seus elementos. Somente é possível compreender a cultura contemporânea, se entendermos as relações capitalistas e de consumo que nela vigoram (D'ANGELO, 2003), tendo em vista que, o mercado é visto não só como um mero lugar onde os indivíduos trocam os produtos, mas também como parte das interações socioculturais mais complexas (CANCLINI, 1997). Assim, o presente trabalho tem como principal objetivo estabelecer uma abordagem de comportamento do consumidor baseado na dimensão sociocultural, como fator exógeno que mais influencia esse comportamento.

Aspectos metodológicos

Em princípio, para a elaboração desse artigo foram selecionadas publicações científicas que tratassem da relação entre consumo e cultura, e estudos que mencionassem influências socioculturais no comportamento do consumidor, que pudessem oferecer subsídios para a construção do presente trabalho. As fontes escolhidas para a busca das publicações foram os Anais do ENANPAD - Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, as revistas RAE - Revista de Administração de Empresas - que é produzida pela Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), RAUSP - Revista de Administração - que é editada pela Universidade de São Paulo (USP), RAC - Revista de Administração Contemporânea - elaborada pela ANPAD, devido a notável importância desses periódicos no Brasil, para a evolução da pesquisa e do conhecimento científico em Administração e temas correlatos. A pré-seleção dos artigos foi realizada mediante a leitura dos títulos e resumos, de todas as edições referentes ao período de 2001 a 2006, considerando a relevância dos artigos para o tema inicialmente proposto. Entretanto, é importante lembrar que a abordagem, aqui, sobre a cultura e consumo está distante de ser exaustiva.

Análise e discussões

Os valores culturais são profundamente arraigados nas sociedades e para compreender os valores básicos das culturas os profissionais de marketing precisam pesquisá-los, em vez de pressupor que o valor de sua própria cultura seja universal (CHURCHILL; PETER, 2003). A cultura do consumidor denota um arranjo social em que as relações entre cultura vivenciada e recursos sociais, são mediadas através dos mercados. Nas culturas os valores se diferenciam, Duarte (1985) externaliza que a realidade em que as pessoas habitam é ditada por grupos sociais e culturais a que pertencemos, e uma direção em uma determinada realidade pode parecer insana se vista a partir de outra. A realidade é composta pelo mundo material que nos rodeia e pelos instrumentos simbólicos, por meio dos quais os seres humanos atribuem sentido nesse mundo material (BARBOSA, 2003). Produtos refletem significados e carregam símbolos que caracterizam diversas culturas, e os meios de comunicação de marketing são utilizados para fortalecer esses símbolos que são percebidos e desejados pelos consumidores. Produtos podem também representar símbolos de significado, e podem ser vistos como símbolos da cultura de uma nação, como por exemplos, o guaraná no Brasil, e o McDonald's nos Estados Unidos (BLACKWELL, MINIARD; ANGEL, 2005). Também há produtos que são usados em rituais, como o ritual do prepara de um alimento em uma cerimônia religiosa. A cultura não apenas representa a sociedade, mas também a função de reelaborar as estruturas sociais e imaginar outras novas. Além de representar as relações de produção, contribui para a sua reprodução, transformação e para a criação de outras relações (GARCIA, 1982). A partir dessas observações, as empresas estão criando e adaptando seus produtos atentando para identidades culturais construídas a partir de elementos religiosos, nacionais, regionais ou quaisquer outras formas de identificação que se refletem nos comportamentos de consumo dos seus membros. A esses grupos, os antropólogos costumam denominar "comunidades simbólicas" (JAIME, 2001). Para atender aos 'novos públicos' estão sendo desenvolvidas pesquisas de tendência de consumo, que têm como bases duas premissas: a

necessidade que o ser humano tem em fazer parte de um grupo, e o anseio de ser diferente dentro desse grupo (VIEIRA, 2006).

Considerações finais

A primeira consideração que pretendemos fazer é de ressaltar a importância da interdisciplinaridade para o estudo do comportamento e da cultura do consumidor. A diversidade disciplinar ligada à teoria da cultura do consumidor pode, em princípio, parecer um problema, porque promove questões particularistas, ameaçando transformar-se em uma torre de Babel. Por outro lado, a pesquisa do consumidor é um campo que está amadurecendo, não porque avançou firmemente para uma singularidade teórica, mas, porque pode gerar e sustentar conversações teóricas múltiplas. As aparentes divergências entre as disciplinas que promovem a discussão sobre o assunto podem provocar o pensamento, inspirar e ainda fornecer um terreno fértil para inovações e avanços teóricos (ARNOLD; THOMPSON, 2005). Um outro ponto a ser salientado é que o comportamento do consumidor muda, porque as culturas também sofrem alterações, à medida que podemos perceber que vivemos em um mundo multicultural e não mais em uma cultura nacional. Além disso, há dentro das culturas, o que os pesquisadores denominam de subculturas ou microculturas, que também exercem influência no consumo dos membros da sociedade. As pessoas podem assumir uma pluralidade de identidades e fazer parte de uma multiculturalidade, sobretudo, porque os indivíduos exercem diversos papéis ao mesmo tempo, sendo influenciados pelas culturas as quais pertencem. E por fim, deve-se atentar para o fato de que os valores culturais também se alteram ao passo em que as diversas culturas globais se interagem, assim, os valores vão sendo reconstruídos, ainda que lentamente. Ocorre então, a desinstitucionalização de alguns comportamentos e valores, enquanto outros, gradativamente, vão sendo institucionalizados. A relação entre o consumidor e a cultura pressupõe um processo recursivo, posto que, nas palavras de Arnold e Thompson (2005), os consumidores tanto são portadores quanto produtores da cultura.

Notas

¹ Cristiane Marques de Mello – Mestra em Administração pela UEM. Professora dos cursos de Administração e Turismo e Meio Ambiente da Fecilcam e do curso de Administração da Faculdade Integrado de Campo Mourão.

² Juanita Ester Bruneau Valenzuela – Mestra em Administração pela UEM.

³ Francisco Giovanni David Vieira – Pós-Doutor pela FGV/SP. Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP). Professor do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA/UEM) e da graduação da mesma universidade.

Referências

- ARNOLD, Eric J.; THOMPSON, Craig J. Consumer culture theory (CCT): twenty years of research. **Journal of Consumer Research**, v. 31, n. 4, p. 868-882, 2005.
- BARBOSA, Livia. Marketing etnográfico: colocando a etnografia em seu devido lugar. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, 2003.
- BARROS, C. Classificação de Restaurantes a partir da Visão do Consumidor: um Estudo Etnográfico. In: ENANPAD - ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.
- BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W.; ENGEL, James F. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.
- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CHURCHILL, Gilberto A.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para clientes**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- D'ANGELO, André. Cultura e Consumo: Apanhado Teórico e Reflexões para o Ensino e a Pesquisa de Marketing e Administração. In: ENANPAD - ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27, 2003. Atibaia. **Anais...** Rio de Janeiro : ANPAD, 2003. 1 CD-ROM.
- DUARTE, Jr., J. F. **O que é realidade**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FAO. **Gestión del Mercadeo Agrícola**. Santiago: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 1999.
- FOXALL, Gordon R. O processo decisório do consumidor: processo, nível e estilo. In: BAKER, Michael J. **Administração de marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 87-102.
- GARCIA, N. **Las Culturas Populares em el Capitalismo**. Editorial Nueva Imagem: México 1982.
- JAIME, Pedro Jr. Etnomarketing: antropologia, cultura e consumo. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: Out./Dez. 2001.
- MARÇAL, Maria Christianni C.; FONSÊCA, Francisco Ricardo Bezerra; José Roberto Ferreira, GUERRA. Cultura do Consumo na Era da Informação: A Lan House e seus "Players". In: ENANPAD - ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 30, 2006, Salvador. **Anais...** ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

PEREIRA, Bill Nunes; AYROSA, Eduardo André Teixeira; OJIMA, Sayuri. Consumo entre gays: compreendendo a construção da identidade homossexual através do consumo. In: ENANPAD - ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 29, 2005. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

ROCHA, E.; BARROS, C. Dimensões Culturais do Marketing: Teoria Antropológica, Estudos Etnográficos e Comportamento do Consumidor. In: ENANPAD - ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28, 2004. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

SCARABOTO, Daiane; PAGLIARINE, Zilles; RODRIGUEZ, Jorgelina Beltran. Relacionando Conceitos sob a Perspectiva Cultural do Consumo: Podemos Comparar Consumo de Luxo e Materialismo? In: ENANPAD - ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 29, 2005. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

VIEIRA, Eduardo. Eles dizem o que você vai consumir. **Época**, abril 2006.

IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE DE RENDA DAS FAMÍLIAS MOURÃOENSES, A PARTIR DE UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

Anieli Trindade, IC-Fecilcam/Fundação Araucária, Ciências Econômicas, Fecilcam,
anielitrindade@yahoo.com.br

Profª Dra. Janete Leige Lopes (OR), Fecilcam j_llopes@yahoo.com.br

Introdução

É fato amplamente conhecido que as desigualdades sócio-econômicas no Brasil destacam-se como uma das mais elevadas entre os países do Terceiro Mundo. Mais que isso, evidências há, de que nos últimos 50 anos essas desigualdades tenham se mantido com surpreendente estabilidade, apresentando apenas na última década e de forma bastante incipiente, pequena redução em seus níveis (BRASIL: O Estado de uma Nação, 2005). Para Barros e Mendonça (1995) diversas razões justificam a necessidade de investigação das desigualdades de renda, em especial porque esta tem impacto direto sobre o bem estar social da população e por estar associada a diversas variáveis sócio-econômicas como a taxa de poupança da economia, a extensão da pobreza e a taxa de mortalidade infantil.

No Brasil, estudos sobre as causas e conseqüências das desigualdades sociais, se intensificaram após o golpe militar de 1964 e a publicação dos censos demográficos de 1960 e 1970, que evidenciou enorme crescimento da desigualdade no Brasil, principalmente na década de 1960. Ao longo do tempo, a distância entre pobres e ricos foi se acentuando de modo que se vê hoje é uma grande percentual da renda gerada no país, concentrada nas mãos de poucos.

O termo concentração de renda significa que um determinado grupo de pessoas detém a maior parte da renda gerada em detrimento a outros grupos de pessoas, mais especificamente “concentração de renda é o processo ou efeito da acumulação da riqueza de uma nação nas mãos de um número cada vez menor de indivíduos, com o conseqüente aumento do número de pobres e miseráveis” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 1784).

Não foi surpresa para muitos pesquisadores verificar que as disparidades da renda e da riqueza no Brasil remontam ao seu período colonial (PINHO e VASCONCELOS, 2004). Dirigida pelo governo português, este não tinha como objetivo central a criação e uma nova sociedade, mas, uma colonização por exploração. Não interessava o Brasil em si, mas sim o que ele podia oferecer e naquilo que seria possível tirar de proveito.

Às disparidades regionais têm sido apontadas como uma das principais causas do elevado grau de concentração de renda. Para Rocha (2001), se comparamos as famílias pobres das metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro com as famílias do Nordeste rural, as diferenças são gritantes: os pobres das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro representavam em 1998, 16 % dos pobres do Brasil, já os pobres do Nordeste, 17 %, constituindo cerca de 1/3 dos pobres do país. Para Barros et al. (2000, p.11) o extremo grau de desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza.

Contudo, existe uma unanimidade dentre os estudiosos de que os níveis de pobreza e desigualdade de um país se reduzam é necessário um crescimento econômico que permita uma melhora nas condições de vida das pessoas, principalmente dos menos favorecidos (BARROS e MENDONÇA; CARVALHO e FRANCO, 2006). Melhorar as condições de vida das pessoas significa, dentre outros fatores, melhorar a distribuição dos rendimentos do trabalho.

Tendo em vista o acima exposto, acredita-se que as divergências da renda que se verificam hoje, em nível de estados e municípios tenham sua origem na formação do Brasil colonial e na intensificação do processo de concentração de renda, verificado o longo dos últimos 50-60 anos. Assim, este estudo tem como proposto verificar quantas classes de renda existem no município de Campo Mourão, a partir da classificação das condições de domicílio das famílias mourãoenses.

Materiais e procedimentos metodológicos

A presente pesquisa parte do princípio a concentração de renda e riqueza do município de Campo Mourão, segue o mesmo padrão da concentração de renda e da riqueza do Paraná e do Brasil. Como se trabalhará na busca de confirmar tais hipóteses, partindo-se de um contexto geral, para uma realidade particular, o método a ser empregado no trabalho será o dedutivo (SILVA, 2001).

Na busca de trabalhar o método dedutivo de forma prática as atividades do projeto serão divididas em duas etapas:

A primeira voltada para a revisão bibliográfica na qual será apresentada a história do município de Campo Mourão, os aspectos físicos e territoriais do município incluindo localização, coordenadas geográficas, sistemas de comunicação e transporte e aspectos ambientais e terminarão com um estudo dos aspectos relacionados os aspectos relacionados à demografia.

Na segunda etapa, basear-se-á análise estatística descritiva, a qual “baseando-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procura inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da qual a amostra foi retirada” (MARTINS e DONAIRE, 1998, P. 18). Para tanto, far-se-á uma Análise Estatística Descritiva das condições domiciliares das famílias residentes no município de Campo Mourão. Os dados obtidos do Censo Demográfico do ano de 2000 que, dentre outras, permite identificar características das condições de domicílio da população brasileira. Para os propósitos deste trabalho foi selecionada a amostra referente ao município de Campo Mourão. As estatísticas apresentadas neste trabalho foram ponderadas pelo fator de expansão da amostra do Censo Demográfico. Além disso, utilizou-se o SAS for Windows V8 para fazer a seleção do branco de dados e a análise dos mesmos.

Analises e discussões

Classificar as famílias mourãoenses a partir de uma análise das condições dos domicílios visando identificar as classes de renda as quais elas pertencem.

Com o intuito de se chegar a essa classificação, faremos um estudo sobre a história do Município de Campo Mourão. Apresentaremos os aspectos físicos e territoriais do município incluindo localização, coordenadas geográficas, sistemas de comunicação e transporte e aspectos ambientais. Estudar os aspectos relacionados à demografia. Apresentar as características dos domicílios mourãoenses, segundo o Censo Demográfico 2000. Comparar as características domiciliares com a distribuição de classes de renda, proposta pela ABEP, visando conhecer as condições de moradia e os níveis de qualidade de vida da população.

Considerações finais

Acredita-se ao final deste estudo, que a maioria das famílias mourãoenses estarão classificadas na classe D, definida por uma renda média familiar de R\$ 424,00. O levantamento desta hipótese seguiu a recomendação da ABEP Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. É muito importante conhecer a realidade das famílias, a partir das classes de renda, permitindo com isso, direcionar políticas públicas para a correção das desigualdades, se este for o caso.

Referências bibliográficas

- BRASIL. **O Estado de uma nação**, Rio de Janeiro: IPEA, 2005. 372 p.
- BARROS, R. P; FRANCO, S; CARVALHO, M. **Uma análise das principais da queda recente na desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006 [Texto para Discussão nº 1203].
- HOUAISS, A; VILLAR, M. S. Distribuição de Renda no Brasil: poucos com muito e muitos com pouco. In: DOWBOR, L; KILSZTAJN, S. (orgs). **Economia Social no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: microdados: Paraná. Documentação dos microdados da amostra do censo (compact disc). Rio de Janeiro, 2002.
- MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. São Paulo: Atlas, 3. ed., 19
- PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M.A.S. de; **Manual de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- ROCHA, Sonia. Alguns consensos sobre a questão da pobreza no Brasil: Perfis diferenciados da pobreza. In: DOWBOR, L. KILSZTAJN, S. (orgs). **Economia Social no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2001.
- SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 3 ed., 2001. p. 25-28.

CONTABILIDADE AMBIENTAL: A RELAÇÃO CUSTO BENEFÍCIO NA PRODUÇÃO DE SOJA ORGÂNICA E CONVENCIONAL

Mario de Lima, TIDE, Ciências Contábeis, Fecilcam, mlima@fecilcam.br

Introdução

Os recursos naturais, alguns limitados sem possibilidades de serem renovados, com o passar dos anos foram consumidos de maneira indiscriminada. Outros, com possibilidades de preservação e renováveis, não foram e ainda não estão sendo utilizados de forma adequada. Estes fatos caracterizam alguns efeitos dos impactos ambientais decorrentes da utilização inadequada de recursos naturais.

A atenção e cuidados para os recursos naturais disponíveis ou a produção de produtos e resíduos que eventualmente venham a afetar o meio ambiente são variáveis que necessitam de uma maior importância na produção agrícola. Um dos pontos importantes a observar no uso químico para o controle de pragas do solo é a presença de microorganismos (matéria orgânica), que são importantes agentes de degradação de inseticidas. Muitos dos inseticidas usados têm potencial altamente tóxico ao homem e a outros elementos da fauna e flora. Assim, a concentração em fontes de água com pequenas quantidades dessas substâncias pode colocar em risco a saúde humana ou causar desequilíbrio nos ecossistemas.

A contabilidade, importante ramo do conhecimento humano, ainda não tem dado o destaque necessário ao tema meio ambiente, como já ocorre em outras áreas. No entanto, cabe mencionar que, apesar deste destaque ser pequeno, em relação aos demais assuntos tratados na área contábil, principalmente no meio acadêmico, há autores e pesquisadores que vem examinando as repercussões de impactos ambientais nas organizações industriais e agrícolas e de que forma elas estão sendo geridas e controladas.

Neste contexto, o presente trabalho, procura-se comparar a relação custo benefício na produção de soja orgânica e convencional, dentro da contabilidade ambiental, tendo por finalidade atingir produtores de soja na agricultura convencional e os agricultores que participam do controle orgânico, procurando evidenciar e divulgar a sua viabilidade econômica e os efeitos dos impactos ambientais protagonizados pelo controle convencional e o controle biológico de pragas, demonstrando os benefícios entre aqueles que produzem a soja utilizando-se de agrotóxicos e aqueles produtores que se utilizam do controle biológico de pragas.

Indicações de Procedimentos Metodológicos

Para a pesquisa de campo, foi retirada uma amostra entre os produtores de soja na cultura convencional e orgânica. Procura-se verificar a lucratividade entre os produtores de soja orgânica e os produtores da soja convencional que utilizam o controle químico tão “comuns” o cultivo da soja. Destaca-se que a amostragem foi intencional, pois, um dos objetivos era detectar a relação custo benefício entre os produtores de soja que utilizam o controle orgânico e o controle convencional.

Fez-se um estudo de caso comparativo entre produtores de soja da Bacia Hidrográfica do Rio do Campo, no município de Campo Mourão, Estado do Paraná. Verificou-se que não havia mais produtores de soja utilizando o controle orgânico, pelo menos que plantasse um hectare, nessa Bacia Hidrográfica. Assim, foi necessário encontrar outro produtor de soja que utilizasse o controle orgânico de pragas, encontramos um produtor na Bacia Hidrográfica do Córrego do Agrião, no município de Peabirú, Estado do Paraná. A coleta de dados foi por intermédio de entrevistas, tendo por base na coleta de dados os custos de produção da safra, período de 2006/2007. Para análise dos dados elaborou-se duas planilhas, contendo os custos de produção para a cultura da soja no controle convencional e outra planilha contendo os custos de produção para a cultura da soja no controle orgânico.

Análises e Discussões

Observa-se que o custo de produção objeto de estudo é de um hectare. Verifica-se que, quanto aos insumos, o custo de produção da soja orgânica foi de R\$ 177,34 e da soja convencional de R\$ 643,07. Neste grupo o custo de produção da soja orgânica é inferior a 262%, beneficiando enormemente esse tipo de produção.

No tocante ao grupo dos serviços o custo de produção da soja orgânica foi de R\$ 744,66 e para a soja convencional de R\$ 160,26, sendo menor em 364%. Neste item, o produtor de soja convencional, tem uma vantagem em relação aos custos, pois utiliza pouca mão de obra para plantio, pulverização e colheita.

Os custos totais de produção da soja convencional foram R\$ 803,33 e da soja orgânica de R\$ 937,20. Portanto, os custos de produção da soja orgânica foi maior em 16,67%. A produção média da soja convencional foi de 45 sacas de 60 kg e da soja orgânica de 21 sacas de 60 kg. Os custos totais de produção da soja convencional em relação ao valor de mercado em maio de 2007, correspondem a 30 sacas de soja de 60 kg. Já os custos totais de produção da soja orgânica em relação ao valor obtido com a venda em maio de 2007, correspondem a 14,20 sacas de soja de 60 kg. Nota-se que embora a produção da soja convencional seja maior que da soja orgânica, o produtor utiliza mais sacas de soja para pagar seus custos. Na pesquisa, não houve custo

de transporte para o produtor da soja orgânica, pois em sua maioria os compradores vão buscar o produto na propriedade, outro fator de favorecimento, a propriedade fica perto da cidade.

O preço de mercado da soja convencional em maio de 2007 foi comercializado em R\$ 26,70 a saca de 60 kg; já a soja orgânica foi comercializada no varejo e na sua maioria por encomendas, dando um preço médio de R\$ 66,00, para cada saca de 60 kg.

Confrontando as receitas e despesas, na soja convencional, houve uma sobra de R\$ 398,17 e na soja orgânica foi de R\$ 448,80. Portanto com uma rentabilidade de R\$ 50,63 por hectare, sobrando 12,72% no final da safra.

Considerações Finais

A Contabilidade Ambiental tem um importante papel na informação, quanto aos investimentos, ativos, passivos e custos ambientais, tendo por finalidade objetivar uma informação precisa sobre a rentabilidade e produtividade, pois os modelos de produção que arruinaram muitos locais começam a ser repensados e isso enseja um cuidado patrimonial especial, quanto as penalidades contidas na lei ambiental.

Quanto aos produtores de soja que utilizam o controle convencional e controle orgânico é de fácil identificação, uma vez que os produtores de soja que utilizam o controle convencional são em sua maioria os produtores de médias e grandes áreas e os produtores de soja que utilizam o controle orgânico são os produtores de micro ou pequenas áreas, talvez, pelas dificuldades de monitorar constantemente suas lavouras, por exemplo, no controle de pragas.

O preço de mercado da soja convencional em maio de 2007 foi comercializado em R\$ 26,70 a saca de 60 kg; já a soja orgânica foi comercializada no varejo e na sua maioria por encomendas, dando um preço médio de R\$ 66,00, para cada saca de 60 kg.

Confrontando as receitas e despesas, na soja convencional, houve uma sobra de R\$ 398,17 e na soja orgânica foi de R\$ 448,80. Foi apurado que o produtor de soja orgânico tem uma rentabilidade de R\$ 50,63 por hectare, sobrando 12,72% no final da safra.

No Brasil, os dados extra-oficiais indicam que o cultivo de orgânicos já movimenta, atualmente, cerca de US\$ 200 milhões, crescendo a taxas médias de 30% ao ano. Deste total, US\$ 20 milhões são provenientes do que se consome no mercado interno e US\$ 180 milhões resultam do movimento das exportações, principalmente para Alemanha, França e Japão.

Por outro lado, a agricultura convencional tem aumentado sua produção baseadas em aplicações de altas doses de fertilizantes, agrotóxicos e adubos químicos. Tal prática promove a redução dos nutrientes dos alimentos, tais como: vitaminas e sais minerais, redução das substâncias que formam as proteínas; redução do teor de açúcares em frutas e hortaliças; modificação da cor e o sabor. O sistema orgânico, ao contrário, produz alimentos com maior valor nutricional, com total ausência de toxicidade, e têm mais resistência, após a colheita.

Assim, a agricultura orgânica conquista boa parcela dos consumidores que podem pagar 30% a 100% a mais por produtos naturais na gôndola dos supermercados. Em nossa pesquisa constatamos que os consumidores da soja orgânica pagaram 147% a mais que o preço da soja convencional em maio/2007. Essa valorização deu-se pelo fato que a maioria das vendas foi por encomenda, pois os consumidores sabem que os produtos orgânicos são mais saudáveis. Nota-se que não é uma realidade apenas nacional, mas uma tendência mundial que se guia pelos caminhos de uma agricultura economicamente sustentável e ecologicamente correta.

Como os produtores de alimentos orgânicos são pequenos agricultores, vemos um incentivo a "Agricultura Familiar", mantendo o homem no campo, evitando que ele vá para a cidade. Em regra geral, os pequenos agricultores possuem baixa escolaridade e pouco poder aquisitivo, tornando-se mais um favelado. Pode-se dizer que a agricultura orgânica é mais um estímulo a inclusão social.

Referências

- AMSTALDEN, L. F. F. **Meio ambiente, pesticidas e contaminações: as muitas faces de um problema.** Reforma Agrária, 1993. p. 87-99.
- DAROLT, Moacir Roberto; NETO, Francisco Skora. **Sistema de plantio direto em agricultura orgânica.** Disponível no Internet dia 12/04/2005, no endereço: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/DaroltPlantioDiretoOrganico2.pdf.
- FERREIRA, Araceli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Atlas, 2003.
- GALLO, Domingos, et al. **Entomologia Agrícola.** Piracicaba: FEALQ, 2002, v.10, 920 p.
- ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sergio Roberto Lima de; FILHO, Paulo Faverest; ROCHA, Luciana Thibau M da. **Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro.** Disponível na Internet dia 15/05/2006, no endereço: http://www.naturalrural.com.br/conteudo/agricultura_organica.pdf.
- REBOLLO, Mario Guilherme. **A contabilidade como instrumento de controle proteção do meio ambiente.** Porto Alegre, 2000.
- RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

AS OPINIÕES DA POPULAÇÃO DO ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO CERRADO DE CAMPO MOURÃO

João Claudio Alcantara dos Santos, Turismo e Meio Ambiente, Fecilcam, joaoclaudio_19@hotmail.com
Lucimara Liberali, Fecilcam/SETI, soulucimara@yahoo.com.br

O município de Campo Mourão localiza-se na região centro ocidental do estado do Paraná e a unidade de conservação municipal Estação Ecológica do Cerrado situa-se no perímetro urbano mais precisamente no Jardim Nossa Senhora Aparecida. Este município é composto pelos complexos vegetacionais de Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrofila Mista e o cerrado. Este trabalho teve por objetivo averiguar junto a população do entorno o conhecimento da unidade, bem como as atividades desenvolvidas na Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão. Esta unidade preserva e conserva a vegetação do cerrado que resguarda uma riqueza florística num espaço atípico as suas condições ecológicas.

Esse estudo de investigação foi realizado com a aplicação de questionários composto por nove perguntas objetivas divididas em identificação, conhecimento da área e sugestões. As pesquisas foram realizadas no período de março a agosto de 2008, por meio de visitas aos moradores do entorno. Os entrevistados perfazem 15% da população do entorno, os quais entregaram os questionários devidamente preenchidos sem a intervenção do pesquisador.

Os resultados obtidos servirão para preservação e conservação, elaboração de ações ambientais e pesquisas científicas ao qual integrará os moradores do entorno na reestruturação das atividades e divulgações, tendo estes como parceiros na manutenção da unidade. Na Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão a Educação Ambiental é realizada de forma contínua, no intuito de apresentar os resultados obtidos por meio da identificação das espécies do cerrado e pesquisa de fragmentos paleoclimáticos, que estão sendo aplicados em ações de sensibilização, preservação e recuperação do meio. Essas ações visam amenizar a destruição da flora e fauna e demonstrar com aulas teóricas e práticas, para a comunidade, a importância de como utilizar os recursos naturais, sem alterar o meio. (MASSOQUIM & LIBERALI, 2007).

Na Estação Ecológica do Cerrado (EEC) muitas pessoas solicitam mudas dessas espécies para reproduzirem em seus quintais, pois a mesma não possui espaço suficiente para a reprodução de mudas, portanto, surgiu a necessidade de realizar uma parceria com IAP(Instituto Ambiental do Paraná) local, pois este tem toda uma infra-estrutura que possibilita esta reprodução de muda. Algumas alternativas para as espécies do cerrado, foram desenvolvidas por meio de estudos teóricos e empíricos, como as de importância econômica para a medicina natural, madeireira, alimentar, entre outras, pois a flora do Cerrado é considerada por Siqueira (1981) “... Como uma riqueza florística de nossos cerrados que aos olhos de pessoas leigas parece impossível tamanha relevância, pois que desconhecem seu valor real”.

Para que essa flora seja preservada e conservada é necessário intensificar as ações ambientais de sensibilização para sociedade, especialmente a comunidade que trabalham com a medicina natural, implantação nos logradouros da cidade, repovoamento de áreas degradadas e reposição de mata ciliar, estas ações serão realizadas por meio de palestras, exposições, repovoamento de áreas degradadas, paisagismo urbano, estudos fenológicos, bem como reprodução de mudas para sociedade.

A Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão tem por finalidade, especialmente, conciliar a proteção a flora, fauna e dos demais recursos ambientais, bem como, a utilização voltada aos objetivos educacionais, culturais e científicos, de forma a proporcionar aos habitantes do município a possibilidade de desenvolvimento da educação ambiental e melhorias na qualidade de vida (Decreto Municipal 596/93).

Como já mencionado, para a obtenção dos resultados foram aplicados questionários nas residências do entorno da Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão o qual foi levantou alguns dados importantes referentes ao tempo de residência dos mesmos no entorno da Estação, se tinham conhecimento sobre as atividades que são desenvolvidas no local, se gostariam de obter mudas do cerrado, e qual o maior problema ou risco que os mesmos vêem na Estação Ecológica do Cerrado.

Foi averiguado que a maioria dos entrevistados 28,6% residem no entorno da Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão, de 10 a 20 anos, esse resultado mostra que 80% dessas famílias ocuparam a área do entorno da Estação, após a criação da unidade que ocorreu em 25 de abril de 1990, pelo decreto de nº 191, a área foi declarada de patrimônio público para fins de desapropriação. Quanto ao conhecimento da população do entorno sobre as atividades desenvolvidas na Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão, constatou-se que a grande maioria dos entrevistados, 82,1% não sabem quais atividades são desenvolvidas no local, resultado no qual evidencia a importância de desenvolver atividades que também aproxima a comunidade do entorno com

a unidade de conservação, visto que minimizará diversos impactos e problemas que atualmente e futuramente colocam em risco algumas espécies de cerrado que pouco restam no estado do Paraná.

Durante as interpelações objetivas de qual o maior problema ou risco que os mesmos vêem na Estação Ecológica do Cerrado obteve-se resultados que apontam uma situação preocupante onde a maioria, ou seja, 46,4% não sabem dizer qual problema ou risco eles viam para a unidade de conservação, porém 21,4% apontaram a poluição visual, incluindo os resíduos, especialmente sólidos jogados dentro e no entorno da área da unidade, outros problemas que foram constatados como o abandono, risco de epidemias e incêndios.

Outro resultado importante que mostra a importância de atividades e projetos que objetivam a aproximação da comunidade do entorno com a Estação Ecológica do Cerrado, são de que a maioria dos moradores entrevistados 78,5% afirmaram ter interesse de obter mudas de espécies do cerrado em suas residências, por causa, que varias espécies do cerrado são plantas com princípio ativo medicinais e as mesmas são utilizadas para este fim.

Diante dos resultados expostos, espera-se que os mesmos possam dar suporte na elaboração de atividades, projetos e eventos que tenham como objetivo a participação e a sensibilização ambiental da comunidade do entorno da Estação Ecológica de Campo Mourão, bem como os resultados mostram a importância e a necessidade de atividades referentes às mencionadas.

Referências

BERNARDEZ, A.T. **Valores sócio-culturais de unidades de conservação: herança natural e cultural do homem.** Anais do I Congresso Brasileiro De Unidades de Conservação. 15 a 23 de novembro de 1997, Curitiba, PR (2) p.22-31.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental: Princípios e práticas.** 5ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.63

RUSHMANN, D. V. de M. Turismo e Planejamento Sustentável: **A Proteção do Meio Ambiente. 6ed.** Campinas: Papirus, 1997.

MASSOQUIM, Nair Glória ; LIBERALI, L. . **A Preservação e Conservação de Fragmentos Paleoclimáticos e a Importância do Herbario na Estação Ecológica do Cerrado de Campo Mourão.** In: XII Simposio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2007, Natal. Natureza, Geotecnologias, Ética e Gestão do Território, 2007.

COMPROMETIMENTO E USO DO TEMPO PELO CONSUMIDOR TURISTA

Me. Lúcia A. Lozano de Souza, TIDE, Turismo e Meio Ambiente, Fecilcam, llozanosouza@hotmail.com

Introdução

O tempo é um tema abordado em grande parte dos trabalhos científicos relacionados tanto a marketing e comportamento do consumidor quanto a outras áreas de estudo da administração e das ciências sociais, pois o tempo é intrínseco à própria natureza humana (CHANLAT, 1996). A relação de uma sociedade com o tempo pode ser analisada sob diversos pontos de vista: tempo é uma unidade econômica, é dinheiro, é um recurso, é contexto, é trabalho e é lazer (ROSSI e SILVEIRA, 1999). No entanto, segundo Graham (1981), os estudos referentes aos modos de análise do tempo sobre fenômenos do consumo, ainda necessitam de enriquecimento dos modelos clássicos de comportamento do consumidor. Nesse sentido, Rocha et al. (1999) salientam que a Antropologia Social converge para uma nova perspectiva nos temas relacionados ao tempo, consumo e cultura. Krippendorff (2001) acrescenta ainda uma variável a essa perspectiva: o turismo. Segundo o autor, o turismo funciona como uma terapia e mediador no funcionamento no mundo de todos os dias, exercendo uma função harmoniosa sobre o indivíduo e também sobre a sociedade e a economia. Partindo dessa perspectiva, o homem necessita de um equilíbrio. Inicia-se assim, segundo Krippendorff (2001) o ciclo da reconstrução, começando pelo homem e suas necessidades, pelo homem comum que se torna turista e a seguir volta a ser o homem comum. Portanto, a possibilidade do indivíduo sair, viajar, reveste-se de suma importância. “Afinal o cotidiano só será suportável se pudermos escapar do mesmo, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos” (KRIPPENDORF, 2001, p.36). Nesse contexto, a evolução atual da sociedade industrial “mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores” (RODRIGUES, 2001, p.109). Conforme Krippendorff (2001, p. 46) “a viagem deve contribuir para contrabalançar os déficits e as privações. O turista procura uma compensação pela mobilização unilateral do trabalho: fazer e viver outra coisa, escapar da monotonia e por uma simples mudança encontrar um derivativo. A crescente socialização do ser humano obriga-o a evadir-se para passar as férias num mundo turístico relativamente liberado da dominação da sociedade e do Estado”. O processo de transposição cultural pode modificar parcialmente ou totalmente o comportamento do novo consumidor. Essa mudança também pode influenciar como ele compromete e usa seu tempo diante da nova situação. (PÉPECE, 2000; ROCHA et al., 1999; DIÉGUES JUNIOR, 1980). As

diferentes percepções de tempo em diferentes culturas tendem a induzir diferentes tipos de motivações de consumo (ENGEL, BLACKWELL e MINIARD, 2000). O tempo inesperado será percebido e considerado como uma gratificação para o qual o consumidor poderia argumentar que as normas, regras e escrituras de uso do tempo não se aplicam. No entanto, segundo Krippendorff (2001) uma pessoa não se torna outra pessoa só porque está na condição de turista, pois ela está marcada por seu estilo de vida diário, hábitos adquiridos, exigências e comportamentos dos quais não se pode se livrar assim de súbito, e automaticamente quando sai de férias, os carrega consigo, quer deseje ou não. Mesmo quando se faz outra coisa, existe uma tendência a se conservar o ritmo cotidiano habitual, e isso pode causar um impedimento para que a influência externa penetre e chegue até o indivíduo. E por fim, observa-se ainda o fato do indivíduo não saber lidar com a liberdade repentina e fora do comum, proporcionada pela viagem. Isso pode gerar uma insegurança, levando o mesmo a procurar ajuda sob a forma de oferta padronizada da indústria do turismo, a qual não favorece a liberdade nem a autonomia da pessoa em férias. Para se livrar de tal fato, seria necessário muita iniciativa do indivíduo e de independência de espírito.

Metodologia

Para esse estudo, foi utilizada a visão qualitativa do tempo no estudo do comportamento do consumidor, e elegeu-se como tema os possíveis efeitos dos hábitos do cotidiano no comprometimento e uso do tempo do consumidor turista. A pesquisa foi guiada pelo seguinte problema: os hábitos do cotidiano poderiam estar associados ao comprometimento e uso do tempo do consumidor turista em suas férias? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem direta, caracterizada pela amplitude transversal, concentrando-se no ano de 2007 como período de estudo. Os elementos estudados foram homens e mulheres a partir de 25 anos residentes no município de Campo Mourão. A técnica de amostragem utilizada foi, no início da coleta de dados, a seleção por conveniência e no decorrer da pesquisa a seleção do tipo bola-de-neve. A amostra foi composta de 9 pessoas sendo divididas por categorias de período de férias (1 semana, 15 dias e 30 dias). Como técnica de coleta de dados, utilizou-se questionários estruturados para coletar informações sócio-demográficas e entrevistas em profundidade semi-estruturadas gravadas para coletar informações referentes à escolha do local de férias, hábitos do cotidiano, comprometimento e uso de tempo das férias e envolvimento das organizações de turismo no comprometimento e uso do tempo do consumidor. Foi também aplicada a escala de valores de Rokeach para levantamento dos valores terminais e instrumentais dos consumidores. Os dados foram obtidos por fontes primárias. E para tratamento dos dados coletados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Por fim, os resultados da pesquisa serão apresentados sob a forma de relatórios.

Análises e Discussões

Até o presente momento, foram analisadas duas entrevistas da categoria referente a uma semana de férias. Os dois entrevistados são do gênero feminino, entre a faixa etária de 31 a 39 anos, com renda familiar entre 4 a 7 salários mínimos, casadas com filhos pequenos e adolescentes, possuem curso superior e atuam no mercado de trabalho como profissionais liberais. Os valores elencados do modo de agir com os objetivos de vida são compatíveis. Observou-se que em função do tempo destinado as férias, parece existir uma preferência pela opção da contratação de serviços ofertados pelas empresas turísticas locais, tendo como justificativa o conhecimento do maior número possível de atrações turísticas da localidade. O comprometimento e uso do tempo dos entrevistados nessa situação, foram determinados quase que na totalidade, pela agência de turismo contratada, ficando somente uma pequena parcela de tempo onde os entrevistados ficaram livres para estruturar o tempo conforme suas necessidades, que por sinal foram utilizados para descanso, pois o roteiro elaborado pela agência foi muito agitado. Alguns hábitos do cotidiano foram mantidos como por exemplo, acordar cedo e dormir tarde, não parar para um breve descanso durante o dia, e as atividades realizadas com hora marcada. Apesar do cenário ser diferente, não houve mudanças aparentes no modo de pensar, agir e consumir. A volta à realidade (retorno para casa), não provocou grandes alterações, pois alguns hábitos do cotidiano foram mantidos. No entanto, apesar do desgaste físico, parece ter havido uma renovação mental pelo fato da mudança de cenário.

Considerações Finais

Ao se contratar serviços turísticos da localidade visitada, os turistas parecem transferir toda a responsabilidade da organização de sua viagem para essas empresas, com isso, obtém-se a sensação de não ter stress no planejamento e correr o risco de erros não desejáveis quanto à escolha dos locais a serem visitados. No entanto, essas empresas direcionam, muitas vezes, conforme suas necessidades, as atrações a serem visitadas, e o que pode não ser exatamente o que o turista quer ver. Isso reflete na forma de consumo, ou seja, o turista acaba gastando seu dinheiro geralmente nos locais mais estruturados. E também impede que exista uma maior interação entre as culturas do visitante e do residente.

Referências

- CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, v.3, 1996.
- DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- ENGEL, James F. ; BLACKWELL, Roger D. e MINIARD, Paul. W. **Comportamento do Consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GRAHAM, Robert J. **The role of perception of times in consumer research**. Journal of Consumer Research, v.7, mar., 1981, pp. 335-342.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.
- PÉPECE, Olga Maria Coutinho. **Brasil, Japão e Estados Unidos: diferentes culturas, diferentes tipos de consumo**. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Florianópolis: ANPAD, CD ROM, 2000.
- ROCHA, Everaldo et al. **Cultura e consumo: um roteiro de estudos e pesquisas**. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Foz do Iguaçu: ANPAD, CD ROM, 1999.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- ROSSI, Carlos Alberto Vargas e SILVEIRA, Teniza. **Pesquisa sobre culturas nacionais: o inexorável futuro do marketing na globalização**. In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD. Foz do Iguaçu: ANPAD, CD ROM, 1999.

A PLURIATIVIDADE DO TURISMO E O CAMPONÊS

Juliana Carolina Teixeira, IC-Fecilcam/Fundação Araucária, Turismo e Meio Ambiente, Fecilcam,
julianatma@gmail.com
Me. Gisele Ramos Onofre (OR), Fecilcam, giseleonofre@usp.br

A existência de um “novo rural” brasileiro, segundo as propostas de José Graziano da Silva (1998), cada vez mais industrializado e menos agrícola levaria o camponês a um processo de desaparecimento via proletarianização. Assim, algumas atividades econômicas alternativas à agricultura, a exemplo do turismo, têm sido apontadas para o fomento da renda e fixação do homem no campo, segundo o pesquisador.

A pluriatividade seria a saída econômica para o campo, já que no processo de industrialização da agricultura e avanço do capitalismo não haveria lugar para a produção agrícola com base na lógica camponesa. Nesse sentido, o turismo enquanto atividade econômica submetida à lógica da produção e reprodução do capital se coloca como mais um reflexo do avanço do capitalismo, transformando o campo também em espaço de realização de lazer e negócios.

A proposta desse trabalho objetivou investigar o lugar do camponês no avanço do capitalismo, a partir das práticas turísticas implementadas nas propriedades agrícolas: se as políticas públicas alcançam o camponês e o auxiliam na implementação do turismo enquanto atividade econômica alternativa (pluriatividade), ou se esta atividade, a exemplo do agronegócio, está limitada aos empresários capitalistas localizados no campo.

Para além da pesquisa bibliográfica, utilizamos na realidade observada no campo, o método Histórico comparativo de dados, com entrevistas informais junto aos moradores do Barreiro das Frutas, onde se teve a intenção de implementar o Projeto Barreiro do Campo, que criaria uma rota de Turismo Rural na localidade, e a partir dessa análise compreender se a pluriatividade do turismo ocorre com a participação camponesa.

Executamos esse projeto utilizando o método Histórico Comparativo de análise de dados, lançando mão de análises quantitativas e qualitativas. Informações foram coletadas, nas instituições pesquisadas como a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) de Campo Mourão, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo, bem como nas propriedades localizadas no Barreiro das Frutas, que foram envolvidas no projeto Barreiro do Campo, o qual tentou implementar uma rota de Turismo Rural na localidade. Foram realizadas entrevistas informais com os participantes do projeto, com a finalidade de investigar sobre a pluriatividade do turismo. Nosso recorte temporal acompanhou a data de implementação do projeto turístico Barreiro do Campo, que busca o desenvolvimento da pluriatividade do turismo no local, o qual abrange o período de fevereiro de 2007 até o fim desta pesquisa no mês de agosto de 2008. O recorte espacial se configurou nas propriedades do Barreiro das Frutas, que foram envolvidas na rota de Turismo Rural.

Utilizamos fontes bibliográficas para descrever o fenômeno do campesinato, da pluriatividade e do Turismo Rural. Para chegar até os envolvidos nesse processo de implementação do turismo nas unidades de produção agrícola foi necessário adquirir por intermédio da Secretária de Planejamento do município o mapa da localidade pesquisada, o Barreiro das Frutas, e as informações contidas no Projeto Barreiro do Campo apresentadas pela líder do projeto a Sra. Sônia D. C. Luczinski, que possui uma propriedade no local. Com base

nesse mapeamento e nas informações adquiridas na EMATER, fomos nas propriedades para avaliar as questões relacionadas com a pluriatividade do turismo e o campesinato.

Buscamos na EMATER e na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo, nas propriedades rurais analisadas e por meio de entrevistas com os envolvidos no processo de implementação do turismo sobre o avanço da pluriatividade no município de Campo Mourão no Paraná, as informações necessárias para nossos estudos. Tais instituições bem como a EMATER estadual e a EMATER municipal, não nos auxiliaram para o avanço da pesquisa, como desejávamos, afinal conforme entrevistas informais, descobrimos que tais instituições não auxiliam nenhuma propriedade no município para a implementação da atividade turística como pluriatividade no campo.

Embora a EMATER não atenda nenhum produtor rural sobre esse projeto, isso não deve ser desprezado enquanto dado de pesquisa, porque os dados fornecidos pela instituição nos auxiliaram na definição do perfil dos agricultores envolvidos. Assim, tais dados permitiram um olhar sobre a expansão do turismo no município de Campo Mourão, enquanto atividade econômica alternativa à agricultura.

Nosso recorte temporal compreendeu o período entre os meses de fevereiro de 2007 até agosto de 2008. Também estudamos por meio de bibliografias, documentos e relatos, sobre o período que compreendeu a colonização de Campo Mourão nas décadas de 50 e 60, afinal para entender o processo do campesinato e da pluriatividade, foi necessário, além da pesquisa teórica, conversas informais com os pioneiros da cidade sobre a questão da luta pela terra, o que configura a discussão dos problemas no campo, que também foram e são vividos em Campo Mourão, o que trouxe mais uma vez a discussão do campesinato e suas possibilidades com a pluriatividade do turismo. Bem como nos diz Soriano (2002), que realizou pesquisa sobre a disputa de terras no município “os inquéritos policiais e os processos penais mostraram-se fartos em assinalar informações acerca de litígios de terras no período de 1946 a 1964.” Compreendemos, portanto, que o primeiro impasse para a implementação do turismo é a posse da terra, as lutas vividas pelos pequenos agricultores de base familiar em sua permanência na terra.

No avanço da análise, constatamos que o projeto Barreiro do Campo não se encontra vinculado a nenhuma instituição. O que configura falta de auxílio por parte das políticas públicas de fomento a essa atividade. Apesar da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio e Turismo de Campo Mourão, procurar auxiliar de alguma forma o projeto Barreiro do Campo, não há programa regularizado de fomento a esta atividade por parte de nenhum órgão governamental. No decorrer da pesquisa, descobrimos que os proprietários que desejam implementar atividades ligadas ao lazer na sua propriedade recorrem a programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e na maioria dos casos não são auxiliados por tais programas governamentais.

O foco central da análise foi sobre a localidade do Barreiro das Frutas, afinal, a pesquisa se encaminhou para maior aprofundamento nas propriedades ali localizadas. Por se tratarem de propriedades diversas onde, se localizam ali agricultores de base familiar, médios agricultores, propriedades de Lazer, propriedades apenas de moradia, dentre outros. Assim essas propriedades foram comparadas a um empreendimento que se vende como Turismo Rural no município, que a é Pousada *A Fazendinha*. De maneira que essa comparação apresenta de forma mais clara quem são os atores do Turismo Rural, que possuem verdadeiras condições de implementar a atividade.

Após análises realizadas nessa pesquisa compreendemos que o Projeto Barreiro do Campo não se desenvolveu por falta de auxílio de políticas públicas, não apenas na questão financeira mas também de apoio técnico na organização e implementação da atividade no local. E ainda, encontram-se confundidos em um mesmo projeto de fomento para a atividade turística como pluriatividade, agricultores de base familiar, médias propriedades, propriedades de lazer, dentre outras, que podem ser beneficiadas igualmente, lembrando que o discurso teórico e político se referem ao fomento da agricultura de base familiar. Indo mais além, nas propriedades de agricultores de base familiar onde encontramos atividades não-agrícolas como segunda fonte de renda, compreendemos que elas não se caracterizam como atividades turísticas. Portanto a ausência da atividade pluriativa do turismo com a participação camponesa foi constatada.

Observarmos através da pesquisa bibliográfica realizada, das visitas as propriedades do município de Campo Mourão que já possuem ou estão em fase de implementação do turismo, das participações em reuniões de órgãos municipais envolvidos com o turismo, através do acompanhamento constante das atividades realizadas pelo grupo de moradores do Barreiro das Frutas e seu projeto de implementação do turismo na localidade, que os recursos, o apoio e os investimentos são escassos e quase raros ao pequeno produtor, no que se refere ao turismo.

Os empreendimentos que crescem e se desenvolvem no município que tem atividades relacionadas com o turismo rural, não tem relação com o camponês. Pelo contrário, constatamos que, são os empresários no campo que tendem a crescer cada vez mais nessa atividade. Ainda compreendemos que grandes propriedades se confundem em meio às pequenas propriedades para receber os mesmos auxílios de investimentos públicos, quando eles são fornecidos.

A pesquisa considerou que não há incentivos públicos regularizados para o fomento da atividade turística no local. E que as atividades, as quais são realizadas em algumas propriedades que são sinônimos de atividades de lazer para visitantes, não se caracterizam como atividades de Turismo Rural como pluriatividade. Elas são atividades de renda acessória, que não incluem pernoite, dentre outras características próprias da atividade do Turismo. Compreendemos que, na localidade encontram-se confundidos ali, empresários no campo, pequenos agricultores, propriedades de lazer que nada tem a ver com o camponês.

A atividade turística é considerada pela pesquisadora Ana Fani Carlos Alessandri (2007) como um dos principais pilares de reprodução ampliada do capital. Não é por acaso que autores mais críticos em relação às práticas turísticas (Cruz, 2001; Rodrigues, 1999 e a própria Carlos, 1999) utilizam o conceito de simulacro de Jean Baudrillard (2007) para designar os espaços que sofreram o processo de turistificação.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. 2.ed. Portugal: Edições 70, 2007.
- CARLOS, CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/>. Acesso em 20 de abril de 2007.
- _____. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; YÁSIGI, Eduardo; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, José Graziano; GROSSI, Mauro Eduardo Del. O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98. **Revista Nova Economia**, vol 7, n.1, p. 43-81, maio de 1998. Disponível em: www.eco.unicamp.br.
- SORIANO, Sara Mônica Pitot de. **Expropriação e violência: A luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra. (Campo Mourão: 1946-1964)**. 2002. Tese (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Maringá, 2002.

VALOR ECONÔMICO DE VISITAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL JOAQUIM TEODORO DE OLIVEIRA- PARQUE DO LAGO: UMA ANÁLISE ESTATÍSTICA

João Cláudio Alcantara dos Santos, IC-Fecilcam/Fundação Araucária, Turismo e Meio Ambiente, Fecilcam,
joaoclaudio_19@hotmail.com

Dr^a. Janete Leige Lopes (OR), Fecilcam, jl_lopes@yahoo.com.br

O Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira localizado na cidade de Campo Mourão-Estado do Paraná, desenvolve atualmente atividades de lazer e recreação, para as quais recebe, diariamente, um considerável número de visitantes destinados a praticarem atividades físicas. Entre as atividades físicas praticadas no local as mais freqüentes estão às caminhadas, corridas diversas e outras praticas físicas, tais como exercícios de alongamento e relaxamento. As atividades recreativas que se destacam são as leituras ao ar livre, piqueniques e brincadeiras no parque infantil. A economia define os benefícios acima citados como "externalidades positivas" devido ao fato de as mesmas gerarem ganhos aos indivíduos (ALMEIDA, 1998). Porém, a atividade de valorar um recurso ambiental depara-se com características próprias desses bens porque a maioria dos bens e serviços ambientais, são de propriedade comum, causando uma situação de uso livre e gratuito e não apresentam os atributos de exclusividade e rivalidade impedindo uma definição clara dos valores de mercado.

Buscando identificar as fontes de ineficiência de mercado e sua influência na análise econômica dos bens públicos, a economia do meio ambiente respalda-se na teoria econômica do bem-estar, através dos critérios de eficiência de Pareto. A economia do bem-estar é a parte do estudo da economia que explica como identificar e alcançar alocações de recursos socialmente eficientes (MILLER, 1987)

A justificativa para valorar bens públicos decorre do fato de que, a manutenção, conservação e investimento são de exclusividade do poder público, porém, este, por deficiência orçamentária ou outras razões que não fazem parte do escopo deste estudo, acaba abandonando muitos dos seus recursos naturais e ambientais.

Assim, este estudo desenvolveu uma análise estatística da Disposição a Pagar (DAP) dos visitantes do Parque do Lago; para que os mesmos possam continuar recebendo os benefícios por ele proporcionados.

Existem vários métodos dos quais permitem mensurar os valores relacionados ao meio ambiente. Este estudo utilizou-se o método de Valoração Contingente, que consiste na tentativa de:

(..).contornar os problemas de ausência de sinais de mercado para bens públicos, perguntando diretamente as pessoas, qual o valor atribuído por elas a um bem publico. Consiste ainda, na criação de mercados hipotéticos, em

que através de entrevistas pessoais, um indivíduo tem a chance de comprar o bem em questão, revelando suas preferências como se estivesse num mercado verdadeiro. (BELLUZZO Jr,1995, p.18).

A aplicação do Método de Valoração Contingente consiste em quatro (4) fases: 1ª) seleção da amostra da população freqüentadora do parque, segundo critérios estatísticos, 2ª) elaboração do questionário, 3ª) realização das entrevistas a uma, com o objetivo de verificar qual é o perfil socioeconômico e a Disposição a Pagar (DAP) dos mesmos, 4ª) exposição e análise dos resultados.

Antes de ter iniciado a pesquisa, foi realizada a contagem de pessoas freqüentadoras do parque para que se pudesse fazer retirar uma amostra dessa população. Este trabalho teve duração de dois meses e foi realizado em todos os dias da semana, incluindo feriados quando o fluxo de pessoas é maior. Decorridos aos dois meses constatou-se que o parque teve um fluxo de aproximadamente 1.400 pessoas, incluindo homens, mulheres e crianças das mais diversas idades. Após ter sido selecionada uma amostra, iniciou-se a pesquisa no dia 01 de agosto de 2007.

Foram aplicados 140 (cento e quarenta) questionários (10% da amostra da população de acordo com os critérios estatísticos) em diferentes dias da semana, em horários diferentes, com o intuito de atingir pessoas de diversas características sócio-econômicas, além de ter uma idéia ampla dessas características dos visitantes do parque. Os dados levantados ajudaram a identificar o perfil das pessoas que visitam o parque.

Os dados mostraram que 55,7% dos freqüentadores do parque, são do sexo feminino e que dentre esses freqüentadores, 18,6% encontram-se na faixa etária de 20 a 30 anos, 22,1% de 30 a 40 anos e 20,0% de 40 a 50 anos.

Quanto o grau de instrução dos visitantes do parque, verifica-se que do total dos entrevistados 22,8% possui curso superior completo e 25,0% ensino médio completo, este resultado se torna interessante na medida em que os freqüentadores do parque possuem conhecimentos de que é importante a prática de atividades físicas para preservar futuros problemas de saúde e manter a boa forma física, justamente por ter um bom grau de instrução.

Na seqüência foi questionado se o visitante contribuía financeiramente com a família. Os resultados mostraram que 69,2% contribuem financeiramente com a família.

Em relação à renda recebida pelos freqüentadores do parque, pode-se observar, na tabela 1 que a grande maioria as pessoas, 40,0 %, recebem de 4 a 6 salários mínimos.

Tabela 1 - Faixa de Renda mensal dos visitantes do parque

FAIXA DE RENDA	Nº. de Respostas	(%)
1 a 2 salários mínimos	06	4,2
2 a 4 salários mínimos	32	22,8
4 a 6 salários mínimos	56	40,0
6 a 8 salários mínimos	27	19,2
8 a 10 salários mínimos	14	10,0
Mais que 10 salários mínimos	05	3,5
Total	140	100,0

Fonte: Pesquisa do acadêmico

Durante as entrevistas constatou-se que 21,4% dos entrevistados residem em Campo Mourão a mais de 30 anos e 18,5% residem de 5 a 10 anos na cidade. Quanto à freqüência dos mesmos verificou que 30% freqüentam o Parque do Lago diariamente e 27,8% freqüentam o parque aos finais de semana e feriados.

Quanto a Disposição a Pagar foi traçado um breve histórico do local, no qual o entrevistado teve oportunidade de saber (ou lembrar) que o local passou por diversas reformas e readequações para que chegasse no que existe e o que pode oferecer a população atualmente. A partir desse esclarecimento, foi perguntado ao entrevistado se ele estaria disposto a contribuir com um determinado valor para a preservação do Parque do Lago. Os resultados são apresentados na tabela 2, a seguir.

Constatou-se que 66,4% dos visitantes estariam dispostos a pagar um determinado valor pelo uso e conservação do local, mas infelizmente, 33,57% dos entrevistados não pagariam absolutamente nada.

Tabela 2 – Estimativa mensal da Disposição a Pagar

DAP	Nº. de Respostas	(%)	Estimativa Mensal da DAP
0,50	08	5,7	4,00
1,00	23	16,4	23,00
2,00	21	15,0	42,00
3,00	11	7,8	33,00
4,00	02	1,4	8,00
5,00	21	15,0	105,00

10,00	07	5,0	70,00
0,00	47	33,5	0,00
Total	140	100,0	285,00

Fonte: Pesquisa do acadêmico

A partir dos dados da Tabela 2, foi possível estimar um valor médio mensal por visitante da disposição a pagar, a qual estimou-se um valor de R\$ 2,04.

Considerando que este estudo objetivou estimar a Disposição a Pagar dos freqüentadores do Parque do Lago, em Campo Mourão. Constatou-se que 93 visitantes ou 66,4% da amostra estariam dispostos a pagar um determinado valor pelo uso e conservação do local, e 47 entrevistados ou 33,57% dos entrevistados não pagariam um valor para a preservação do parque, a justificativa para isso encontra-se no fato da população esperar que a obrigação para a conservação do Parque do Lago é de responsabilidade do Poder Público. Espera-se que os resultados possam vir a colaborar na tomada de decisão do setor público municipal, não só no direcionamento de investimentos para o local, mas também, em relação à sua contribuição no processo de desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Referências

- Almeida, L.T. de. **Política Ambiental: Uma análise econômica**. Campinas: Unesp/Papiros, 1998. p192.
- Belluzzo Jr., W. **Valoração de bens públicos: O método de avaliação contingente**. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Economia) –
- Mansfield, E.** Microeconomia: teoria e aplicações. 2 ed. Rio de Janeiro : Campus, 1978. p. 377-413. Tradução de José Edgard da Mota Freitas e Mario da Fonseca Gelli.
- Miller, R. L.** Microeconomia: Teoria, questões e aplicações. São Paulo : McGraw - Hill do Brasil, 1987. p. 439-468. Tradução de Sara Gedanke.
- PONTILI, Rosângela M.** Valoração Monetária de Benefícios Sociais do Parque Ecológico DivaPaim Barth. Toledo, 1997, p72, Monografia (Graduação) – Unioeste.

O TURISMO BRASILEIRO NOS DOCUMENTOS DE ORDEM JURÍDICA (1933-1977)¹

Esp. Fabiane Nagabe, TIDE, Turismo e Meio Ambiente, Fecilcam, fabianenagabetur@hotmail.com

A preocupação com o turismo, por parte do Governo Federal, se mostra registrada desde a primeira metade do século XX, quando, em 10 de outubro de 1933, no Rio de Janeiro, o governo federal “promulga o Convênio entre Brasil e Argentina para o fomento do turismo” (BRASIL, 1934) posteriormente “ratificado em [21 de maio de] 1934, [em Buenos Aires, pelo então Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas] que previa a supressão de taxas aos turistas e a livre circulação dos veículos.” (BARRETO; BURGOS; FRENKEL, 2003, p.79).

Apesar de observarmos que “Desde a década de 1930, organizações governamentais e empresas de Turismo vinham tentando controlar o tamanho e as características dos mercados turísticos” (BENNI, 2002, p.35), antes disso as ações do Governo Federal, estiveram praticamente ausentes de preocupações com o turismo. Têm-se registros anteriores a esta data apenas de ações como: regulamentos para a expedição de passaportes e formalidades aduaneiras, vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores.

Optamos aqui por apresentar um recorte temporal, de 1933 a 1977, a fim de demonstrarmos que as relações políticas que envolvem o turismo se realizam e se perpetuam ao longo da construção histórica e social do país. Fatos elucidados aqui a partir da leitura de referenciais teóricos que dissertam sobre o tema, em complemento à análise de fontes de ordem jurídica que nos trazem a medida das regras de comportamento das pessoas e das instituições.

Para melhor entender tematicamente e cronologicamente a constituição das ações políticas brasileiras em torno do tema Turismo, optamos por evidenciar os fatos e discutir a problemática da pesquisa, utilizando-se da análise de fontes documentais de ordem jurídica, composta por Leis², Decretos³, Decretos-Leis, e Resoluções da Câmara dos Deputados da década de 1930 a meados de 1980, que pudessem nos ajudar na construção do caminho político das ações para o turismo no Brasil. A quantidade de documentos deste tipo, explica-se pela exigência da pesquisa.

Não se perde de vista, na análise de nossas fontes, que as leis:

[...] dizem respeito às regras de comportamento das pessoas e das instituições, com a finalidade de controle e disciplinamento das coisas, das idéias e dos cidadãos.

É preciso observar no documento jurídico - na lei - o que está sendo definido e nomeado para o campo de sua atuação, identificando quais os movimentos e ações que se pretendem imobilizar, inibir ou constringer inclusive pensamentos e idéias.

As leis definem o campo de sua atuação: nomeiam as práticas e os comportamentos a serem controlados, normalizados, negados, ou atuam sobre os corpos para punir, mas também introjetam valores morais nas consciências. Há, ainda, a função inibidora da lei que visa a constringer os movimentos e as idéias das pessoas, imobilizando-as ou determinando as suas ações cotidianas. (ALVES, 1996, p.36)

Cabe ressaltar que:

A legislação como fonte histórica não é fácil de ser analisada devido principalmente à sua gramática e linguagem estritamente formais. O discurso jurídico se apresenta com muita clareza de raciocínio, além de ser um texto com termos técnicos e filosóficos muito precisos. Por este motivo o texto jurídico é difícil de ser analisado do ponto de vista da sua historicidade. Trata-se de um documento que exprime tão somente uma informação residual e fragmentada. A lei perde sua validade enquanto tal quando é revogada ou quando se perde pelo tempo. Quer dizer, a lei perde seu valor jurídico e passa a ter apenas valor histórico, podendo fornecer os significados heurísticos e sinais para além de seus próprios termos. A lei morta perde sua razão legal e eficácia, tornando-se memória coletiva para a história. (ALVES, 1996, p.36)

Os documentos investigados acusam um recorte temporal específico, instituídas da década de 30 até meados dos anos 80, que nos permite reflexões a cerca da construção das iniciativas políticas para o turismo no Brasil. Iniciam-se na década de 30, pois é no Decreto 24.393, de 1934, que se apresenta à primeira referência à preocupação do estado nacional com o turismo. Após esta data ainda se encontram inúmeros documentos, que não nos cabe aqui analisar, e que merecem atenção para trabalhos posteriores. Porém não nos deteremos a longo a descortinar essas questões por toda a história do país, para não nos alongarmos demais e desviarmos de nosso foco.

Patente em nossas investigações, reveladas por nossas fontes, é o fato de que há um espesso incentivo ao fluxo de turistas internacionais, principalmente os pertencentes aos países limítrofes, por interação entre as instituições públicas de turismo e o as representações consulares e diplomáticas, formalizando convênios, fornecendo estímulos fiscais, e criando ações que facilitem a circulação de passageiros, apontando claramente as zonas de interesse prioritário dos governos da época, num estímulo ao turismo receptivo internacional.

Essa dinâmica política demonstra o condicionamento de estilos políticos pelas representações de valores, pelas idéias, sentimentos e pelas orientações e atitudes predominantes na sociedade, o que comumente é subsumido sob o conceito da “cultura política”. (FREY, 2000, p.236)

Esses descaminhos dos governos no encaminhamento das políticas que circundam o desenvolvimento do turismo internacional no Brasil nos leva a novos questionamentos sobre as políticas contemporâneas de fomento do turismo, e neste campo inclui-se o Turismo no Espaço Rural.

Notas

¹ Trata-se de uma revisão de parte de minha pesquisa de TIDE desenvolvida na FECILCAM, e do primeiro capítulo da dissertação de mestrado. Ambas as pesquisas investigam as implicações do turismo no patrimônio cultural do espaço rural na região noroeste do Paraná.

² “As leis destinam-se a disciplinar uma variedade imensa de situações. [...] A sistematização das leis mais complexas observa, entre nós, o seguinte esquema básico: Livros, Títulos, Capítulos, Seções, Subseções e Artigos. [...] Embora os procedimentos atinentes à formação da lei estejam previstos de modo mais ou menos detalhado na Constituição, não subsiste dúvida de que a metodologia empregada na elaboração das leis não observa, necessariamente, um programa previamente definido” (Brasil. Presidência da República, 2002, p.79 et. seq.).

³ “Decretos são atos administrativos da competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinados a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas, de modo expresse ou implícito, na lei. [...]. Todos os decretos serão referendados pelo Ministro competente” (Brasil. Presidência da República, 2002, p.101).

Referências

- ALVES, Paulo. Experiências de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: Maria do Carmo Sampaio di Credo. **Fontes históricas: abordagens e métodos**. São Paulo - Assis: Edunesp, 1996.
- BARRETO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Campinas: Papirus, 2003.
- BENNI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC, 2002.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002

BRASIL. Decreto nº 24.393, de 13 de junho de 1934. Promulga o Convênio entre Brasil e Argentina para o fomento do turismo, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1933.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Brasília. IPEA. Planejamento e Políticas Públicas. n. 21, junho de 2000. p. 211-259.

A IMPLANTAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO NA TRADICIONAL FESTA DO CARNEIRO DO BURACO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Fabício Wesley da Rocha, IC-Fecilcam/Fundação Araucária, Turismo e Meio Ambiente,
phabriciowesley@hotmail.com

Dr. Tânia Maria Coelho (OR), Fecilcam, aapiloto@yahoo.com.br

Esp. Larissa Mattos Alves (CO-OR), Fecilcam

Em Todos os estabelecimentos, alimentícios, devem apresentar padrões higiênico-sanitários satisfatórios para a qualidade dos produtos produzidos, uma das formas precisas para atingir este padrão de qualidade é através da ferramenta de qualidade Boas Práticas de Fabricação-BPF, normativa esta estabelecida pela ANVISA. Desta forma o presente trabalho tem como intuito avaliar as instalações da cozinha industrial da festa Carneiro no Buraco no Município de Campo Mourão-Pr e a importância do desenvolvimento de normativas como função de diminuição dos casos de contaminação.

Para o maior entendimento desta complexidade é de suma importância o levantamento de bibliografias e artigos referentes na área, sendo assim. De acordo com a Anvisa 1997, é indispensável que as empresas de alimentos adotem um sistema de Boas Práticas de Fabricação (BPF), para a sobrevivência de sua atividade, tanto em relação ao aspecto legal quanto a competitividade existente no mercado, não só as empresas produtoras de alimento devem apresentar estes cuidados, mas sim qualquer outro estabelecimento que produza alimento, tais como restaurantes ou festas gastronômicas como é o caso a tradicional Festa Carneiro no Buraco.

A existência de microorganismos no processamento dos alimentos prejudica a qualidade do produto acabado, diminuindo sem dúvida a qualidade do produto, o que poderá causar danos prejudiciais aos consumidores, tais como, infecções entre outras doenças, alimentares.

Desta forma, as Boas Práticas de Fabricação (BPF) podem ser definidas como um conjunto de normas e procedimentos, descritos em um manual, visando atingir um determinado padrão de identidade e qualidade, avaliadas através de inspeção e investigação (SILVA, 2001).

A higienização não adequada e manipulação dos alimentos podem acarretar doenças de origem alimentar que são provocadas por bactérias, fungos, vírus, parasitas, agentes químicos e substâncias tóxicas de origem animal e vegetal (MACEDO, 1996).

Os alimentos produzidos com qualidade significam que além de satisfazer os consumidores, em relação às características de sabor, aroma, aparência, embalagem, preço e disponibilidade devem apresentar as condições intrínsecas de segurança alimentar, que são relevantes quando se referem aos aspectos relacionados à influência deste alimento sobre a saúde do consumidor (FORSYTHE, 2002).

Para a realização da pesquisa de iniciação científica 2008 da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, sobre o referente tema, A IMPLANTAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO NA TRADICIONAL FESTA DO CARNEIRO DO BURACO, NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, foi necessário algumas determinações que tratam sobre as condições da cozinha industrial e a implantação das Boas Práticas de Fabricação-BPF, que seguem logo abaixo:

Sobre a real situação da instalação da cozinha industrial do parque, foi necessário visita de campo, no qual foi acompanhada com o *check-list* da RDC 275.

De modo geral as visitas foram determinadas em todo o tempo de preparação da festa assim como o código determina.

Além das questões técnicas o projeto teve um levantamento bibliográfico à cerca das contaminações que microorganismos podem causar nos alimentos.

Com tudo, vale ressaltar que no ato das visitas foram discutidas de forma informal as informações sobre a importância de equipamentos higienizados, além da manipulação adequada dos alimentos, como principal forma de não contaminar os alimentos e principalmente os consumidores, que são os visitantes da Festa.

Este projeto teve como intuito principal avaliar se a cozinha industrial onde prepara os alimentos para a realização da Festa do Carneiro no Buraco apresentava condições higiênico-sanitárias, segundo as normativas estabelecidas pelos órgãos competentes.

Sendo assim, uma das formas relevantes para o resultado deste estudo, foi através de entrevistas realizadas informalmente pelos voluntários da festa, sobre as condições das instalações da cozinha, os mesmos argumentaram que a construção desta, partiu-se de um projeto político, elaborado pelos responsáveis

do evento, no qual, já tinham a consciência que haveria necessidade de elaborar um ambiente mais propício e adequado assim como a Vigilância Sanitária determina, para que não venha ocorrer contaminações nos alimentos e posterior contaminação aos turistas no local.

Assim com a execução do projeto pode-se notar que realmente as condições da cozinha encontram-se de acordo com o estabelecido pela a ANVISA, uma vez que esta passa por modificações estruturais e por fiscalização de órgãos competentes.

Pode-se observar também que os manipuladores utilizam-se, de luvas, jalecos, tocas, em fim padrões estabelecidos pela as Boas Práticas de Fabricação.

Outro fato a salientar, foi o levantamento proposto aos responsáveis da festa sobre a possibilidade de realizar treinamentos antes da execução da festa aos manipuladores sobre assuntos referentes a higienização e sua importância em um ambiente onde existe a execução de preparação dos alimentos, este treinamento deve ser de acordo com as normas estabelecidas por órgãos competentes, desta forma os riscos de contaminação microbiana seriam quase nulos.

A festa não deve enfatizar apenas a cozinha industrial, mas sim as barracas, que não são padronizadas e mesmo assim vendem produtos em quantidades altas, estas barracas devem padroniza-se e não deixar os alimentos em contato com o meio por muito tempo, uma vez que isso aumenta a possibilidade de contaminações, principalmente para as barracas de “cachorro quente” que a maior parte deixa sem refrigeração produtos em bisnagas, como maioneses, mesmo sabendo que essa prática é proibida por lei.

Para tanto, pode-se concluir que a realização deste projeto de iniciação científica trouxe inúmeras vantagens, não apenas as questões técnicas estabelecidas para a festa, mais sim ao aprendizado e maior conhecimento de uma área de grande importância para o desenvolvimento de produtos.

Para tanto, pode-se notar precisamente que a Festa Carneiro no Buraco apresenta condições higiênicas para a realização de seus pratos, trazendo assim satisfação, qualidade e segurança alimentar para os clientes.

Contudo, pode-se observar que é de suma importância que as instituições de ensino superior juntamente com projetos de iniciação científica desenvolvam projetos para a sociedade, assim como este, pois visando acima de tudo a qualidade e a satisfação de clientes perante um prato apresentado pelo município da cidade de Campo Mourão-Pr.

Referências

ANVISA. Portaria N^o 326 de 30 de julho de 1997 do Ministério da Saúde. Disponível em

<http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em 15 abril 2008.

FORSYTHE,S.J.**Microbiologia da segurança alimentar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA JR., E. A. **Manual de controle Higiênico sanitário em Alimentos**. São Paulo: Livraria Varela, 1995, 347p.

MACEDO, J.A. **Higienização na Indústria de Alimentos**. São Paulo: Livraria Varela, 1996.

PLANEJAMENTO DE PROJETOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DA REFORMA CURRICULAR AO COMPROMETIMENTO SOCIAL – O CASO TURISMO E MEIO AMBIENTE DA FECILCAM

Zilda Ferreira Leandro, TIDE, Turismo e Meio Ambiente, Fecilcam, zildaleandro@hotmail.com

O turismo vem crescendo vertiginosamente enquanto fenômeno social e econômico. Segundo a OMT essa atividade apresenta uma grande diversidade e heterogeneidade que dificulta o tratamento conjunto, repercutindo também no aspecto formativo (OMT Apud Barreto, Tamanini e Silva). O presente trabalho propõe analisar se essa reforma curricular é capaz de promover formação e capacitação do profissional em Turismo e Meio Ambiente da Fecilcam¹, para desenvolver atividades de planejamento em educação ambiental com comprometimento social como está sugerido pelo novo Projeto Político Pedagógico, foi implantado no início de 2008. Diagnosticar através do método comparativo a pretendida formação profissional descrita no Projeto Político Pedagógico de Turismo e a possível capacitação decorrente da implantação da grade curricular, ementas e objetivos das disciplinas propostas.

Esta nova proposta para o curso de Turismo e Meio Ambiente (2008) teve por essência uma atividade interdisciplinar, ou seja, a integração de dois ou mais componentes curriculares na construção do conhecimento e surgiu como uma das respostas à necessidade de uma reconciliação epistemológica. Esse processo se faz necessário devido à fragmentação dos conhecimentos ocorrido com a revolução industrial, promovendo a técnica e o capital em detrimento da necessidade de uma atuação comprometida com o meio ambiente. Essa nova proposta buscou conciliar os conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos. Entende-se que o profissional de Turismo e Meio

Ambiente deve transitar por várias ciências para poder compreender esse novo objeto de estudo, chamado atividades turísticas.

Piaget compreende que através das estruturas, funções e significações das áreas, emergem os problemas gerais e mecanismos comuns que serão os elementos pontuais do processo de investigação interdisciplinar. Isto indica que o nível interdisciplinar está relacionado à própria gênese do conhecimento. A origem da pesquisa interdisciplinar é associada à elaboração do projeto de Georges Gusdorf que, em 1960, procurou resgatar nas ciências humanas a ação social a que ela se propunha. A intenção era diminuir a distância teórica entre as ciências.

Gusdorf (1976) também entende que o interdisciplinar é necessário às ciências como forma de superação da fragmentação do saber. Para ele, as especializações das áreas, ao invés de produzirem conhecimentos que contribuíssem para a evolução humana, tornaram-se fatores de ruína da atividade humana (seja o pensar ou o fazer).

De acordo com a LDB que sugere os temas transversais nas diversas disciplinas, como, cidadania, qualidade de vida, ética e meio ambiente. O novo Projeto Político Pedagógico do curso propõe entender o mundo pela ótica do meio ambiente. Todas as disciplinas devem convergir para os temas propostos, de forma que venha garantir a transdisciplinaridade que segundo Piaget (1970) visa articular uma nova compreensão da realidade entre e para além das disciplinas especializadas. O que seria uma abordagem que passa entre, além e através das disciplinas, numa busca de compreensão da complexidade, que neste caso seria a questão do meio ambiente que está diretamente relacionado com a qualidade de vida, cidadania e ética.

Segundo o PPTUR 2008, o profissional do curso de Turismo e Meio Ambiente da Fecilcam deve tomar como premissas as funções de competências da universalidade, buscando propor e realizar ações que levem à construção de um cidadão com pensamento crítico e criativo. Com capacidade de organização e mobilização de recursos cognitivos, para criação de soluções para um desenvolvimento em bases sustentáveis que respeitem os seres humanos e a natureza. Formar um profissional com o perfil planejador, gestor e empreendedor do Turismo e do Meio Ambiente, diferenciando-o no mercado, através de sua visão ambiental apurada.

Considerando que as mudanças propostas são profundas e que as mesmas pretendem resvalar o perfil ambiental que é a identidade do curso de Turismo e Meio Ambiente proposto no Projeto Político Pedagógico do curso. O presente trabalho teve como finalidade analisar o curso de Turismo e Meio Ambiente da Fecilcam, por meio dos Projetos Político Pedagógicos, tanto o atual, quanto o de 2008, comparando-os quanto a descrição da formação do profissional com a grade do curso juntamente com suas ementas e objetivos, identificando algumas palavras chave de competência técnica (gastronomia, eventos, agenciamento, hotelaria, etc.), competência administrativa (planejamento, gestão, mercado, marketing, serviço, indústria, produto, investimento, etc.); competência político e social (crítico, sociologia, cidadania, responsabilidade entre outros), competências antecipativas (estratégico, empreendedor, etc.), para que assim possa ser verificado se a pretensa formação do profissional em turismo e Meio Ambiente da Fecilcam condiz com a formação proposta no Projeto político Pedagógico do curso.

As áreas de turismo e suas formas de atuação (competência técnica), praticamente foram duplicadas no presente projeto. No mesmo também foram acrescentadas outras disciplinas como gastronomia e agenciamento, de cunho técnico para que seja ampliado o campo de trabalho do futuro turismólogo formado na Fecilcam. Os escores para esse item subiram de 33 para 66 no PPTUR 2008.

Em relação às formas de atuação comprometida com a cidadania, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, estratégico e crítico, os escores foram 48 no atual e 67 no PPTUR 2008. As disciplinas relativas à competência administrativa aumentaram de 68 para 105 no PPTUR 2008.

Segundo a nova proposta (2008) visa fornecer ao acadêmico uma visão sócioambiental repensado questões como modo de produção do capitalismo, mercado, empregabilidade com atuação profissional engajada socialmente e que busque causar o mínimo de impactos. As disciplinas antecipativas foram destacadas para fornecer ao acadêmico um perfil planejador das ações dos profissionais com visão crítico social, capaz de identificar mudanças, modificações e tendências do mercado turístico. Os escores para esse item foram 58 e 117 para o PPTUR 2008.

A competência sócioambiental permite estabelecer relacionamentos eficazes, capacidade de comunicação, identificar fontes de poder, mobilização social e sensibilização ambiental apurada. Os escores para esse item foram de 36 para 135 no PPTUR 2008. As disciplinas de interface são aquelas de cunho teórico científico da área ciências sociais, que se tornam essenciais para a formação do profissional em turismo e Meio Ambiente.

O PPTUR 2008 do curso de Turismo e Meio ambiente da Fecilcam conforme constatado, parece atender as expectativas de vir a formar um indivíduo diferenciado dos demais cursos de turismo. Com uma visão crítica apurada da questão ambiental e que busque promover a sensibilização ambiental em suas atividades trabalhando de forma ecologicamente correta, buscando a sustentabilidade.

Notas

¹ Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.

Referências

- REIS ANSARAH, MARÍLIA G. DOS. **Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria**. São Paulo: Editora Aleph. 2002
- Projeto Político Pedagógico: Bacharelado em Turismo e Meio Ambiente**. Fecilcam. 2000
- Projeto Político Pedagógico: Bacharelado em Turismo e Meio Ambiente**. Fecilcam. 2008
- JAPIASSU, HILTON – **Interdisciplinaridade e Patologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Imago.1976

ABORDAGENS TERRITORIAIS: REFLEXÕES BASILARES PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Juliana Soares Pepinelli, IC-Fecilcam/Fecilcam, Turismo e Meio Ambiente, jupepinelli@hotmail.com
Me. Zilda Ferreira Leandro (OR), Fecilcam, zildaleandro@hotmail.com
Me. Gisele Ramos Onofre (CO-OR), Fecilcam, giseleramos@usp.br

Esse estudo apresenta reflexões crítica sobre o conceito de território utilizado por autores concernentes a área do turismo, e utilizados por professores de planejamento dos cursos de Turismo no Estado do Paraná. Acreditamos que as preocupações são pertinentes, quando entendemos que a sociedade e suas relações acontecem a partir do uso dos territórios para realização de suas atividades.

Neste foco, as atividades turísticas devem resgatar os conceitos que preparem os estudantes para atuação profissional, em dimensões política, econômica, sociais, físicos, psicológicos e culturais; para que viabilizem as práticas turísticas com responsabilidade.

Para o entendimento das dimensões e restrições das atividades turísticas, é necessário compreender que o desenvolvimento dessas atividades, depende de um local e um cenário; espaço de atuação, desenvolvimento e estabelecimento do turismo.

Os indivíduos habitam os espaços geográficos, paisagens e territórios desde o início da humanidade, agregando valores e relações diferentes ao longo dos séculos diante das necessidades e organização geográfica e social. (SAQUET, 2007).

A paisagem faz parte de um sistema que é dinâmico e complexo entre atores, fatores naturais e culturais, as suas relações e inter-relações. O espaço geográfico local de desenvolvimento da atividade turística; e, o território, a consequência e produto histórico do trabalho e interferência humana. (CRUZ, 2003)

A preocupação com o desenvolvimento econômico movimenta todas as atividades, como: produção, comercialização, distribuição e consumo. Diante do contexto produtivo, a atividade turística acontece também na lógica capitalista, pontuando bem as necessidades de consumo produzidas em torno dela, trazendo inúmeras consequências à natureza. Como resultado, temos lugares e paisagens transformadas e totalmente descaracterizadas em função dos interesses econômicos.

A análise e compreensão de conceitos científicos e teorias possibilitam ao turismólogo melhor preparação, desenvolvimento e atuação profissional no espaço, território e natureza. A necessidade de pesquisar as diferentes definições conceituais, utilizados pelos autores e conseqüentemente passados na formação acadêmica, influencia diretamente na prática, ou seja, em planejamento de projetos e atividades profissionais.

Desta forma, a discussão viabiliza ao estudante e profissionais de turismo, a reflexão sobre as implicações e possibilidades que se apresentam mediante ao tipo de conceito de território que foi apropriado e que indubitavelmente, nos levará a uma prática social, comprometida e referenciada cientificamente.

Diante da necessidade de planejamento da atividade turística apresentada, esse estudo se justifica em virtude das reflexões que verificam a apropriação do conceito de território, na formação e concepção dos autores e obras, usadas na ementa e disciplina de planejamento dos cursos de turismo do Paraná. Dessa forma, o desenvolvimento dessa pesquisa, poderá fornecer dados para reflexões basilares imprescindíveis para que se haja uma atuação profissional crítico-social das relações e inter-relações, valores, questões ambientais e em específico do conceito de território no âmbito curricular.

Por isso, estruturamos o objetivo geral da pesquisa em analisar as diferentes abordagens e concepções de território no Turismo, e suas implicações e relevância para o planejamento das atividades turísticas. Como objetivos específicos, identificar os autores utilizados pelos cursos de turismo no Estado do Paraná; Selecionar os autores a serem investigados; Investigar o conceito de território que perpassa as obras dos autores selecionados; Analisar o conceito dos autores das áreas de planejamento do turismo em relação ao conceito de território; Fazer uma análise segundo as correntes filosóficas que perpassa tais conceitos e; elaborar uma interpretação das abordagens e concepções de território nas obras de autores que embasam a formação acadêmica de turismo no estado do Paraná.

A base da escolha dos autores a serem estudados, foi às discussões e debates ocorridos no Fórum de coordenadores dos cursos de turismo do Estado do Paraná, que reúne anualmente coordenadores dos cursos superiores de Turismo e/ou Hotelaria no Paraná; cujo objetivo é primar pela qualidade acadêmica dos referidos cursos. Aproximar metodologias de ensino de Planejamento Turístico e contribuir nas discussões em relação a Políticas Públicas de Turismo destinadas ao Paraná.

No IX encontro do Fórum, ocorrido em abril de 2008, algumas discussões e debates sobre o papel dos cursos superiores no planejamento de destinos e produtos turísticos, tiveram como o foco principal o ensino e preparação profissional. Assim, o ensino tem como papel fundamental alguns pontos básicos; como a base metodológica; formação de planejadores reflexivos e responsáveis; geração de conhecimento; identificação das pesquisas necessárias entre outros.

Numa análise geral, foi intitulado a(s) disciplina(s) de planejamento como fator relevante na formação desses futuros profissionais; e, apresentada uma bibliografia fundamental para a matéria de planejamento, tida como base para atingir tais objetivos na amplitude e preparação acadêmica. Como bibliografia fundamental, estaremos trabalhando com abordagens de autores, como por exemplo, Beni (2006), Boullón (2005; 2002), Braga (2007), Santos (2000), Dias (2003), Ruschmann (1997), Magalhães (2002), Petrocchi (2001), Hall (2002).

Essas abordagens e concepções contribuem para a construção do conceito de território e entendimento da apropriação do espaço geográfico pelo turismo. O que possibilita uma análise sobre a importância e abrangência dessa discussão na graduação e na atuação do profissional de Turismo.

O método de análise que será utilizado para a realização da pesquisa será o Materialismo Histórico. Acreditamos ser o método mais adequado para examinar as questões que subjaz os conceitos de território, percepção, objeto e sujeito social. Uma vez que o fundamental é investigar as raízes dos pensamentos ideológicos que norteiam tais conceitos, que só poderão vir à luz se o nosso olhar for comprometido com uma visão crítica.

A escolha do método é justificada porque a atividade turística está inserida e acontece em uma organização social regida por um sistema capitalista, agregando valores mercadológicos, que torna em mais um produto; E o materialismo histórico entende a vida diante das condições materiais da sociedade, como os instrumentos de produção, as forças produtivas e/ou os modos de obtenção dos meios e modo de produção dos bens materiais, necessários para a condição humana.

Considerando que todo conceito de território é ideológico e comprometido com a prática social, submetida a um modo de produção específico. Entendemos que o método escolhido poderá nos descortinar outra realidade não hegemônica, mas que a nosso ver poderá nos mostrar um novo caminho e uma ideologia comprometida com o desenvolvimento social e uma prática ambiental que possa contribuir para melhorar a qualidade de vida das comunidades receptoras.

Em resumo, a pesquisa terá como base autores escolhidos e suas bibliografias; feita uma análise das tendências filosóficas para entendimento das linhas e características das escolas; pesquisa bibliográfica para identificação da formação e tendências dos autores; seleção de algumas obras para análise da concepção do conceito de território, e/ou de palavras e conceitos-chaves que dão entendimento dessa concepção; e que estão agregados a essa discussão de forma não limitada ao aparecimento e uso da palavra território, e sim as abordagens que discutam a relevância de planejar e entender a contextualização da atividade turística. Para então, identificar e analisar as diferentes abordagens e concepções de território no Turismo e sua relevância para o planejamento das atividades turísticas. Os dados serão analisados, promovendo um resultado da pesquisa proposta, que poderá servir de suporte para verificação e se necessário adequações ao PPP do curso de Turismo e Meio Ambiente da Fecilcam.

Referências

- BENI, Mário Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**; tradução Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BRAGA, Débora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: Políticas, Processos e Relacionamentos**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002.
- PETROCCHI, Mário. **Turismo Planejamento e Gestão**. São Paulo: Editora Futura, 2001.
- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

ANÁLISE DA OFERTA DE HORTALIÇAS ORGÂNICAS MINIMAMENTE PROCESSADAS NO COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, PARANÁ

Me. Angela Kwiatkowski, PG, UEM, angelak.k@gmail.com
Me. Cassia Inês Lourenzi Franco Rosa, PG, UEM, cassialourenzi@gmail.com
Dr. Edmar Clemente (OR), UEM, eclemente@uem.br

Produtos minimamente processados estão disponíveis no mercado norte-americano desde os anos 30 do século passado. A alface foi uma das primeiras hortaliças comercializadas na forma minimamente processada. Depois da alface vieram a cebola, a cenoura, o salsão e outras folhosas (MORETTI, 2007). Hoje a qualidade é traduzida como uma adaptação de produto às preferências do cliente. Ainda pensando em qualidade, os consumidores tem optado por alimentos mais saudáveis, como frutas e hortaliças orgânicas. A agricultura orgânica começou a despontar no Brasil como alternativa de produção, a partir do início da década de 1980 (CAMARGO FILHO et al. 2004). Esta prática caracteriza-se por ser um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilitam o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza. Alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças (ORMOND, et al., 2002). Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a oferta de hortaliças orgânicas minimamente processadas (HOMP) na cidade de Maringá-Paraná, levando em consideração o crescente aumento das tecnologias pós-colheita. Foi realizada pesquisa sobre ofertas de HOMP em 13 supermercados e 11 mercados de bairro, na cidade de Maringá-PR, nos meses de janeiro e fevereiro de 2008. Para realização deste estudo foi elaborada uma ficha contendo as seguintes informações a serem preenchidas: hortaliça, procedência, massa por embalagem, material da embalagem, preço, validade, refrigeração, sistema de cultivo, informação nutricional e tipo de corte. A partir da pesquisa, foram observados em quais estabelecimentos havia comercialização de produtos orgânicos, sendo possível compor a oferta destes produtos na cidade de Maringá-PR. Neste estudo, baseado na amostra de mercados varejistas do município de Maringá-Pr, os estabelecimentos que comercializam hortaliças orgânicas pertencem, às grandes redes de supermercados. De acordo com os dados obtidos na pesquisa, verificou-se que nenhum dos mercados de bairro ofertou HOMP. Dentre os 13 supermercados pesquisados, apenas 7 ofertaram os produtos. Pode-se observar, que nos 7 supermercados que ofereceram HOMP, as de maior oferta foram a alface (32,00%) incluindo os tipos americana, crespa e lisa; e os mix salada (32,00%) que apresentavam de 2 a 4 diferentes hortaliças como, brócolis, couve-flor, escarola, alface americana, radicchio, repolho roxo, entre outras. Apesar de mais de 50,00% dos supermercados ofertarem HOMP, pode-se observar, que somente 2 marcas foram encontradas na cidade de Maringá-PR, sendo uma da região de São José dos Pinhais-PR e outra de Colombo-PR. Houve predomínio de uma das marcas com 92,00%, contendo certificação pelo Instituto Biodinâmico - IBD. As duas empresas encontradas pela presente pesquisa trabalham no processamento de hortaliças convencionais e orgânicas, sendo que, mais de 90% da sua produção é com orgânicos (IPARDES, 2007). Segundo Martins et al. (2006), as empresas distribuidoras são responsáveis pela logística do setor, pois são o elo entre o consumidor e a produção. O mesmo autor encontrou em pesquisa realizada na cidade São Paulo-SP, a participação mais significativa da distribuidora Horta & Arte, com 53,00%, seguida da Fazenda Santo Onofre, depois a Cultivar, a Korin e outras de menor expressão. Mesmo este autor tendo encontrado mais distribuidoras com relação ao que foi encontrado em Maringá-PR, apenas uma delas, assim como na cidade da presente pesquisa, obtinha domínio de mais de 50,00% do mercado. Quanto às embalagens, constatou-se que 2 tipos são mais utilizados, sendo eles embalagens de isopor (poliestireno expandido) revestida com filme plástico com 33,33% e sacos plásticos (polipropileno) com 66,67%. Observou-se nestas embalagens uma variação do prazo de validade das hortaliças entre 10 a 13 dias. Nas hortaliças foram encontrados diferentes tipos de cortes, como tiras, ralada, pedaço, buquê e ainda folhas rasgadas e inteiras. Os resultados da pesquisa mostraram que todas as hortaliças estavam submetidas à refrigeração, apresentavam informação nutricional e continham a procedência. Pode-se concluir sobre HOMP que: somente as grandes redes de supermercados oferecem o produto; há predominância de apenas uma distribuidora; a alface é a hortaliça orgânica ofertada em maior quantidade, tanto individualmente, quanto combinada em mix salada.

Referências

CAMARGO FILHO, Waldemar Pires; CAMARGO, Felipe Pire; CAMARGO, Ana Maria Montragio Pires; ALVES, Humberto Sebastião. Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Informações Econômicas**. São Paulo, v.34, n.2, 2004.
IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná**: caracterização e tendências. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônomo do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2007, 188 p.

MARTINS, Vagner Azarias; CAMARGO FILHO, Waldemar Pires; BUENO, Carlos Roberto Ferreira. Preços de frutas e hortaliças da agricultura orgânica no mercado varejista da cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**. São Paulo. v.36, n.9, 2006.

MORETTI, Celso Luis. **Manual de processamento mínimo de frutas e hortaliças**. Brasília: Embrapa Hortaliças e SEBRAE, 2007.

ORMOND, José Geraldo Pacheco; PAULA, Sergio Roberto de Lima; FAVERET FILHO, Paulo; ROCHA, Luciana Thibau M. **Agricultura orgânica: quando o passado é futuro**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n.15, p.3-34, 2002.

RESGATE HISTÓRICO CULTURAL DAS CROCHETEIRAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ

Eliane Flores Munis da Silva, Turismo, fecilcam, floreslika@yahoo.com.br
Heldo Donat (OR), Fecilcam, heldodonat@yahoo.com.br

Este trabalho tem por objetivo resgatar os aspectos histórico cultural e sócio econômico das crocheteiras residentes no município de Barbosa Ferraz, a história do município e os aspectos culturais da população residente, investigar a identidade local e Fazer levantamento comparativo entre a questão cultural e sócio econômica das crocheteiras do município e sua identidade local.

A cultura é muito importante para a determinação da identidade de um povo. “A cultura, mais do que a herança genética determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações [...] O homem age de acordo com os seus padrões culturais”.(LARAIA 2001, p.48).

O município de Barbosa Ferraz possui a atividade do crochê como atividade cultural e forma de aquisição e geração de emprego e renda para muitas pessoas residentes neste município, por meio da COOPERCROCHÊ - (Cooperativa de Crocheteiras e Bordadeiras do Paraná) – que é uma cooperativa popular que foi implantada na cidade, por meio de mulheres crocheteiras, artesãs e costureiras para desenvolver atividades comerciais no município. Essas atividades desenvolvidas são trabalhos manuais com crochê, barbante, tear, pintura e costura industrial.

E este município que é conhecido popularmente como a cidade do crochê, possui uma cultura artesanal, uma vez que aproximadamente 2000 mulheres residentes no município praticam dessa atividade cultural.

Dessa forma torna-se imprescindível uma análise histórico cultural do município observando e diagnosticando a cultura local e identidade deste município. Tendo como ponto inicial a identidade local e suas necessidades e valores, analisando de forma quantitativa a população local do município, em especial as cooperadas da COOPERCROCHÊ, que foi implantada na cidade, por meio de mulheres crocheteiras que desenvolvem essa atividade artesanal, considerada histórica cultural

Nossa abordagem se dará através da observação participante, onde o pesquisador acompanha o cotidiano dos sujeitos pesquisados, onde procuraremos compreender a dinâmica da vida e as questões que ajudam e também as que dificultam o desenvolvimento das atividades dentro da Cooperativa. (Chizzotti, p.)

Esta pesquisa será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, um levantamento histórico do município e da COOPERCROCHÊ e também de leituras relacionadas à história, cultura e identidade, e pesquisa. Pesquisa científica é explicar um problema a partir de referências bibliográficas teóricas publicadas.

Em segundo momento será utilizado o método dedutivo e comparativo, também a pesquisa ação que para Thiollent (1985, p.83) “Há três aspectos atingidos pela pesquisa-ação: resolução de problemas, tomada de consciência e produção de conhecimento”. Ressalta que com amadurecimento metodológico, a pesquisa ação quando bem conduzida, poderá vir a alcançá-los simultaneamente.

Em terceiro momento fez-se aplicação de questionários que segundo Richardson (1999, p.189) “Geralmente os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”, com perguntas relacionados a renda familiar do entrevistado, sua naturalidade, escolaridade, função, religião, quantidade de componentes da família, entre outras.

Após obter todos esses dados, serão sistematizados, tabelados e analisados qualitativa e quantitativamente e posteriormente comparados a fim de obter uma resposta acerca da formação histórica dessa atividade cultural.

Considerando que essa atividade além de ser cultural transmitida de mãe para filhas é uma forma de geração de renda para essas mulheres. Estima-se que essa atividade foi introduzida no município por um agente externo (pessoas especializadas na atividade do crochê) bem como uma escola de artesanato, ou alguém do município que sabia confeccionar o bordado para o desenvolvimento artesanal no município e forma de inclusão social e econômica das mulheres do município.

Referências

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências Humanas e Sociais**. Cortez, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry (col.). **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**, 3º ed. Atlas, 1999.

THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3ª ed. Cortez, 1986.

PLANEJAMENTO TURÍSTICO: ORIENTAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS PARA O USO DE ESPAÇOS NATURAIS

Larissa de Mattos Alves, TIDE, Turismo e Meio Ambiente, Fecilcam, larissamattosalves@hotmail.com

Difícil precisar o início da atividade turística. A intrínseca relação entre o turismo e o lazer faz com que algumas linhas teóricas relacionem o início do turismo com o início do lazer, colocando o lazer como a essência do turismo e ausência de trabalho. Nesse contexto, o turismo surge então da separação entre produção e prazer. Com o fim do prazer nas atividades produtivas, o homem começa a destinar atenção ao tempo fora do trabalho, às atividades não produtivas, entrando o turismo, posteriormente nesse grupo. Diferentemente, outros autores relacionam o começo do turismo com o deslocamento, defendendo que ao deixar de ser nômade e se estabelecer permanentemente em um lugar, surgem as mais diversas motivações de viagens de ida e volta, o tour, demandando estruturas, mesmo que rústicas para esses viajantes.

Contudo, é consenso que o turismo organizado, nos moldes atuais, é algo recente que surge como consequência da Revolução Industrial e seu aporte tecnológico, mas tem crescimento efetivado após o final da Segunda Guerra Mundial, estimulado pelo aumento do poder de compra de camadas da população e desenvolvimento de vias e meios de transporte. Com o passar das décadas, algumas conquistas, como o aumento da renda e do tempo livre, bem como a regulamentação das leis trabalhistas, fizeram com que na década de 70, impulsionada pelo grande desenvolvimento tecnológico, facilitador dos transportes e comunicações, a atividade estivesse totalmente massificada (TRIGO, 1999). Junto com o crescimento salientaram-se os impactos causados.

O deslocamento de grandes fluxos de turistas fez com que os impactos negativos comesçassem a se destacar e receber maior atenção entre os pesquisadores e planejadores do turismo. Esses impactos podem ser tão grandes quanto são as cifras geradas pelo setor e os prejuízos causados pelo turismo podem ser notados em diversos campos.

O fluxo de turistas gera mais que impactos econômicos, seus reflexos podem ser sentidos também no campo social. As comunidades têm seus hábitos e rotinas, muitas vezes, completamente alterados pela chegada dos visitantes, são choques motivados por vários tipos de diferenças culturais, como de valores éticos, estilos de vida, grupos religiosos, níveis de prosperidades, etc. (DIAS, 2003)

A busca dos impactos positivos e a necessidade de minimização dos impactos negativos gerados pelo turismo dependem dos esforços despendidos. É extremamente difícil garantir que o turismo vai tender às suas vantagens. A mais eficiente estratégia para otimizar esta busca é o planejamento, uma eficiente forma de prever as reações possíveis, direcionando esforços para evitá-las ou potencializá-las. Apesar da superficialidade da definição, a qualidade da aplicação do planejamento nas destinações é bastante complexa, depende de esforços, e sua realização exige pesquisas e diversos estudos.

O envolvimento da comunidade durante o processo de planejamento é decisivo. Os envolvidos muito podem contribuir participando e discutindo a distribuição dos benefícios econômicos, e ainda, são imprescindíveis para a manutenção da cultura local e da qualidade ambiental. Contudo, a manutenção dos riscos a serem externalizados ao ambiente natural, principalmente, os referentes aos danos ambientais da implementação de empreendimentos turísticos, depende, grande parte, das técnicas e metodologias empreendidas.

Pretendeu-se, na presente proposta, aprofundar discussões sobre o uso dos espaços para fins turísticos, com base nas teorias sobre planejamento turístico, caracterizando-se portanto como uma pesquisa exploratória por ter como “objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41) Esse “aprimoramento de idéias” ou “aprofundamento das discussões” estruturou-se sobre uma realizada pesquisa bibliográfica.

Para a avaliação entre as metodologias indicadas nas obras selecionadas, foi necessário estudar separadamente cada bibliografia relacionada ao planejamento turístico. Essa etapa buscou, através da investigação bibliográfica, aprofundar as discussões sobre o uso dos espaços para fins turísticos.

Uma leitura mais minuciosa indicou que a obra: *Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do Meio Ambiente* (RUSCHMANN, 1997) não se mostrava adequada para tal avaliação. A autora do referido livro, Doris Van de Meene Ruschmann, é relevante ícone nacional na discussão do desenvolvimento sustentável e o papel

que o turismo pode desenvolver. E, é, ainda, planejadora e consultora turística. Fica clara a relevância da autora na presente pesquisa, contudo a obra segue uma linha menos técnica do planejamento. Apesar de discutir intensamente a responsabilidade ambiental e social durante o processo de planejamento turístico, a obra pouco indica, em termos técnico-metodológicos, ações que garantam o menor impacto no uso dos recursos naturais pelo turismo. Dada a relevância da autora, será inserida na presente pesquisa, outra de suas obras mais recente e direcionada ao foco pretendido: *Planejamento Turístico* (2006) escrito em parceria com Karina Toledo Solha, onde apresentam experiências e técnicas que subsidiem o desenvolvimento de áreas, localidades e regiões turísticas.

Outra obra, anteriormente não prevista para o estudo, foi inserida na proposta e já compõe o corpo da pesquisa no momento: *Desenvolvimento Sustentável e Turismo* (2004), de Carlos Alberto Cioce Sampaio.

O estudo, nos referidos materiais, buscou identificar as orientações referentes ao comprometimento ambiental ao longo da obra, com atenção especial à metodologia (etapas) de planejamento proposta, sendo possível notar que todas as bibliografias apresentam orientações referentes ao comprometimento ambiental. O assunto surge, na maioria delas, logo nos primeiros capítulos, em um contexto que relaciona os impactos negativos, causados pela atividade turística desenvolvida nos espaços naturais, com a necessidade de um planejamento responsável. Dessa forma, os autores apresentam o planejamento turístico como o instrumento mais adequado para evitar esses efeitos. Apesar de aparecer, sem exceção, em todos os livros, nas obras selecionadas para esse estudo, o assunto recebe atenção diferenciada:

Os livros *Turismo: Planejamento e Gestão* (PETROCCHI, 1998) e *Turismo: Planejamento e Marketing* (ROSE, 2002) foram identificados como os que têm menor dedicação ao debate a respeito do uso de espaços naturais pelo turismo. São em média 04 a 05 páginas sob o tópico turismo sustentável, versando sobre a sustentabilidade no turismo, e dentre as demais vertentes, relacionam a sustentabilidade ambiental. As duas obras têm seu foco na estruturação e comercialização da oferta turística municipal, buscando determinadamente posicionar produtos no mercado e atrair demandas específicas. O grande foco no entendimento do mercado turístico é compreensivo, contudo, minimizar a relevância da responsabilidade e qualidade ambiental no turismo, em meia dúzia de páginas, parece arriscado em um livro essencialmente didático, adotado por diversas e diversificadas instituições de ensino.

A obra *Planejamento do Turismo* (DIAS, 2003) apresenta claras semelhanças com os dois livros citados no parágrafo anterior. Além de grande atenção dedicada à oferta e à demanda turística, os três apresentam um capítulo todo direcionado especificamente ao marketing turístico. Porém na terceira leitura, a relação turismo e qualidade ambiental aparece em diversos tópicos. O fato de não apresentar um tópico exclusivo dedicado à responsabilidade ambiental não é tão preocupante nesse caso, uma vez que o autor apresenta, de forma transversal, ao longo de todo texto, a importância do monitoramento e comprometimento ambiental em todos os aspectos de desenvolvimento da atividade.

A obra *Desenvolvimento Sustentável e Turismo* de Carlos Alberto Cioce Sampaio (2004), já no primeiro capítulo, evidencia constantemente a relevância de um novo estilo de desenvolvimento que promove a atividade turística sustentável. Discutindo a problemática ambiental e sua relação com o uso dos espaços pelo turismo, o autor dirige grande ênfase às estratégias para um desenvolvimento sustentável e suas implicações na atividade turística, focando mais diretamente os residentes. A grande contribuição dessa pesquisa está no capítulo quatro, quando o autor apresenta uma metodologia de planejamento participativo com relevantes orientações quanto à gestão empresarial. O foco da obra é a orientação para a gestão da responsabilidade sócio-ambiental em empreendimentos turísticos.

A avaliação dos assuntos teóricos referentes à abordagem ambiental do planejamento turístico aponta a obra *Planejamento do Espaço Turístico* (BOULLÓN, 2002) como a mais complexa, entre os critérios avaliados. O autor, além de evidenciar a interdependência entre o turismo e o meio ambiente em vários momentos da obra, como faz Dias (2003), dirige um capítulo ao entendimento das especificidades do Espaço Natural, e outro específico às ações de Planejamento no *Espaço Turístico Natural* (capítulo 04). Nele, discute além do papel do planejamento nessa relação, também evidencia a relevância da qualidade dos espaços orientando a utilização de técnicas relacionadas à avaliação da paisagem e os limites da capacidade da paisagem.

Dentre todas as leituras, uma destacou-se pela amplitude de orientações técnicas e metodológicas para a avaliação e minimização dos impactos da atividade turística. A obra, elaborada pela OMT (2003), é apresentada como um guia, com o objetivo de orientar globalmente a prática de uma atividade turística que aconteça em consonância com a sustentabilidade ambiental. O Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (OMT, 2003) é todo dedicado ao planejamento, orientando o excessivo exercício de reflexão antes da ação no turismo. Nota-se nele grande atenção aos impactos ambientais causados pelo turismo, e as formas de medi-los, avaliá-los e minimizá-los, através da apresentação de técnicas, processos e padrões de planejamento turísticos, estudos de capacidade de carga e avaliação de impacto ambiental. Contudo, como roteiro metodológico, sua apresentação estrutural deixa a desejar.

De forma geral, os resultados apresentam uma revisão quanto às abordagens da relação entre o planejamento e o uso de espaços naturais de cada obra estudada. Contudo, isso não reflete toda a produção bibliográfica de planejamento turístico. Um parecer mais preciso sobre a eficiência das técnicas de planejamento

turístico, só poderá ser emitido após revisão de alguns artigos específicos sobre metodologias de planejamento. Os artigos científicos têm se mostrado a forma mais atual e completa da discussão metodológica do planejamento turístico, uma vez que, em sua maioria, apresentam estudo de caso, indicando as falhas e deficiências das metodologias utilizadas.

Referências

- BOULLÓN, Roberto. C. Planejamento no Espaço Turístico. São Paulo: EDUSC, 2002.
DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo. São Paulo: Atlas, 2003.
GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
ROSE, Alexandre Turatti de Rose. Turismo: Planejamento e Marketing. 1.ed. São Paulo: Manole, 2002.
NETZ, Sandra. OMT – Organização Mundial do Turismo. Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.
PETROCCHI, Mário. Turismo Planejamento e Gestão. São Paulo. Futura, 1998.
RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável. Campinas, SP: Papirus, 1997.
RUSCHMANN, Doris van de Meene. Planejamento Turístico. São Paulo: Manole, 2006.
SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Desenvolvimento Sustentável e Turismo. Florianópolis, SC: Edifurb, 2004.
TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A Sociedade Pós-industrial e o Profissional Em Turismo. Campinas, SP: Papirus, 1999.

O TRABALHO SUSTENTÁVEL REALIZADO PELA COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E PRODUÇÃO DE CATADORES E SEPARADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE APUCARANA - PR

Emerson Dias de Oliveira, IC-FAFIJAN, Cooperativas, biogema@hotmail.com
Itamar Gomes de Oliveira, IC-FAFIJAN, Cooperativas
João Batista Chaves de Oliveira, IC-FAFIJAN, Cooperativas

Introdução

Conforme BRANCO (1995), o Brasil possui muitos problemas para serem administrados atualmente, e a disposição incorreta do lixo no meio ambiente é uma dura realidade ainda sem uma solução definida. Nesse contexto a questão do desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente e ainda a inclusão social serão destacados neste trabalho, buscando conhecê-los mais profundamente a partir de seus atuais conceitos juntamente com seus diversos vetores. O problema do indevido direcionamento de disposição e lançamento do lixo é o principal motivo de inúmeras catástrofes ambientais no território brasileiro atualmente. Objetivando contribuir para um maior enfoque da importância que têm os trabalhos realizados pelas cooperativas recicladoras, em particular pela Cooperativa Mista de Trabalho e Produção de Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana, COCAP fundada em 1999, localizada no município de Apucarana, apresentamos aqui seu trabalho, que já conseguiu neste intervalo de tempo importantes façanhas em seu meio, visto que em seu início era composta por apenas 24 cooperados e pouca infra-estrutura e atualmente já são mais de 70 cooperados, possuem ainda cerca de 40 carrinhos coletores pela cidade e só na esteira são 22 pessoas separando o material. A COCAP trata-se de uma instituição organizada, criando novas oportunidades no aspecto cultural de seus associados e colaboradores, maior distribuição de renda, operacionalizando na prática desta maneira a tão sonhada *inclusão social* em um país que possui uma enorme parcela de seus habitantes abaixo da linha da pobreza. Aborda-se ainda, a questão ambiental, o que acaba formando um perfeito ciclo sustentável nas comunidades em que as mesmas estão inseridas. Espera-se contribuir para a reflexão do assunto, conhecendo assim, melhor a luta por essa interessante divisa mercadológica no mercado mundial, e para a preservação de um mundo mais humano e preservado ecologicamente.

Metodologia

O presente trabalho terá seu desenvolvimento e aplicação dividido em duas partes. Primeiro uma fundamentação teórica direcionada ao assunto, onde será descrito de uma maneira simples e precisa a realidade sobre os atuais índices de produção de lixo no municípios. Em contrapartida a esse processo, será ainda apresentado a importância de se promover um círculo virtuoso, em que a produção obedeça a critérios de conservação ambiental e duradoura, a partir da realização de determinadas atividades e dinâmicas sobre a importância da reciclagem com os associados da COCAP e demais classes diretamente envolvidas com a questão.

Como parte da pesquisa, será utilizado basicamente as pesquisa bibliográfica e de campo, para a elaboração do trabalho, utilizando como fonte livros, artigos e revistas referentes ao tema proposto e o contato da pesquisa de campo, através do contato com os associados, colaboradores e da sociedade envolvida com a

instituição COCAP, além de visitas em aterros, lixões e locais atingidos pela disposição incorreta do lixo ao meio ambiente.

Análises e Discussões

A presente pesquisa pretende-se justificar a razão que leva a especificar e trabalhar esse tema, pois percebe-se que grande maioria da população não está informada das terríveis realidades que esse problema resulta para a humanidade de forma generalizada.

Será exposta também a importância que a reciclagem representa para a economia e o desenvolvimento sustentável. A reciclagem no Brasil é fortemente sustentada pelo trabalho realizado por uma determinada gama de trabalhadores anônimos, que não aparecem em dados formais das estatísticas do mercado de trabalho atualmente, podem ser chamados de garimpeiros do lixo, pois os mesmos conseguem retirar de entre o lixo, o sustento próprio e de sua família. Essa classe tem observado a força que possuem em conjunto, sendo que ultimamente estão sendo melhor representados pelas cooperativas formadas para tal fim. Entre os principais méritos da reciclagem, destacam-se como importantes fatores, a redução do volume de lixo de difícil degradação, a economia de recursos naturais, o de prolongar a vida útil dos aterros sanitários, o de diminuir a poluição do solo, da água, do ar e o de evitar o desperdício, entre outros que acabam contribuindo para a preservação do meio ambiente.

É importante frisar que, segundo dados da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) de 2006, sobre a destinação final do lixo no Brasil, constatam-se uma precária situação na maioria dos municípios: 88% deles não possuem conselho de meio ambiente, tido como principal instrumento de controle dos problemas ambientais. Apenas 34% das cidades têm um órgão ambiental específico, em 25% são outras instâncias que respondem pela área ambiental e em 41% não há qualquer órgão responsável pela gestão ambiental.

Justifica-se ainda que esse processo de poluição ambiental possa estar crescendo diuturno e constantemente, de uma maneira mais rápida ainda com os atos irresponsáveis que os homens realizam no seu dia-a-dia, colaborando ainda mais com esse processo.

Assim vê-se que, se não for exposto à população em geral e particularmente aos cidadãos Apucaranaenses, a importância do trabalho realizado pela COCAP o mais urgente possível, a atual gravidade do problema, a importância que têm as cooperativas do ramo de reciclagem, para essa grave situação ambiental, essa própria população irá colaborar cada vez mais com essa poluição no meio ambiente.

Considerações Finais

Com base no que foi apresentado, é nítido que a coleta seletiva é o primeiro passo para a reciclagem, porque permite a separação dos materiais no próprio local onde eles são descartados. Os resíduos colocados nos sacos de lixo estão misturados plásticos, metais, restos de comida, papel, vidro dentre outros. Mas atualmente existem recursos que permitem a separação e o reaproveitamento de boa parte desse material. Para isso é preciso que cada pessoa, com sua contribuição, adote medidas individuais e coletivas.

Será enfocado também, os índices de produção de lixo de tempos anteriores e posteriores a atuação da cooperativa de coleta seletiva, ressaltando desta maneira a importância do trabalho por ela realizado. Visto que a partir de resultados positivos, é perceptível um certo aumento na satisfação individual de cada cooperado, sendo que esses resultados serão utilizados para a propagação dos benefícios oriundos deste tipo de trabalho as demais associações e cooperativas de coletores de rua. Pois este trabalho, é de fundamental importância, pois eles são os responsáveis pela maior parcela de material coletado e transformado em matéria-prima para as indústrias. Pensando nisso, acredita-se que apoiar as iniciativas de associações e cooperativas de coletores de recicláveis é contribuir para a difusão dos princípios do desenvolvimento sustentável. Nosso futuro está intimamente ligado à maneira como planejamos e executamos nosso presente e sua relação com o bem-estar do planeta é fundamental para a sobrevivência da própria espécie humana.

Referências Bibliográficas

BRANCO, Samuel Murgel. O meio Ambiente em Debate. São Paulo, Moderna, 1995.

DIAS, Genebaldo Freire, 1949. Educação ambiental: princípios e práticas – 3º ed. – São Paulo: Gaia, 1994.

MORAES, Antônio C. Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/>. Acesso em 19 jun. 2008.

Disponível em: <http://www.solixeiras.com.br/guia.asp>. Acesso em 29 mar. 2008.

PERFIL SOCIO-ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE LUIZIANA

Douglas Tadeu Vieira, Grupo de Pesquisa¹, Economia, Fecilcam, vieiradouglastadeu@yahoo.com.br

Rosângela Maria Pontili (OR), Grupo de Pesquisa¹, Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br

Introdução

O município de Luiziana é caracterizado pela produção agrícola, produzindo em grande escala trigo, soja e milho. Segundo a Secretaria Municipal de Educação (s/d), a história de Luiziana começou a ser escrita em

1912, com algumas famílias vindas do sul do Paraná e do estado do Rio Grande do Sul. Somente em 21 de Junho de 1965 Luiziana tornou-se distrito do município de Campo Mourão. Seus primeiros colonizadores, a maioria constituída por posseiros, enfrentou grandes dificuldades, principalmente por falta de estradas. Somente mais tarde, com o loteamento elaborado pela Prefeitura de Campo Mourão, estes posseiros foram aos poucos eliminados, iniciando-se o traçado urbano.

O município de Luiziana tem como seu fundador o Senhor Aducto da Silva Rocha, que deu o nome a cidade em homenagem a Luiza e Maria Luiza, respectivamente a mãe e a filha do fundador. Luiziana se desmembrou de Campo Mourão e se emancipou município no dia 25 de Setembro de 1987.

O município de Luiziana fica localizado na Região-Oeste do Estado do Paraná, distante da capital 450 km por Rodovia asfaltada, via Guarapuava. Segundo a prefeitura municipal de Luiziana (2008), o município possui as seguintes coordenadas geográficas: 24°17'10" de Latitude Sul e 52°16'33" de Longitude Oeste do Meridiano de Greenwich, a uma altitude média de 580 metros sobre o nível do mar.

Luiziana integra a COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), da qual fazem parte 25 municípios da microrregião XII. A COMCAM, dentro de seus princípios, busca a integração regional através de ações unificadas consideradas bandeiras regionais (COMCAM, 2008).

Dado o acima exposto, o presente trabalho objetiva estudar algumas características sócio-econômicas de Luiziana.

Metodologia

Para atingir o objetivo proposto será feita uma análise estatística descritiva, utilizando-se os dados obtidos no Caderno Estatístico do Município de Luiziana elaborado e divulgado pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

Resultados e discussões

A população de Luiziana compõe-se de 7.540 habitantes (em 2007 esta população foi estimada em 7.204 habitantes). Verifica-se que 43,4% desta população têm idade entre 0 a 19 anos, sendo que o maior percentual de pessoas é do sexo masculino. Na faixa etária de 20 a 39 anos tem-se um percentual de 30,9% da população Luizianense e dos 40 aos 49 anos encontram-se 10,5% da população. Também é possível perceber, que a população do sexo masculino é maior que a população do sexo feminino, com um total de 3.901 homens e 3.639 mulheres.

Cabe ressaltar, ainda, que Luiziana possui um grau de urbanização de 54,88%. Além disso, seu coeficiente de Gini² foi calculado em 0,550. Comparando-se com o coeficiente paranaense, que é de 0,6098, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pode-se dizer que o grau de desigualdade de Luiziana é inferior ao do estado do Paraná. Além do mais, o município possui uma Densidade Demográfica de 7,93 habitantes por quilômetro quadrado. Mostra-se, com este número, que há uma habitação pequena no município. Para finalizar, Luiziana possui IDH-M³ de 0,704 o que o classifica como um município de desenvolvimento humano médio.

Com relação ao analfabetismo tem-se que, dentre os indivíduos pertencentes à faixa dos 40 a 49 anos, esta taxa é de 26%, enquanto na faixa dos 30 a 39 anos chega-se a um percentual de 13,7%. Nas outras faixas etárias como a das pessoas de 25 a 29 anos, o índice é de 9%, para a faixa de 20 a 24 anos é de 4,5% e a taxa de analfabetismo é menor, chegando a 1,8% entre aqueles de 15 a 19 anos. Observando-se toda população com 15 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo é de 19,3%. Cabe ressaltar que taxas de analfabetismo altas são muito prejudiciais à sociedade, porque reduzem as possibilidades de sucesso no mercado de trabalho, para as pessoas.

A análise da movimentação do mercado de trabalho faz-se pela PEA⁴ (População Economicamente Ativa) e, em Luiziana, este subconjunto da população constitui-se de 3.109 habitantes. Deste total, 1.747 estão situados na zona urbana e 1.362 na zona rural. Além disso, 2.254 são do sexo masculino e 855 são do sexo feminino. Através da PEA é possível calcular o índice de desemprego, que é de 14,73% da população Luizianense.

Fazendo-se uma análise da população ocupada⁵ de Luiziana, segundo os setores de atividade econômica, percebe-se que a atividade econômica mais citada foi àquela ligada a agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca, totalizando 51,5% da população ocupada. A segunda atividade econômica mais citada foi o comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos, a qual ocupa 10,3% da população. A terceira atividade são os serviços domésticos com 9,1% da população ocupada. Indústrias de transformação totalizam 5,9% da população ocupada, administração pública 5,2%, construção 3,4%, transporte e armazenagem de mercadorias 3,3%, educação 2,9%, intermediações financeiras, atividades imobiliárias, alugueis, serviços prestados a empresas 2,6%, alojamento e alimentação 1,8%, serviços coletivos e sociais 1,5%, atividades mal definidas 1,3%, saúde e serviços sociais 1,2%. Percebe-se, através dos dados observados, que a agricultura é à base da economia do município e as outras atividades econômicas giram em

torno dela. O comércio, assim como a prestação de serviços domésticos está ligado a este setor, destacando-se nesse sentido pequenos estabelecimentos comerciais como padarias, pequenos mercados e etc.

Considerações finais

Concluindo-se, pode-se dizer que este estudo levou a constatar que o município de Luiziana tem uma área urbana ainda pouco desenvolvida, com grande percentual da população dependente ou residente (45,12%) na zona rural. Pode-se constatar que o município possui como principal gerador de renda o setor agrícola, que é predominantemente constituído por latifúndios, fato expresso na concentração de renda. O município possui alta taxa de analfabetismo. No tocante ao setor industrial este ainda é pouco desenvolvido, tendo como principais representantes no município empresas ligadas ao setor primário e cooperativas. O setor terciário no município é representado por pequenas e micro empresas, forte principalmente em prestação de serviços ligados ao setor agrícola. Visto isso, pode-se salientar a importância de estudar o perfil sócio-econômico do município de Luiziana, pois isso poderia levar a diagnosticar e solucionar problemas já existentes, o que poderia contribuir de modo positivo com os segmentos em desenvolvimento.

Notas

¹ Membro do Grupo de Pesquisa “Estudos Regionais: geo-histórico, sócio-cultural, econômico, educacional e ambiental”, estando inserido(a) na linha de pesquisa “Gestão dos recursos ambientais, trabalho e sociedade”.

² Coeficiente de Gini mede o grau de concentração de distribuição de renda de uma população. Ele varia entre zero (perfeita igualdade de renda) e um (desigualdade máxima de renda).

³ O IDH-M é o índice de desenvolvimento humano municipal que se mede através dos indicadores de educação, longevidade e renda.

⁴ População Economicamente Ativa é o conjunto de pessoas empregadas e desempregadas num dado período de tempo. É um subconjunto da população em idade ativa (PIA), que inclui donas de casa, estudantes, aposentados precocemente inválidos, etc. Entram no cálculo da PEA pessoas com 10 anos ou mais de idade que se encontram ocupadas ou que estão procurando ocupação (GREMAUD, et al.,2004).

⁵ População ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). Classificam-se em empregados, conta própria, empregadores e não remunerados (IBGE, 2008).

Referências

CADERNO ESTATÍSTICO MUNICÍPIO DE LUIZIANA. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87300&btOk=ok/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

COMCAM. Disponível em: <<http://www.comcam.com.br/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

GREMAUD, A. P. ET al. **Manual de Economia**. 4. Ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidades/default.php/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZIANA. Disponível em: <<http://www.luiziana.pr.gov.br/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Luiziana: dados históricos, sociais e econômicos**. Prefeitura Municipal de Luiziana, s/d (mimeo).

O PARADOXO DAS COOPERATIVAS POPULARES: O CASO COOPERCROCHÊ

Juliano Domingues da Silva, Universidade Sem Fronteiras, Administração, Fecilcam,
juliannodomngues@yahoo.com.br

Sérgio Luiz Maybuk (OR), Fecilcam, sergiomaybuk@yahoo.com.br

A reflexão proposta nesse artigo aborda a conquista dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 por meio da realização de programas sociais. Para retratar o tema proposto serão utilizados as experiências e resultados do projeto *Empreendedorismo Social e Gestão de Cooperativas Populares*, vinculado ao Sub-Programa *Incubadora dos Direitos Sociais* do Programa de Extensão Universitária *Universidade Sem Fronteiras*, idealizado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia de Ensino Superior do Paraná – SETI-PR e realizado pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM na Cooperativa de Crocheteiras e Bordadeiras do Paraná – COOPERCROCHÊ, situada no município de Barbosa Ferraz-PR. A discussão apresentada nesse artigo emerge do aspecto multidisciplinar proposto no referido programa, mesclando as áreas de Administração, Ciências Econômicas e Pedagogia, e pretende questionar o desenvolvimento de programas de inclusão social realizados por diversos agentes.

A Constituição de 1988 estabelece, no artigo 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O gozo desses direitos sociais deveria ser garantido a todos os membros da sociedade, sem distinção de classe social, raça/cor, gênero e escolaridade. Entretanto, a considerar o sistema capitalista em vigência, pode-se enumerar diversos grupos excluídos do sistema, os quais são denominados de *excluídos sociais*. Para exemplificar tal fato, verifica-se que taxa de pobreza da população brasileira é 24,1% (IPEA, 2008) e a taxa de analfabetismo urbano é de 11,1% (IBGE, 2007).

No sistema capitalista sempre haverá excluídos devido à adoção de propriedade privada dos meios de produção, a separação de classes sociais em assalariados e capitalistas e a concorrência econômica (MOTA, 1997, p. 13). Mas há movimentação social para buscar a inclusão social, seja por agentes públicos, por iniciativa privada ou por organizações não-governamentais. A inclusão social pode ser desenvolvida por programas educacionais ou programas de geração de emprego e renda. Para efeito desse trabalho, as discussões serão concentradas nos programas de geração de emprego e renda.

Os programas educacionais, desenvolvidos por projetos das diversas licenciaturas, visam tornar os seus beneficiários capazes de compreender a sua realidade por meio da educação, e conseqüentemente terem atitude própria para mudá-la¹, ou seja, o sujeito adquire subsídio para buscar seus direitos sociais. Os resultados desses programas apresentam efeitos satisfatórios em longo prazo e são de difícil mensuração.

Os programas de geração de emprego e renda têm por natureza a criação de postos de trabalhos, para que os beneficiários recebam a remuneração em troca de seu esforço, ou pela transferência direta de renda. Os resultados desses programas apresentam efeitos satisfatórios em curto prazo, mas em geral, se defrontam com o problema da exclusão de modo parcial, por considerar apenas a renda como direito social.

Cabe destacar nesse ponto, que atualmente, os projetos de geração de emprego e renda são mais utilizados pelos agentes públicos, pois a abstração dos direitos sociais da população se tornou degradante, e pessoas que se apresentam em extrema pobreza não dispõem de recursos financeiros para suprir o mínimo das necessidades fisiológicas e de segurança² inibindo-as a participar de programas educacionais.

Um modelo comum de programa de geração de emprego e renda são as cooperativas populares, que são organizações de produção engajadas com o desenvolvimento educacional dos beneficiados, e seguem os princípios de economia solidária, conforme destaca BOBBIO (2000, p. 26) “[...] a livre associação de indivíduos, com fins de produção e distribuição de bens produzidos e tendo em vista a eliminação de toda a tendência autoritária através da criação da autogestão, a partir de baixo”, modelo esse utilizado na COOPERCROCHÊ.

Para a cooperativa popular promover a garantia de todos os direitos sociais e promover a inclusão social de fato, ela deve proporcionar renda aos cooperados, para suprir as necessidades imediatas, e educação, que proporcione aos cooperados compreensão da realidade.

Em relação à educação, ressalta-se que o conhecimento oferecido e assimilado pelos cooperados é constituído da educação para o trabalho³, o que não proporciona ao cooperado o ato de conhecer e romper com a realidade, educação esta praticada pelos programas educacionais.

Nesse aspecto, destaca-se a contribuição de MOTA (1997, p. 30), onde:

Compreender criticamente a educação implica reconhecê-la como uma prática inscrita e determinada pela sociedade e entender que, embora condicionada, a educação pode contribuir para transformar as relações sociais, econômicas e políticas, na medida em que conseguir assegurar a todos um ensino de qualidade, comprometido com a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Em se tratando da renda, cabe relatar a experiências auferidas no desenvolvimento das ações da COOPERCROCHÊ, a luz do eixo multidisciplinar Administração/ Economia/ Pedagogia, onde surge um paradoxo, que pode ser discutido em outras cooperativas populares, a saber:

O modo de organização da sociedade no sistema capitalista gera exclusão. Porém, para uma cooperativa popular gerar renda e incluir socialmente os cooperados, deve ser eficiente e auto-sustentável. Contudo, essa eficiência e auto-sustentabilidade só será alcançada se suas ações forem norteadas pelo modelo capitalista, como a organização de manufatura de produção (Taylorismo), divisão do trabalho (Fordismo), e regulação da produção pela especulação do mercado moldados no neo-liberalismo ou liberalismo econômico de Adam Smith.

Para exemplificar esse raciocínio têm-se a seguinte hipótese, um agente público viabiliza uma cooperativa numa tribo indígena para confeccionar cestas de palha, cujo conhecimento de fabricação artesanal foi passado de geração para geração. A constituição da cooperativa garante a identidade cultural e resgata a cidadania dos índios, mas o trabalho para confeccionar uma cesta é dispendioso e exige muito tempo de mão-de-obra. Para que o negócio fosse auto-sustentável e remunerasse o índio adequadamente, a cesta deveria ter um valor real de R\$ 50,00, mas o valor comercializado no mercado nacional, mesmo se considerar valor agregado é de R\$ 20,00. Considerando essa situação, é viável manter a cooperativa?

Na COOPERCROCHÊ ocorreu um fato semelhante, o conhecimento de fazer crochê, especificamente bico crochettato em tapete de tear, foi passado de geração para geração, mas o valor de mercado é baixo, forçado pela grande oferta desse produto no mercado nacional, fazendo com que a atividade não seja tão atrativa, tornando a remuneração da crocheteira baixa. Dessa forma, a equipe do projeto implementou novas formas de obter renda na COOPERCROCHÊ, com a capacitação das crocheteiras para novas técnicas de bordados e costura industrial. No caso do trabalho de costura industrial, o trabalho deve ser organizado em manufaturas e ter a divisão do trabalho, para tornar a produção eficiente, e conseqüentemente gerar lucro.

A COOPERCROCHÊ, possui em seu quadro de sócios 375 cooperados, oriundos de grupos excluídos socialmente, e por meio do projeto *Empreendedorismo Social e Gestão de Cooperativas Populares* promove suas ações pautadas em quatro eixos: Capacitação Profissional; Geração de Emprego e Renda; Inclusão Digital; e Alfabetização. O conhecimento científico dos orientadores, recém-formados e bolsistas norteiam as estratégias da cooperativa para garantir os direitos sociais dos cooperados. Nesse caso, a inclusão social ocorre em virtude de que o cooperado adquire a renda e supre as necessidades urgentes (curto prazo), e ao mesmo tempo recebe educação na forma de alfabetização, inclusão digital e capacitação para o trabalho (longo prazo). O fruto dessa educação será a obtenção da capacidade de autogestão pelas cooperadas, para que elas busquem seus direitos sociais.

Considerando os aspectos apresentados nesse artigo pode-se refletir que para realizar a inclusão social (incluir na sociedade vigente, que é capitalista), os agentes que desenvolvem projetos sociais, em especial as cooperativas populares, devem utilizar as ferramentas do capitalismo para produzir. Porém, a diferença favorável às trabalhadoras, é o fato de não produzirem mais-valia, pois os lucros se reverterão a elas próprias em formas das chamadas sobras.

Notas

¹ Educação Libertadora (FREIRE, 1983).

² Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow (CHIAVENATO, 2004, p. 231).

³ Ensino de conhecimentos utilitários e de aptidões técnicas especializadas, voltados para a produção. (MOTA, 1997, p. 30).

Referências

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 5. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (Série Legislação Brasileira).

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 18ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais – 2007**. v. 21, Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pobreza e Riqueza no Brasil metropolitano**. Comunicado da Presidência n.º 7, ago. 2008.

MOTA, Davide. **Formação e Trabalho**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1997.

A CONSTITUIÇÃO DE UM AGLOMERADO DE EMPRESAS INTENSIVAS EM CONHECIMENTO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE UM APL – ARRANJO PRODUTIVO LOCAL NA ÁREA DA SAÚDE

Sérgio Luiz Maybuk, PG, Ciências Econômicas, Fecilcam, sergiomaybuk@yahoo.com.br

O presente artigo é fruto dos primeiros resultados de minha pesquisa sobre a dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico pelo MINTER/UFPR e que trata da constituição de um aglomerado de empresas intensivas em conhecimento e o processo de formação de um APL – Arranjo Produtivo Local na área da saúde.

Em Campo Mourão-Pr, destaca-se a empresa Cristófoli equipamentos de biossegurança, genuinamente mourãoense, que foi fundada no ano de 1990 pelo empresário Ater Cristófoli.

Atualmente a empresa é líder em vendas de auto claves de mesa no mercado nacional. Já vendeu 65 mil equipamentos no Brasil e outros 36 países (América Latina, África e Ásia). Essa empresa, segundo o grande teórico Schumpeter, pode ser caracterizada como âncora do ramo no município.

Na linha da geração de inovações, criou-se posteriormente por iniciativa do mesmo empresário, em Campo Mourão no ano de 1997 a Fundação Educere – Pesquisa e desenvolvimento. Uma dezena de empresas foram incubadas e posteriormente graduadas na Educere e que são na sua maioria produtoras de bens frutos de

inovação, algumas até vendendo para o mercado externo. Outra contribuição permanente da Educere, desde a sua criação, por meio de seus cursos foi formar mão-de-obra com espírito empreendedor e inovativo.

Posteriormente em 2006, constatou-se por uma pesquisa do governo do Estado que havia uma formação de um aglomerado de empresas fabricantes de insumos e equipamentos hospitalares em Campo Mourão-Pr, e estas eram empresas outrora incubadas pela Educere e agora graduadas num total de 12 empresas. E outras empresas que seriam as fornecedoras.

A motivação em desenvolver esta pesquisa se deu pelo propósito de saber pelos dados a serem obtidos, como se deu o desenrolar desses três momentos (surgimento de empresa âncora, incubadora e aglomerado) e qual tipo de ligação há entre as três estruturas. Dessa forma o presente trabalho, se propõe a analisar a constituição de um aglomerado de empresas intensivas em conhecimento, o papel da Cristófoli e Educere e o processo de formação de um APL na área da saúde em Campo Mourão.

O referencial teórico procura adequar-se às características próprias da presente pesquisa, que tem como parte fundamental o estudo de uma empresa de porte médio do ramo de insumos e produtos hospitalares, que na localização onde se encontra pode ser chamada de empresa âncora. Sendo assim, se faz necessário a contribuição de Edith Penrose. Considerando que a referida empresa é produtora de produtos de inovação tecnológica e o empresário responsável possui um grande espírito empreendedor entende-se que seria indispensável à contribuição de Richard R. Nelson. A partir da empresa âncora surgem outras empresas que atuam no mesmo ramo, mas com produtos diferenciados e que aparentemente trabalham em cooperação mútua e nesse caso a Teoria de Redes é importante ser ressaltada. Finalmente, considerando que parece haver um aglomerado industrial que pode vir a ser caracterizado como um arranjo produtivo local, a teoria dos aglomerados e dos APLs também são contemplados.

A teoria da firma é apresentada de uma forma interessante a partir da nova abordagem proposta por Edith Penrose, pois percebe-se uma firma muito dependente da dinâmica do desenvolvimento do conhecimento tanto para os empresários quanto para os trabalhadores.

De uma forma geral, segundo (PENROSE, 2006) a firma deve ser vista como tendo uma coleção de recursos que são físicos e também humanos; e que estes podem ser desenvolvidos de várias formas para oferecerem uma gama diversa de serviços; uma firma é um repositório de conhecimento que possui dimensão histórica, mas que há um custo para se adquirir conhecimento principalmente o tecnológico; o tamanho e a composição do estoque de conhecimento será determinante na diferenciação entre as firmas e pode ser um elemento inibidor da livre transferência de conhecimento tecnológico entre elas; quanto maior capacitação maior a chance de se aumentar o poder de mercado e a lucratividade da empresa e finalmente se tornará numa vantagem competitiva no processo de concorrência.

Percebe-se assim o quão importante é o desenvolvimento do conhecimento nas firmas, pois elas são a base da sobrevivência e o crescimento das mesmas.

Quando se deseja tratar sobre o tema inovações, é imprescindível que seja destacado inicialmente o grande pensador da teoria econômica neste aspecto que foi Schumpeter. E nesse sentido este autor, (OS ECONOMISTAS, 1997) Destaca cinco tipos de inovações:“(1) a introdução de um novo bem [...] (2) a introdução de um novo método de produção [...] (3) a abertura de um novo mercado[...] (4) a abertura de uma nova fonte de suprimentos [...] (5) o estabelecimento de uma nova organização em qualquer ramo, como a criação de uma posição de monopólio.

Assim pode-se observar por meio da citação anterior, que inovar vai muito além de se criar um novo produto, pois uma nova forma de se utilizar os recursos existentes, pode contribuir para um melhor utilização dos mesmos e, por conseguinte, propiciar uma maior lucratividade.

Partindo-se na seqüência para outros autores que seguem a vertente schumpeteriana ou mesmo utilizam este autor como comparativo, destaca-se neste trabalho, que de acordo com (NELSON e WINTER (2005), Schumpeter se referiu a inovação como uma forma de desviar o comportamento rotineiro. Desta forma a inovação destruiria continuamente o equilíbrio.

Percebe-se então, que o processo de inovar só acontecerá quando se “quebra” uma forma cotidiana de se fazer.

Nesse sentido (NELSON e WINTER (2005) (195) destacam: Tanto no uso habitual como em nossa utilização técnica do termo, a “inovação” envolve mudança na rotina. Enfatizaremos a incerteza que inevitavelmente envolve a inovação técnica – a implementação de um esboço para um novo produto, ou de uma nova maneira de produzir um produto. Uma incerteza semelhante envolve outros tipos de inovação – o estabelecimento de uma nova política de propaganda, ou uma nova regra de decisão para registrar estoques.

Como pode ser observado o grande destaque refere-se à incerteza, principalmente porque inovar envolve aplicação de recursos, ou mesmo nova utilização dos mesmos e nem sempre investimentos em inovações dão o retorno esperado, as vezes inclusive é necessário voltar atrás ao que se começou, mas não há outra forma de inovar sem que se arrisque.

Considerando a chamada Teoria de Redes pode-se dar destaque a afirmação de (OLAVE e AMATO, 2001) em que há Redes de Pequenas Empresas em Zonas Específicas que são pequenas empresas agrupadas em

zonas específicas de acordo com seus produtos, as quais dão origem a distritos industriais. A produção é conduzida pela extensiva distribuição de acordos colaborativos.

O estudo sobre aglomerados deve necessariamente tomar como base Marshall.

Para Marshall (1996) os distritos industriais ingleses, no final do século XIX, eram caracterizados por atividades industriais especializadas concentradas num mesmo local em que se observavam externalidades econômicas tais como a facilidade de se dispor de mão-de-obra especializada; obtenção de suporte local auxiliando no crescimento de atividades comerciais e a especialização de diferentes empresas em diferentes estágios e tipos de produção. Ele salienta ainda que havia nesses distritos concentração de muitos pequenos negócios, de caráter similar.

De acordo com (PORTER, 1999) Aglomerados são concentrações geográficas de empresas que atuam inter-relacionadas, com fornecedoras especializadas, prestadores de serviços (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais) que mantêm a competição normal, mas também cooperam entre si. Havendo vínculos entre elas por elementos comuns e complementares. Nesse caso, o autor destaca a importância das formas de inter-relacionamentos, ressaltando que o fato de cooperar-se entre si, não significa necessariamente deixar de competir e principalmente pode-se observar o fato de que cada um dos participantes pode contribuir de alguma forma com o outro.

Com base nos autores citados neste texto, neste semestre será feita a segunda fase da pesquisa que é a visitar as empresas ACME, ALBATROZ, ALFA ELETRÔNICA, BIO VISIUM, BUSKER, CLEANUP, CRISTÓFOLI, D'VOLTS, DESHYDRATER, EDUCERE, ELETROMEG, ERGUS, GRÁFICA MOURÃO, KL DO BRASIL, LEVE, LIDER LAR, MEDICAL, MGE, MULTI ARTS, ORTUS, PLASTICAM, PROJETARE, PRO-SOLUS DO BRASIL, SANSPRAY, SAUBERN, SIEGER, SINAPSE, SOLCRIS, UNIVERSAL FIBRAS, VRI IND. ELETRÔNICA. Serão feitas entrevistas com os proprietários e também coleta de dados que propiciará identificar a relação existente entre a empresa âncora, a incubadora, as empresas graduadas e a empresas fornecedoras e por fim identificar se existe de fato um arranjo produtivo local em Campo Mourão.

Referências

- MARSHALL, A.; **Princípios de Economia** – Coleção Os Economistas. São Paulo-SP: Nova Cultural, 1996.
- NELSON, R.R; WINTER, S.G.; **Uma teoria evolucionária da mudança econômica** . Coleção Clássicos da Inovação. Campinas: Editora Unicamp, 2005.
- OLAVE, M.E. L.; NETO, J.A . **Redes de cooperação produtiva: Uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas** -REVISTA GESTÃO & PRODUÇÃO v.8, n.3, p.289-303, dez. 2001
- PENROSE, Edith. A teoria do crescimento econômico. Campinas: Editora UNICAMP, 2006
- PORTER, M.; **Competição: Estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 1999.
- SCHUMPETER, J.A.; **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Coleção os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SEPL. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná. **Rede APL Paraná – Instrumentos médicos-odontológicos de Campo Mourão**. Curitiba-PR. Disponível em: <http://www.redeapl.pr.gov.br> Acesso em maio de 2008.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO EM ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: A EXPERIÊNCIA DO SEBRAE EM CIANORTE – PR

Jorge Leandro Delconte Ferreira, PG, Ciências Contábeis, Fecilcam, agroferrer@gmail.com

A intervenção de instituições de fomento em um aglomerado industrial pode representar um grande passo para o desenvolvimento de um pólo e seu entorno. Todavia, deve ser precedida por uma compreensão da realidade. Conscientes disso, o Serviço de Apoio à Pequena Empresa - Sebrae e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal desenvolveram uma capacitação com o propósito de auxiliar na elaboração e gestão de projetos de desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais, enfatizando processos participativos de planejamento. Conforme afirmam Fernandes e Sampaio (2006), os afetados por um projeto de desenvolvimento devem participar do seu planejamento, como uma forma de intervir na realidade. É exatamente isso o que propõe qualquer processo de planejamento estratégico participativo: o envolvimento de atores-chave na avaliação da situação-problema e na proposição de alternativas de solução. Este trabalho relata a aplicação da metodologia de planejamento estratégico sugerida por essas instituições no APL do Vestuário de Cianorte - PR, englobando as adequações segundo as peculiaridades do caso em análise, as quais foram detalhadas pelo Ipardes (2004).

A metodologia empregada é uma adaptação da Metodologia de Planejamento de Projetos por Objetivos – MPPO descrita por Pena (2000), e engloba as seguintes etapas: identificação e análise dos grupos de interesse

envolvidos no processo, elaboração da árvore de problemas, elaboração da árvore de meios e fins, identificação de projetos prioritários e detalhamento dos projetos prioritários por meio da matriz analítica de projetos. Processos de planejamento similares têm sido difundidos na América Latina pela Cepal e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e têm se demonstrado bastante exitosa em atividades de planejamento em ambientes mais amplos que apenas o de uma empresa isolada. Nesse sentido, Caporali e Volker (2004) ressaltam que este tipo de metodologia se presta adequadamente ao planejamento participativo, desenvolvido de forma coletiva. Conforme salienta Yoda (2008), os métodos participativos de planejamento têm apresentado significativa diferença de resultados em relação a métodos convencionais, principalmente pelo envolvimento dos principais atores na construção de alternativas de solução aos problemas comuns.

Procurou-se verificar a aplicabilidade da metodologia ao caso brasileiro de um APL, levando-se em consideração características que vão além da simples proximidade física, envolvendo também questões relacionadas às externalidades produzidas (Cassiolato e Lastres, 2003).

Para a aplicação da metodologia aqui estudada, optou-se por mobilizar um grupo de lideranças denominado Governança (Cassiolato e Szapiro, 2003), a qual reúne empresários, entidades, poder público e voluntários. O trabalho de planejamento participativo foi coordenado pelo técnico do Sebrae que atuava em Cianorte. Sob sua coordenação, foi aplicada a metodologia, tendo sido efetuados alguns ajustes finos, em função das especificidades do APL estudado.

A primeira atividade foi o mapeamento dos principais atores do aglomerado produtivo, os quais foram organizados em cinco grandes grupos, em concordância com Baptista (2005): os industriais, público alvo direto das ações de desenvolvimento do APL; as instituições empresariais, representantes dos empresários e interlocutores com outras entidades e governos; as universidades, que dispõem localmente de cursos de graduação afeitos ao setor (gestão, moda e design); o governo municipal, ator público que apresenta maior proximidade com o arranjo; e por fim as instituições de apoio (Sebrae e Senai) que ofertam serviços de consultoria e capacitação para o setor. Para cada grupo de atores, foram identificados os principais interesses, os valores que orientam a sua práxis, as convergências em relação a outros atores e os conflitos vivenciados ao longo de sua interação com outros atores inseridos no arranjo. De modo geral, a convergência entre os atores se concentra em dois pontos principais: a percepção comum de que o setor está enfrentando nos últimos anos uma tendência baixista, com redução do faturamento e volume vendido; e a compreensão de que ações conjuntas são imprescindíveis para a superação desse momento de crise (embora não haja consenso em relação ao papel de cada ator nessas ações conjuntas). O quadro 1 apresenta um resumo dos aspectos citados.

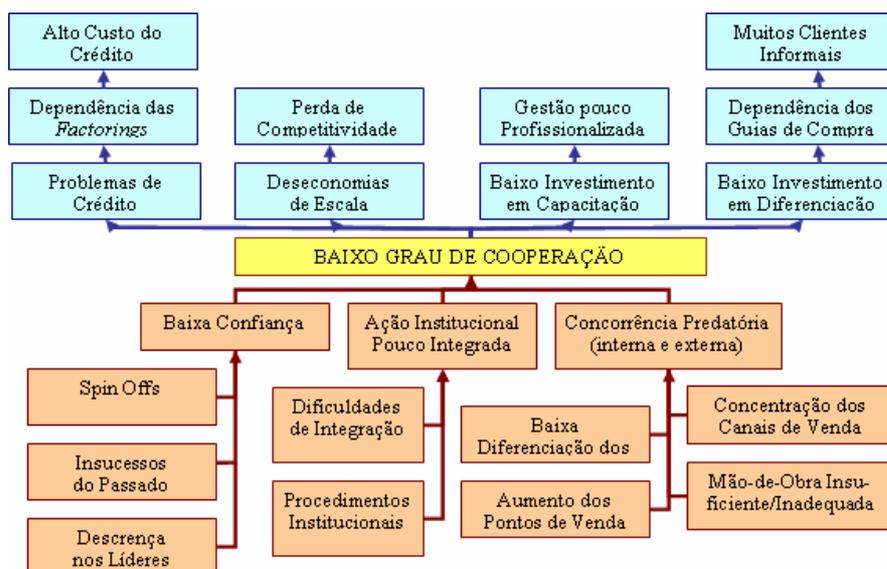
QUADRO 1. Posicionamento Situacional dos Principais Atores do APL de Cianorte - PR

ATORES	Industriais	Instituições empresariais	Universidades	Governo Municipal	Instituições de Apoio
Interesses	Inversões; Ampliar mercado; Aumentar faturamento.	Legitimação	Interagir com empresas; Consolidar cursos.	Geração de empregos; Sustentabilidade.	Ampliação da demanda
Valores	Trabalho; Produtividade.	Rede de contato; Prestação de serviços.	Conhecimento e competências.	Democracia; Desenvolvimento pela via industrial.	Ética; Resultado.
Convergências	Visualização de uma crise setorial; Necessidade de ações conjuntas.				
Conflitos	Desejo que o outro pague a conta.	A culpa é do outro.	Pouca participação/abertura para empresas; Visão academicista.	O setor é quem deve se mobilizar.	Falta participação das empresas.

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir, foi construída a árvore de problemas, a qual é composta por seu problema central (ou focal) e logo abaixo deste as suas causas substanciais e diretas (em vários níveis de análise). Acima do problema central são apresentadas as conseqüências substanciais e diretas do problema central. A árvore de problemas para esse caso foi elaborada da seguinte maneira: em reunião com lideranças do setor, foram listados os principais problemas do APL, tendo sido priorizados os onze mais relevantes. Os problemas priorizados foram organizados em uma tabela e foi feita uma correlação entre eles. Foi atribuída, para cada par de problemas, uma pontuação de zero (nenhuma relação de causalidade) a três (forte causalidade). A partir dessa análise, identificou-se qual problema apresentava maior grau de correlação com os demais, seja como causa ou como conseqüência: o Baixo Grau de Cooperação entre os atores, em concordância com Campos (2006). A seguir, foi elaborada pelo técnico do Sebrae uma proposta de árvore de problemas, a qual foi ajustada em reunião posterior com a Governança.

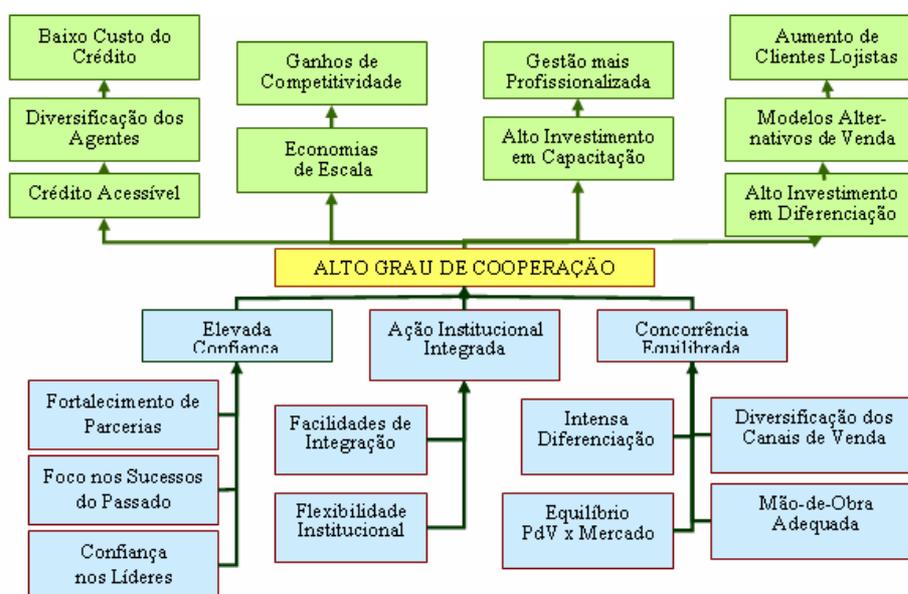
Figura 1 – Árvore de Problemas



Fonte: elaborado pelo autor.

A árvore de meios e fins, passo seguinte, representa a situação ideal para cada um dos elementos correspondentes na árvore de problemas. O baixo grau de cooperação poderia ser revertido a partir dos efeitos de três conjuntos de fatores, a alta confiança, a ação institucional integrada e a concorrência interna mais equilibrada.

Figura 2 – Árvore de Meios e Fins



Fonte: elaborado pelo autor.

O resultado final deste trabalho foi a identificação de quatro projetos que podem ser considerados como relevantes e prioritários para contribuir no desenvolvimento do APL. Para a priorização dos projetos, foram empregados aqui os seguintes critérios: i – nível de complexidade: um projeto pouco complexo pode ser pouco desafiante, enquanto a elevada complexidade dificultará a sua implementação; ii – visibilidade dos resultados: quanto mais visíveis, maior a contaminação benéfica para o processo; iii – volume de recursos envolvido: se muito elevado, será gasto um tempo significativo na captação do recurso, tardando o efeito demonstração; iv – possibilidade de apoiar a realização de outros projetos: sua consecução é pré-requisito para implementar novos projetos.

Dessa maneira, optou-se por priorizar projetos com grau de complexidade intermediária, cujos resultados sejam mais visíveis à comunidade empresarial, que demandem menor volume de recursos financeiros para sua realização e que possam apoiar novos projetos. Dentre os projetos possíveis, foram priorizados os seguintes: formalização da governança do APL; criação de central de compras; estruturação de pequenas redes de empresas e realização de programa de desenvolvimento para as empresas do atacado de confecções.

Embora tais projetos sejam imprescindíveis para o desenvolvimento do APL estudado, são também insuficientes para levar o aglomerado a um patamar significativamente mais elevado de competitividade. Tais

projetos, se bem executados, poderão produzir condições fundamentais para o desenvolvimento de novos projetos. Essas condições estão relacionadas basicamente a um ambiente interinstitucional favorável e a mudanças de paradigma, principalmente no que diz respeito a processos de cooperação empresariais e institucionais. Com certeza, outros projetos podem ser desenvolvidos na seqüência. Ressalta-se, porém, que o sucesso daqueles listados como prioritários contribuirão decisivamente na implementação de novos projetos.

Ao final do trabalho, verificou-se que tal metodologia pode ser aplicada com sucesso em Arranjos Produtivos Locais. Identificou-se ainda, diversos projetos passíveis de desenvolvimento no APL em estudo. Por fim, foi possível concluir que a elaboração de um planejamento estratégico a partir dessa metodologia está sujeita principalmente a dois obstáculos: o primeiro é o fato de a intervenção no referido APL já estar em curso, o que dificulta a elaboração adequada de todas as etapas necessárias ao bom andamento do processo. Outra dificuldade é a questão da tempística, diferente pra empresários, entes públicos e mercado, em concordância com as observações de Caporali e Volker (2004). A velocidade do próprio planejamento participativo, e das ações decorrentes dele, é diferentemente percebida e avaliada por cada ator, o que interfere no processo de intervenção no aglomerado. Tais obstáculos não invalidam a metodologia, mas apontam aspectos importantes a serem considerados na construção do delicado trabalho de planejamento estratégico participativo.

Referências

BAPTISTA, J. V. **Relações Sócio-Econômicas em Rede: a governança no arranjo produtivo do vestuário de Cianorte no estado do Paraná.** Curitiba, 2005. Dissertação (mestrado profissionalizante em desenvolvimento econômico). Universidade Federal do Paraná.

CAMPOS, A. C. **Arranjos Produtivos no Estado do Paraná: o caso do Município de Cianorte-PR.** In: Instituto Euvaldo Lodi – IEL PR. Arranjos Produtivos Locais do Paraná – APLs: 2005 – Concurso IEL Paraná de monografias. Curitiba, IEL, 2006.

CAPORALI, R.; VOLKER, P. (orgs). **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais:** projeto Promos/Sebrae/BID: versão 2.0. Brasília: Sebrae, 2004.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. **Uma Caracterização de Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas.** In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.) Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. **Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Baseado no Conhecimento Local.** RAE Eletrônica. Vol. 5, n. 2. São Paulo, jul-dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482006000200002&lng=ene&nrm=iso&tlng=ene>. Acesso em: 24 set. 2008.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo produtivo local do vestuário da Região de Umuarama-Cianorte no Estado do PR.** Curitiba: Iparades, 2004.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas.** In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.) Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Instituto de Economia, 2003.

PENA, R. **Metodologia da Arvore de Problemas.** Lisboa: AEP, 2000. Disponível em: <http://www.arvoredeproblemas.com/dossie/FTP_MAP.pdf>. Acesso em 12 set. 2008.

YODA, B. **Gestion Participative des Projets de Développement: outils et méthodes d'intervention.** Mémoire de 3e Cycle em Agronomie. ENA Meknes, 2004. Disponível em: <<http://membres.lycos.fr/soularbrapalabre/developpement.htm>>. Acesso em 12 set. 2008.

ANALISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA NA ADEÇÃO AOS PROGRAMAS SOCIAIS PROUNI E FIES POR UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO COM FINS LUCRATIVOS: UM ESTUDO DE CASO

Luiz Eduardo Braz, TCC, Ciências Contábeis, Fecilcam, edubrazz@hotmail.com

Leonardo Caramelo Rosin, TCC, Ciências Contábeis, Fecilcam, leo.caramelo@yahoo.com.br

Marcelo Marchine Ferreira (OR), TIDE, Ciências Contábeis, Fecilcam, mmferreira@fecilcam.br

Introdução

A pesquisa concentra-se em realizar um estudo que visa analisar os benefícios tributários alcançados através da adesão de instituições de ensino superior privadas aos programas sociais governamentais ProUni – Programa Universidade para Todos e FIES – Financiamento Estudantil. Trata-se de uma pesquisa em fase intermediária de realização e que apresenta resultados parciais.

Os programas sociais ProUni e FIES proporcionaram um aumento significativo no ingresso e permanência de estudantes no ensino superior, segundo RIBEIRO (2006, p. 31-33), oferecendo bolsas de estudo parciais e integrais, através do ProUni, além de financiamentos estudantis, obtidos por meio do FIES e, em contrapartida ofereceram isenção de impostos e contribuições federais e, compensação de encargos

trabalhistas às instituições de ensino superior privado. Diante deste fato, questiona-se se é viável financeira e tributariamente para uma instituição de ensino superior privada aderir aos programas sociais ProUni e FIES do governo federal.

Para dar resposta à questão de pesquisa, traçou-se por objetivo geral analisar a viabilidade na adesão, ou não, aos programas sociais PROUNI e FIES, por uma instituição privada de ensino superior com fins lucrativos.

É importante ressaltar que os resultados apresentados nas considerações finais não refletem o resultado final da pesquisa, pois o relatório final da pesquisa não está terminado.

Análises e Discussões

A educação superior, hoje, no Brasil mostra-se bastante diversificada, sendo constituída de instituições públicas e privadas, com opções de diversos cursos e programas, em vários níveis de ensino, abrangendo desde graduação até a pós-graduação (NEVES, 2002, p. 45) e sua expansão se operou em dois sentidos: incorporaram os setores médios que ainda não tinham acesso à educação superior e, foram incorporados significativos contingentes de classes populares nas faculdades e universidades existentes (GIOLO, 2006, p. 24).

Nesse contexto, surgiram os programas sociais ProUni e FIES, destinados a acelerar a inclusão de maior parcela da população no ensino superior através da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais e financiar a graduação de estudantes de famílias de baixa condição financeira.

Os programas sociais ProUni e FIES, além de proporcionarem o acesso às camadas menos favorecidas e da classe média ao ensino superior privado, possibilitou às instituições de ensino superior privado a isenção de impostos e contribuições federais e, a compensação de encargos trabalhistas, através de sua adesão.

Deve-se salientar, no entanto, que mesmo com todas as medidas promovidas pelo governo federal, em busca de uma maior socialização no plano de ensino superior, as instituições privadas visam, de forma óbvia, obter lucros, no caso das instituições com fins lucrativos ou, para desenvolvimento das finalidades a que se propõem, como as instituições filantrópicas.

O principal desafio na gestão das instituições de ensino superior privado é definir formas de análise capazes de subsidiar as decisões tomadas quanto à viabilidade de suas ações, nas quais sejam cumpridas as exigências impostas tanto pelo governo, acionistas, ou até mesmo pela própria sociedade.

Sendo assim, o presente trabalho visa contribuir, com bases sólidas, para a formulação de uma análise confiável, a respeito das possíveis vantagens oferecidas às instituições de ensino superior privado na adesão aos programas sociais ProUni e FIES, confrontando os valores oferecidos em bolsas e financiamentos estudantis, com os valores provenientes da economia na arrecadação de impostos e contribuições federais.

Indicação de Procedimentos Metodológicos

Adotou-se para a realização do presente trabalho o tipo de pesquisa descritiva, utilizando-se de técnicas qualitativas para o desenvolvimento do mesmo e, com a utilização do método de estudo de caso, levando-se em consideração uma instituição de ensino superior privado, na qual serão analisadas, de forma específica, as características envolvidas com o problema formulado neste trabalho.

Segundo COOPER & SCHINDLER (2003, p. 132) uma pesquisa envolvendo técnicas qualitativas possui uma abordagem fundamental de exploração, onde há a possibilidade de diversas abordagens, sendo que, dentre elas podemos encontrar entrevistas detalhadas, observação do participante, estudos de caso, análise de documentos, dentre outros.

Conforme NETTO (2006, p. 14) o método de estudo de caso é considerado como “uma importante ferramenta para os pesquisadores que tem por finalidade entender “como” e “por que” as coisas funcionam.”

Para a coleta de dados, utilizou-se pesquisas documentais, pesquisas bibliográficas, contatos diretos e questionários sendo que a utilização de contatos diretos foi realizada com pessoas diretamente ligadas ao objeto de estudo, capazes de fornecer informações práticas e objetivas, visando um maior esclarecimento sobre as questões inerentes ao assunto abordado.

Considerações Finais

O presente trabalho analisou, ainda de forma preliminar, a viabilidade na adesão aos programas sociais ProUni e FIES por uma instituição privada de ensino superior com fins lucrativos, uma vez que esses contribuem para um maior acesso ao ensino superior pela população carente, através da oportunidade de concessão de bolsas e financiamentos estudantis, contribuindo dessa forma para um melhor resultado financeiro na instituição.

Através de análises prévias realizadas junto à instituição de ensino nota-se claramente uma grande participação desses programas sociais junto ao número de alunos ali matriculados, o que reflete diretamente no volume de receitas, valor de impostos e contribuições federais e, conseqüentemente nos resultados gerais.

O resultado da pesquisa realizada junto aos alunos matriculados comprova que, na ausência desses programas sociais, somente 8% dos alunos que financiam 50% de suas mensalidades, através do FIES e, cerca de 10% dos beneficiados com bolsas de estudo parciais de 50%, através do ProUni, teriam condições de arcar

integralmente com a mensalidade do curso em que estudam. Do mesmo modo, pode-se dizer que, nenhum dos alunos com bolsa integral entrevistados estaria cursando algum curso nessa instituição.

De acordo com a pesquisa, a adesão aos programas sociais por parte da instituição, gera um aumento considerável no valor das receitas, devido à expressiva inclusão social proporcionada, além de proporcionar à instituição inscrita no ProUni, a isenção de impostos e contribuições federais, reduzindo o custo de manutenção da atividade, sendo que, na ausência desse estima-se para o exercício de 2007 um acréscimo de aproximadamente R\$ 400.000,00 em valores de PIS e COFINS.

O FIES, por sua vez, proporciona uma redução no risco de inadimplência, visto que os valores das mensalidades financiadas pelos alunos geram créditos que poderão ser abatidos no recolhimento do INSS e, um melhor fluxo de caixa devido à possibilidade de utilização de créditos do FIES para quitação do INSS retido sobre a folha.

A junção desses fatores, aumento de receita e redução de custos, contribui para um melhor resultado financeiro da instituição, o que comprova a viabilidade na adesão aos programas sociais pela instituição de ensino superior privado em estudo.

Referências

- CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao ProUni**. Campinas: Unicamp, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11532int.rtf>>. Acesso em: 02 maio 2008.
- COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pámela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- GIOLO, Jaime. O PNE e a expansão da educação superior brasileira. In: Dilvo Ristoff. et al. **Universidade e compromisso social**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 19-52.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NETTO, Alvim Antônio de Oliveira. **Metodologia da pesquisa científica: guia prático de apresentação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2006.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta. A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: SOARES, Maria Suzana Arrosa. et al. **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. p. 43-106.
- RIBEIRO, Celso Carneiro. ProUni muda o panorama do acesso e da permanência na educação superior. In: BRASIL. Secretaria de Educação Superior. **Educação superior: os caminhos da emancipação social**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 31-33.

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE ASPECTOS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Isielli Barzotto, IC-Fecilcam, Ciências Contábeis, Fecilcam, isi_barzotto@hotmail.com
Marcelo Marchine Ferreira (OR), Ciências Contábeis, Fecilcam, mmferreira@fecilcam.br

Introdução

A pesquisa ora apresentada está em sua fase inicial de execução que tem por foco levantar as características estruturais e operacionais das organizações que compõem o Terceiro Setor do município de Campo Mourão. Por estar ainda em fase inicial de execução, foram realizadas até o momento duas tarefas. A primeira delas é um levantamento preliminar das organizações que compõem o Terceiro Setor em Campo Mourão através de duas fontes: um cadastro das organizações que receberam título de Utilidade Pública Municipal obtido junto à Câmara Municipal do município e do cadastro do Sistema de Informações de Entidades Socioassistências da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Estado do Paraná. A segunda tarefa foi a construção de uma breve discussão sobre aspectos conceituais referentes ao Terceiro Setor e sua contextualização.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa é o de identificar e caracterizar as organizações que compõem o Terceiro Setor no município de Campo Mourão quanto a seus aspectos Estruturais e Operacionais.

E os objetivos específicos estão assim definidos:

- Realizar revisão de literatura sobre o Terceiro Setor;
- Realizar levantamento para identificar quantas são e quem são as organizações que compõem o Terceiro Setor no município de Campo Mourão;

- Caracterizar as organizações identificadas como pertencentes ao Terceiro Setor do município de Campo Mourão quanto a seus aspectos operacionais: há quanto tempo existem, que atividades desenvolvem, que público atendem, quantas pessoas empregam, quantas pessoas mobilizam como voluntários, se possuem parcerias com as esferas públicas e privadas, que tipos de parcerias possuem, etc.

Análises e discussões

Com a diminuição de investimentos governamentais na área social nas duas últimas décadas, emergiu um grande número de organizações voltadas para o atendimento de questões sociais como: educação, saúde, assistência hospitalar, defesa de direitos humanos, preservação e conservação do ambiente natural, defesa de direitos de grupos específicos, dentre muitos outros. Essas organizações, classificadas atualmente como pertencentes ao Terceiro Setor, desde há muito tempo já vinham desenvolvendo suas atividades dentro daquilo para que foram criadas.

Os conceitos atrelados ao termo Terceiro Setor são diversos, o que o torna em um termo ainda controverso entre os pesquisadores, estudiosos e teóricos do assunto – e até entre aqueles que atuam na realidade de organizações que o compõem.

A heterogeneidade do setor parece ser sua característica principal, pois as atividades reunidas sob a denominação atual de Terceiro Setor são muitas: entidades filantrópicas, movimentos populares/movimentos sociais, associações profissionais, organizações não-governamentais, entidades religiosas, etc. Salamon (1997, p. 90) aponta para tal diversidade de organizações quando afirma que o Terceiro Setor é “...um setor variado e complexo que engloba grandes universidades e pequenas entidades filantrópicas, cantinas de distribuição de sopa aos sem-teto e respeitáveis instituições culturais, organizações de direitos humanos e associações profissionais, entre muitas outras.”

A posição conceitual mais adotada e que se refere ao entendimento do termo, é a definição estrutural/operacional apresentada por Salamon & Anheier (1999) que diz que as organizações, para serem consideradas pertencentes ao Terceiro Setor, devem ser:

- 1. Formais:** Alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar sua permanência por um período mínimo de tempo é requerida.
- 2. Privadas:** Mesmo que sua principal fonte de recursos seja o Estado, as organizações do Terceiro Setor não são ligadas de nenhuma forma institucional a governos.
- 3. Não Distribuidoras de Lucro:** A geração de lucros, em si, não é o aspecto que diferencia as entidades ditas “sem fins lucrativos”, mas a finalidade que é dada a estas, caso existam. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucro, sob nenhuma forma, aos seus dirigentes, fundadores, empregados ou a quem quer que seja.
- 4. Autônomas:** As entidades do Terceiro Setor não são controladas externamente, possuindo todos os meios para realizar sua própria gestão.
- 5. Voluntárias:** Algum grau do trabalho realizado por estas organizações provém da mão-de-obra voluntária – não remunerada – mesmo que o grau de voluntariado esteja restrito apenas aos conselhos de gestão ou fiscalização.

No Brasil, a pesquisa sobre as organizações que compõem o setor é relativamente recente, com dados relativos ao ano de 1995. A principal referência em termos de mapeamento das organizações do Terceiro Setor no Brasil é a pesquisa realizada por Landim & Beres (1999), como parte da pesquisa mundial conduzida por Salamon & Anheier (1999). A pesquisa aborda, de forma geral, questões sobre a atuação social que parte do universo das organizações do Terceiro Setor – organizações filantrópicas e ONGs. Pouco se observa a existência de pesquisa relativa a aspectos administrativos, organizacionais e de gestão de tais organizações.

De forma geral, o desenvolvimento de técnicas, processos e pesquisas no campo administrativo para as Organizações do Terceiro Setor são tímidas e ainda pouco representativas. Entretanto, as organizações do Terceiro Setor, como quaisquer outras do setor privado ou do setor público, necessitam de recursos – financeiros, materiais e humanos – para que tenham um “bom êxito” na construção de suas vivências (GRAVE & MENDES, 2001). Tais recursos tornam-se determinantes no processo de perpetuação da existência das organizações no meio social no qual estão inseridas, assim como também para o processo de operacionalização de suas atividades. E tais recursos, assim como nas demais organizações, também necessitam de gerenciamento em busca da maximização dos resultados esperados tendo em vista o alcance dos objetivos para os quais cada organização especificamente foi criada: saúde de um paciente, educação com qualidade, restauração da dignidade do ser humano, profissionalização do trabalhador, preservação de florestas, etc.

Indicação de Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem caráter exploratório que se justifica em função de que o objetivo geral traçado para a realização do estudo é pouco explorado. Conforme descrevem, ainda, Hoppen *et. al.* (1996), os estudos

exploratórios procuram aprofundar conceitos preliminares, permitindo, também, levantar características inéditas e novas dimensões a respeito da população-alvo.

O método utilizado é o levantamento, realizado através da aplicação de questionários e de entrevistas junto às organizações do Terceiro Setor de Campo Mourão, cujas questões buscarão responder aos objetivos da pesquisa e que, posteriormente, na fase de análise dos dados coletados, servirão de suporte para conclusões correspondentes.

Os dados serão coletados em um momento preciso do tempo, de fevereiro a abril de 2009, junto às organizações identificadas. O levantamento será aplicado em organizações do terceiro setor da cidade de Campo Mourão.

O instrumento de coleta de dados utilizado para o levantamento serão questionários e entrevistas, que serão preenchidos e/ou respondidos pelos representantes das organizações depois de contatos preliminares, e será acompanhado de carta de encaminhamento. A análise e apresentação dos dados se dará através dos recursos da estatística descritiva.

Considerações Finais

As organizações que compõem o Terceiro Setor no Brasil, portanto, ainda carecem de atenção quanto ao desenvolvimento de pesquisas que demonstrem suas características estruturais, operacionais e de gestão. Nesse sentido e tendo em vista os argumentos expostos na introdução e nas análises e discussões, a pesquisa justifica-se no sentido de buscar construir um conhecimento inicial e específico sobre as organizações que compõem o Terceiro Setor na cidade de Campo Mourão.

A principal contribuição da pesquisa é a de proporcionar uma visão mais clara e objetiva sobre quem são, quantas são, há quanto tempo existem, que atividades desenvolvem e que público atendem as organizações do Terceiro Setor de Campo Mourão. Tais informações são importantes no sentido de possibilitarem encaminhamentos para futuras pesquisas, mais aplicadas, sobre o Terceiro Setor Mourãoense.

Referências

- LANDIM, L.; BERES, N. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos.** Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- SALAMON, L. **Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor.** In: IOSCHPE, E. (org.) 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K.. **Nuevo estudio del sector emergente: resumen.** Proyecto de estudio comparativo del sector no lucrativo de la Universidad Johns Hopkins (fase II). Madrid: Fundacion BBV, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1995.
- GRAVE, Paulo S.; MENDES, Ariston A. **Pensamento estratégico contemporâneo: possíveis fundamentos antigos da estratégia como uma medida administrativa atual ou em busca do elo perdido?** Anais do Enanpad, 2001.
- HOPPEN, N., LAPOINT, L., MOREAU, E. **Um guia para avaliação de artigos de pesquisa em sistemas de informação.** Revista Eletrônica de Administração n.º. 03, agosto de 1996. Disponível em: <<http://www.ppga.ufgrs.br/read>>.

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE ASPECTOS DE GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO

Nadia Alini de Freitas, IC-Fecilcam, Ciências Contábeis, Fecilcam, nadia-jacomini@bol.com.br
Marcelo Marchine Ferreira (OR), Ciências Contábeis, Fecilcam, mmferreira@fecilcam.br

Introdução

A pesquisa ora apresentada ainda encontra-se em fase preliminar de execução e está focada no levantamento das características de gestão das organizações do Terceiro Setor do município de Campo Mourão. Como a pesquisa se encontra em fase inicial de realização, iniciando em agosto de 2008, somente duas atividades foram realizadas até o momento.

A Primeira delas trata-se de um levantamento inicial das organizações que compõem o Terceiro Setor em Campo Mourão através de duas fontes: um cadastro das organizações que receberam título de Utilidade Pública Municipal obtido junto à Câmara Municipal do município e do cadastro do Sistema de Informações de Entidades Socioassistências da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Estado do Paraná. A segunda tarefa foi a construção de uma breve discussão sobre aspectos conceituais referentes ao Terceiro Setor e sua contextualização.

Em conformidade com o foco da pesquisa, seu objetivo geral está em identificar e caracterizar aspectos da gestão das organizações que compõem o Terceiro Setor no município de Campo Mourão e os objetivos específicos estão assim definidos:

- Realizar revisão de literatura sobre o Terceiro Setor e sobre aspectos relacionados à gestão de organizações que o compõem;
- Identificar quantas são e quem são as organizações que compõem o Terceiro Setor no município de Campo Mourão;
- Caracterizar as organizações identificadas como pertencentes ao Terceiro Setor do município de Campo Mourão quanto a seus aspectos de gestão: perfil de quem administra as organizações, de que forma estão organizadas administrativa e juridicamente, quanto de recursos captam e aplicam e suas atividades, como captam e como aplicam, como prestam contas dos recursos, quanto de voluntariado mobilizam, etc.

Análises e Discussões

O tema Terceiro Setor tem suscitado enorme interesse nos últimos anos. Inúmeras pesquisas têm sido desenvolvidas sobre diversos aspectos relacionados a ele. É um tema que vem se desenvolvendo e se sedimentando enquanto área de pesquisa multidisciplinar.

Entretanto, não é só por parte da academia que o tema vem sendo explorado. Aliás, a exploração do tema por parte da academia se deu a partir da constatação da representatividade e das ações empreendidas pelas organizações que compõem o Terceiro Setor. É um setor cuja representatividade social, cultural e econômica já é amplamente reconhecida e noticiada.

As organizações que compõem o Terceiro Setor desenvolvem suas atividades em diversas áreas e suas ações, em diversas comunidades e sociedades, são consideradas fundamentais: creches, hospitais, alfabetização, alimentação, associativismo, esportes, teatro, dança, etc. Tais ações rendem resultados sociais positivos além de representarem uma aplicação e consumo de recursos econômicos e financeiros muitas vezes oculto ou não mensurado objetivamente.

Salamon (1997, p. 90) diz o seguinte quanto à diversidade e heterogeneidade das organizações do Terceiro Setor: “... um setor variado e complexo que engloba grandes universidades e pequenas entidades filantrópicas, cantinas de distribuição de sopa aos sem-teto e respeitáveis instituições culturais, organizações de direitos humanos e associações profissionais, entre muitas outras.”

A posição conceitual mais comumente adotada no que se refere ao entendimento do termo, é a definição estrutural/operacional apresentada por Salamon & Anheier (1999). Segundo esta definição, o Terceiro Setor é composto por organizações que compartilham um conjunto de cinco núcleos de características estruturais ou operacionais que são comuns entre elas, mas que as distinguem dos demais tipos de organizações. As características definidas por Salamon & Anheier (1999) são:

- 1. Formais:** Alguma forma de institucionalização, legal ou não, com um nível de formalização de regras e procedimentos, para assegurar sua permanência por um período mínimo de tempo é requerida.
- 2. Privadas:** Mesmo que sua principal fonte de recursos seja o Estado, as organizações do Terceiro Setor não são ligadas de nenhuma forma institucional a governos.
- 3. Não Distribuidoras de Lucro:** A geração de lucros, em si, não é o aspecto que diferencia as entidades ditas “sem fins lucrativos”, mas a finalidade que é dada a estes, caso existam. Estas entidades não podem distribuir dividendos de lucro, sob nenhuma forma, aos seus dirigentes, fundadores, empregados ou a quem quer que seja.
- 4. Autônomas:** As entidades do Terceiro Setor não são controladas externamente, possuindo todos os meios para realizar sua própria gestão.
- 5. Voluntárias:** Algum grau do trabalho realizado por estas organizações provém da mão-de-obra voluntária – não remunerada – mesmo que o grau de voluntariado esteja restrito apenas aos conselhos de gestão ou fiscalização.

No Brasil, a pesquisa sobre as organizações que compõem o setor, bem como seu aparecimento e atuação mais maciça, é relativamente recente, com dados relativos ao ano de 1995. A principal referência em termos de mapeamento das organizações do Terceiro Setor no Brasil é a pesquisa realizada por Landim & Beres (1999), como parte da pesquisa mundial conduzida por Salamon & Anheier (1999). A pesquisa aborda, de forma geral, questões sobre a atuação social que parte do universo das organizações do Terceiro Setor – organizações filantrópicas e ONGs. Pouco se observa a existência de pesquisa relativa a aspectos administrativos, organizacionais e de gestão de tais organizações.

De forma geral, o desenvolvimento de técnicas, processos e pesquisas no campo administrativo para as Organizações do Terceiro Setor são tímidas e ainda pouco representativas. Entretanto, as organizações do Terceiro Setor, como quaisquer outras do setor privado ou do setor público, necessitam de recursos –

financeiros, materiais e humanos – para que tenham um “bom êxito” na construção de suas vivências (GRAVE & MENDES, 2001). Tais recursos tornam-se determinantes no processo de perpetuação da existência das organizações no meio social no qual estão inseridas, assim como também para o processo de operacionalização de suas atividades. E tais recursos, assim como nas demais organizações, também necessitam de gerenciamento em busca da maximização dos resultados esperados tendo em vista o alcance dos objetivos para os quais cada organização especificamente foi criada: saúde de um paciente, educação com qualidade, restauração da dignidade do ser humano, profissionalização do trabalhador, preservação de florestas, etc.

Indicação de Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem caráter exploratório que se justifica em função de que o objetivo geral traçado para a realização do estudo é pouco explorado. Conforme descrevem, ainda, Hoppen *et. al.* (1996), os estudos exploratórios procuram aprofundar conceitos preliminares, permitindo, também, levantar características inéditas e novas dimensões a respeito da população-alvo.

O método utilizado é o levantamento, realizado através da aplicação de questionários e de entrevistas junto às organizações do Terceiro Setor de Campo Mourão, cujas questões buscarão responder aos objetivos da pesquisa e que, posteriormente, na fase de análise dos dados coletados, servirão de suporte para conclusões correspondentes.

Os dados serão coletados em um momento preciso do tempo, de fevereiro a abril de 2009, junto às organizações identificadas. O levantamento será aplicado em organizações do terceiro setor da cidade de Campo Mourão.

O instrumento de coleta de dados utilizado para o levantamento serão questionários e entrevistas, que serão preenchidos e/ou respondidos pelos representantes das organizações depois de contatos preliminares, e será acompanhado de carta de encaminhamento. A análise e apresentação dos dados se dará através dos recursos da estatística descritiva.

Considerações Finais

As organizações que compõem o Terceiro Setor no Brasil, portanto, ainda carecem de atenção quanto ao desenvolvimento de pesquisas que demonstrem suas características estruturais, operacionais e de gestão. Assim, e considerando o que foi exposto na introdução e nas análises e discussões, a pesquisa justifica-se no sentido de buscar construir um conhecimento inicial e específico sobre aspectos da gestão das organizações que compõem o Terceiro Setor na cidade de Campo Mourão.

Sua grande contribuição está em construir uma visão mais clara e objetiva sobre o perfil de quem administra as organizações, de que forma estão organizadas administrativa e juridicamente, quanto de recursos captam e aplicam e suas atividades, como captam e como aplicam, como prestam contas dos recursos, quanto de voluntariado mobilizam, etc. Tais informações são importantes no sentido de possibilitarem encaminhamentos para futuras pesquisas, mais aplicadas, sobre gestão de organizações do Terceiro Setor Mourãoense.

Referências

- LANDIM, L.; BERES, N. **As organizações sem fins lucrativos no Brasil: ocupações, despesas e recursos.** Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- SALAMON, L. **Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor.** In: IOSCHPE, E. (org.) 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SALAMON, L. M.; ANHEIER, H. K.. **Nuevo estudio del sector emergente: resumen.** Proyecto de estudio comparativo del sector no lucrativo de la Universidad Johns Hopkins (fase II). Madrid: Fundacion BBV, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1995.
- GRAVE, Paulo S.; MENDES, Ariston A. **Pensamento estratégico contemporâneo: possíveis fundamentos antigos da estratégia como uma medida administrativa atual ou em busca do elo perdido?** Anais do Enanpad, 2001.
- HOPPEN, N., LAPOINT, L., MOREAU, E. **Um guia para avaliação de artigos de pesquisa em sistemas de informação.** Revista Eletrônica de Administração n.º. 03, agosto de 1996. Disponível em: <<http://www.ppga.ufgrs.br/read>>.

TERCEIRO SETOR: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO, UMA REALIDADE EM MOVIMENTO

Marcelo Marchine Ferreira, TIDE, Ciências Contábeis, Fecilcam, mmferreira@fecilcam.br

Introdução

Os resultados ora apresentados são referentes ao projeto de pesquisa *Levantamento e Caracterização de Aspectos Operacionais e de Gestão das Organizações do Terceiro Setor do Município de Campo Mourão* constituindo-se como parte da revisão de literatura sobre o Terceiro Setor.

O objetivo geral da pesquisa é o de identificar e caracterizar as organizações que compõem o Terceiro Setor na cidade de Campo Mourão em seus aspectos operacionais e de gestão.

Os resultados ora apresentados expõem apenas uma primeira parte da pesquisa, ou seja, discute através de revisão de literatura posições conceituais que envolvem o assunto, bem como demonstram os reflexos de tais posicionamentos conceituais quanto à classificação das organizações que compõem o Terceiro Setor.

Ao mesmo tempo, demonstram que a confusão conceitual e teórica em torno do Terceiro Setor reflete em classificações diversas, que mais confundem do que esclarecem. A conclusão do trabalho é a de que o setor carece de maiores, melhores e mais abrangentes pesquisas tanto no tocante aos aspectos conceituais quanto aos aspectos quantitativos sobre as organizações que o compõem, para que se possa avançar em termos de considerar o assunto como um campo de estudos sólido.

Análises e Discussões

A relevância que o tema terceiro setor tem assumido na sociedade brasileira contemporânea é visível sob duas óticas. A primeira delas, mais aparente e amplamente divulgada, discute o terceiro setor inserido em um inter-relacionamento indissociável com três esferas da sociedade: a esfera privada; a esfera pública e a esfera da sociedade civil que congrega parcelas de representantes institucionais da sociedade e da iniciativa privada e de indivíduos na qualidade de cidadãos conscientes de sua responsabilidade social.

Sob uma outra ótica, a relevância do debate também pode ser interpretada através da funcionalidade que o Terceiro Setor parece ter assumido no processo de reformulação do padrão de resposta às seqüelas da questão social, propiciado no interior da estratégia neoliberal de reestruturação do capital (Montaño, 2002).

De maneira geral, a questão da definição conceitual sobre terceiro setor é assunto causador de relevante discussão acadêmica que envolve pesquisadores e estudiosos sobre o tema. Merege (2000) aponta que a definição conceitual do termo Terceiro Setor tem gerado muita controvérsia dentro e fora do mundo acadêmico e que existe uma certa dificuldade em identificar o que é o Terceiro Setor, podendo-se, de forma aproximada, mencionar quais são e o que são essas organizações, uma vez que grande parte delas permanece invisível.

Numa perspectiva relacionada com o caso brasileiro é possível afirmar que o Terceiro Setor ainda esteja no início de uma longa caminhada para a sua legitimação perante a sociedade. Entretanto, embora a sociedade brasileira não tenha compreendido e aceito ainda por completo a existência de um Terceiro Setor, as organizações que o compõem vêm passando por um processo crescente de afirmação de uma identidade comum, de profissionalização, segmentação e diferenciação (FALCONER & VILELA, 2001).

Salamon (1997) afirma que legitimar o Terceiro Setor diz respeito ao processo de retirar o Setor do limbo existencial em que se encontra, não só no Brasil, mas em muitos países ao redor do globo terrestre e situá-lo explicitamente como um setor, dando-lhe, inclusive, posição legal definida e clara.

Em pesquisa realizada pelo IBGE (2004) em mostra um pouco da realidade do Terceiro Setor brasileiro. A primeira importante informação destacada da pesquisa é a quantidade de organizações sem fins lucrativos existentes no Brasil: 500 mil. Dessas, 276 mil são Fundações e Associações sem fins lucrativos, o que representa 55% do total das entidades. Quanto à distribuição de tais organizações pelo território nacional, 44% delas estão na região sudoeste, 23% estão concentradas na região sul, 4% na região norte e 22% na região nordeste.

Quanto ao aspecto da idade das organizações, a pesquisa revela que 62% foram criadas a partir dos anos de 1990 e a cada década o crescimento se acelera mais. Um fato importante é a relação existente entre a idade das organizações pesquisadas com a abertura política do Brasil. A maior parte das organizações foram criadas a partir da promulgação da Constituição Federal, que abriu caminho para a atuação mais forte das organizações sociais. A figura 1 demonstra de forma clara e objetiva tal consideração.

Quanto às atividades desenvolvidas, a pesquisa apontou que 26% dedicam-se diretamente a atividades profissionais, 16% dedicam-se a promoção do desenvolvimento e defesa dos direitos, 16% são organizações profissionais e patronais, 14% se dedicam a ações culturais e recreativas, 12% atuam na área de assistência social, 6% estão atuando na área de educação, 1% na saúde e os 9% restantes dividem-se em diversas outras áreas.

As organizações pesquisadas, quanto à geração de emprego, apresentam dados consideravelmente relevantes. Cerca de 1,5 milhão de pessoas são empregados assalariados de tais organizações no Brasil. O dado por si só não representaria muita coisa visto isoladamente. Mas comparado ao serviço público federal, ele emprega três vezes mais, tendo em vista que no mesmo período o serviço público federal empregava 500 mil pessoas.

Quanto à remuneração, a pesquisa aponta que em média, os trabalhadores das FASFIL ganhavam, por mês, 4,5 salários mínimos. Este valor era ligeiramente superior à média geral dos ocupados assalariados de todas as organizações integrantes do CEMPRE, Cadastro Central de Empresas, que congrega dados de entidades públicas, privadas lucrativas e não-lucrativas, que era de 4,3 salários mínimos.

É dado observar, a partir dos resultados apresentados pela pesquisa, significativas variações salariais em função do tipo de atividade prestada pelas organizações. No geral, ganham menos os trabalhadores das áreas de habitação (2,1 salários mínimos), assistência social (2,8 salários mínimos) e religião (2,9 salários mínimos). As

organizações que trabalham com o meio ambiente tendem a remunerar relativamente melhor seus empregados: em média, estes percebem mensalmente 5,2 salários mínimos.

Indicação de Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é de caráter exploratório. Tal opção justifica-se em função do objetivo global traçado para a realização do estudo ser pouco explorado. O método adotado é o levantamento, realizado através da aplicação de questionários e de entrevistas junto a um número considerável dos elementos da população-alvo, cujas questões busca-se responder aos objetivos da pesquisa e que, posteriormente, na fase de análise dos dados coletados, servirão de suporte para conclusões correspondentes.

Os dados serão coletados em um momento preciso do tempo junto à amostra que será selecionada para representar a população alvo. O levantamento será aplicado em organizações do terceiro setor da cidade de Campo Mourão. A amostra será selecionada por conveniência que, segundo Gil (1991, p.97) “aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios... onde não é requerido elevado nível de precisão”. A opção pela amostragem por conveniência justifica-se por motivos de ordem financeira e devido à exigüidade de tempo.

O instrumento de coleta de dados utilizado para o levantamento serão questionários e entrevistas, que serão preenchidos e/ou respondidos pelos representantes das organizações depois de contatos preliminares, e será acompanhado de carta de encaminhamento.

Considerações Finais

A possível impropriedade de discussão de tais aspectos é justificada no sentido de que as organizações do chamado terceiro congregam uma multiplicidade de interesses e de ações que dificultam uma definição e conceituação clara dos problemas que se entregam a defender. E tal fato contribui para o aprofundamento de distorções e manipulações em termos de legitimação das organizações, quer por parte delas próprias, quer por parte da sociedade, do mercado e dos governos.

Através dos dados apresentados, resultados da pesquisa realizada pelo IBGE, percebe-se que as organizações que compõem o chamado terceiro setor brasileiro são muitas e dedicadas a uma multiplicidade de objetivos. Entretanto, pelo pouco que se apresentou também é dado notar que tais organizações são uma realidade em crescimento, tanto em quantidade quanto em representatividade, uma vez que muitas delas realmente assumiram papéis de importantes interlocutoras entre a sociedade e os governos.

Assim, faz-se mister pesquisar sobre tais organizações e buscar contribuir mais especificamente para a construção de um conceito mais sólido e, por que não, de uma teoria sobre o terceiro setor. A partir de contribuições acadêmicas, através de pesquisas e investigações sérias é possível tornar ainda mais legítimo o campo de estudos e talvez reduzir as distorções e manipulações em termos de legitimação das organizações, quer por parte delas próprias, quer por parte da sociedade, do mercado e dos governos.

Referências

FALCONER, A. P.; VILELA, R. *Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras. São Paulo: Peirópolis, 2001.*

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de atuação.** 1999. 153 f. dissertação (mestrado). USP, São Paulo, 1999.

FISCHER, R.M.; MENDONÇA, L.R. de. **Terceiro setor: inventário da produção brasileira.** In: ISTR FIFTH INTERNATIONAL CONFERENCE. "Transforming Civil Society, Citizenship and Governance: The Third Sector in an Era of Global (Dis)Order" Graduate School in Humanities, University of Cape Town, Cape Town, South Africa, July 7-10, 2002.

IBGE. *As fundações privadas e as associações sem fins lucrativos 2002. Estudos e pesquisas: informação econômica n° 4. Rio de Janeiro: 2004.*

LANDIM, L. **Defining the Nonprofit Sector: Brazil.** *Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, no. 9. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1993.

MEREGE, L. C. *O terceiro setor e a nova ética empresarial. Integração. Revista Eletrônica do terceiro setor. Disponível em: <<http://200.18.48.123/editorial.htm>> Acesso: 05/01/2004.*

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

SALAMON, L. **Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor.** In: IOSCHPE, E. (org.) 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA: DIMENSÕES E PROCESSO

Cristiano Molinari Bispo, TIDE, Fecilcam, cristianobispo@uol.com.br

Introdução

Não há como fundamentalmente negar a influência do ambiente externo sobre as organizações, e conseqüentemente, sobre o posicionamento estratégico das mesmas. Entretanto, cabe salientar que esta influência em algumas contribuições literárias pode ser interpretada como algo imperioso, no qual as organizações não têm inevitavelmente nenhuma alternativa a não ser moldar-se àquele ambiente, para que assim as mesmas sejam selecionadas pelo dentro de uma abordagem darwiniana. Neste contexto, a *resource-based view* (RBV), ou seja, a visão baseada em recursos, traz um olhar diferenciado sobre este processo, no momento em que credita à articulação dos próprios recursos das organizações o mérito pelo seu desempenho. Assim, não se substitui, mas agrega-se um ponto de vista interno à eterna discussão sobre as variáveis independentes que explicam a variância do desempenho das empresas.

Nestes termos, a confluência destes pontos conforma um *fit* entre a sinergia dos recursos das empresas e do ambiente externo, sendo que a influência para isso dá-se em uma perspectiva bi-direcional. Esta argumentação que valoriza a parametrização e a articulação dos recursos das empresas oportuniza mais espaço para que a área de recursos humanos tenha um status mais elevado, ensejando novas discussões que se inserem em nomenclaturas como ‘planejamento estratégico de recursos humanos’, ‘gestão do capital intelectual’ e ‘gestão do conhecimento’.

Assim, a administração estratégica aparece como uma disciplina muito relevante responsável por manter ou tornar as organizações alinhadas a seus respectivos ambientes. Pensando sobre esta abordagem, alguns grupos de categorias são apresentados, com o intuito de construir um modelo amplo que envolva os aspectos mais importantes deste contexto. Começa-se com a apresentação das dimensões da administração estratégicas, incluindo tipos de recursos responsáveis pela leitura do ambiente das organizações. Na seqüência, aborda-se o processo da administração estratégica, o qual deve esclarecer os passos para viabilizar a gestão estratégica por meio das dimensões. Finalmente, um terceiro aspecto aparece, referindo-se à unidade de análise, incluindo os pontos de vista externo e interno de forma a encontrar um enquadramento adequado entre a organização e seu ambiente.

É esta sucinta reflexão que traz a definição da administração estratégica como o processo de compreensão, definição, sistematização e ação dos recursos financeiros, humanos, organizacionais e lógicos. Esta definição pressupõe que estes passos sejam desencadeados tanto no ambiente externo quanto interno da organização.

Procedimentos Metodológicos

Iniciando-se pelo delineamento, pode-se caracterizar a pesquisa como um estudo exploratório elaborado a partir de procedimentos qualitativos. Justifica-se este delineamento pelo fato da pesquisa prever a proposição de um modelo que não tem a intenção de ser conclusivo, pois poderá ser utilizado como base para pesquisas futuras de ordem teórico-empírica. A pesquisa constitui-se por meio de dados secundários, utilizando a literatura de estratégia e da *Resource-Based View* – RBV. Assim, o universo da pesquisa envolve esta literatura, da qual se subtrai uma amostra, envolvendo uma fração acessível dentro dos parâmetros orçamentários e temporais do projeto. Desta forma, os procedimentos de coleta de dados envolvem pesquisa bibliográfica, como livros e artigos. Conseqüentemente, realiza-se o tratamento de dados por meio de uma análise documental perante a literatura subjacente, desenvolvendo-se como uma compilação dos textos selecionados.

Análises e Discussões

Para fundamentar o modelo proposto, os temas estratégia e recursos precisam ser apresentados. Assim, entendendo que os estrategistas utilizam imaginação e raciocínio lógico para acelerar os efeitos da competição e a velocidade das mudanças (HENDERSON, 1998, p. 4), pode-se conceber a estratégia como uma metodologia para atingir objetivos previamente e deliberadamente definidos, sem que esta seja uma assunção definitiva. Passando para a questão dos recursos sob a ótica da *resource-based view* (RBV), as variáveis que podem garantir vantagem competitiva e, conseqüentemente, um desempenho superior, são intraorganizacionais, se referindo à maneira distinta de se organizar todos os recursos com os quais a organização tem algum tipo de relação.

De acordo com este contexto, é possível organizar as dimensões da administração estratégica na seguinte taxonomia: financeira, pessoal, estrutural e lógica; e o processo desdobrado nos passos a seguir: compreensão, definição, sistematização e ação. Ressalta-se que as categorias apresentadas perfazem intersecções umas com as outras. Além disso, esclarece-se que não se adiciona no modelo uma fase dedicada ao controle pelo fato de se acreditar que o mesmo deve estar presente em cada um dos passos delineados.

Iniciando a descrição do modelo pelas dimensões da administração estratégica, salienta-se que dentre o material consultado, algumas obras merecem resalto como Penrose (1959), Wernerfelt (1984), Rumelt (1984) e

Brush, Greene e Hart (2001). Em relação ao processo de administração estratégica, adiciona-se que para gerenciar qualquer empresa, é indispensável entender o ambiente externo e interno. Neste ponto, da literatura analisada, destacam-se as contribuições de Certo e Peter (1993) e Thompson Jr. e Strickland III (2003). Assim, compreender estes ambientes é o primeiro passo para contextualizar a perspectiva e o posicionamento da empresa ou da unidade de negócios. Da mesma forma que as demais etapas do processo, esta se refere a cada dimensão delineada acima. Compreendendo o ambiente, é possível definir o papel principal da unidade de análise e os objetivos consequentes. É hora de definir ou redefinir a “alma” da empresa e verificar se seu estereótipo se concatena ao ambiente externo. O próximo passo é o ponto principal da estratégia, no qual devem ser desenvolvidas as metodologias para alcançar os objetivos delineados no passo anterior, envolvendo cronogramas e orçamentos. Este contexto evidencia a relevância dos gerentes médios, os quais têm a incumbência de traduzir a missão ou os objetivos organizacionais gerais em metas pessoais claras que possam ser avaliadas e gerenciadas. A última etapa é a fase da ação, que se refere à implementação dos itens planejados apresentados acima, prospectando e aplicando fundos, contratando e treinando pessoas, projetando e construindo estruturas, criando e revisando procedimentos e, finalmente, vendendo para conseguir lucro e valor. A idéia é que estes passos formam uma espécie de ciclo que configuram um mecanismo de controle. As duas primeiras etapas delinham o controle da eficácia e os dois últimos o controle da eficiência, respectivamente, controlando o que a firma faz e como a firma desenvolve suas rotinas.

Para implantar o modelo de administração estratégica descrito, envolvendo suas dimensões e processo, deve-se levar em consideração três níveis de análise distintos: o ambiente externo; o ambiente interno; e o encaixe percebido das características do ambiente interno ao externo. Entretanto, esta organização temática sugere que se possa construir uma matriz 4x12 ou 12x4 com a inserção das quatro dimensões e das quatro etapas do processo associadas às perspectivas externa, interna e de encaixe. Embora este esforço possa ser tranquilamente justificado do ponto de vista didático, percebe-se claramente que, na prática das organizações, as dimensões e as etapas do processo justapõem-se, com especial ênfase no tocante às dimensões, conforme já fora discutido na apresentação do modelo proposto.

Considerações Finais

É importante que se observe adequadamente a abordagem do modelo exposto, que incorpora uma postura didática para reconhecer o conteúdo e o encaminhamento da gestão estratégica. Entretanto, outras abordagens também têm significativa importância, como, por exemplo, os conflitos entre formalidade e informalidade da estratégia ou da estratégia deliberada e da estratégia emergente.

Sobre estes pontos, enfatiza-se a contribuição de Mintzberg (1996), que reconhece a estratégia como plano, pretexto, padrão, posição e perspectiva, sendo que os três primeiros itens referem-se à forma e os dois últimos ao conteúdo da estratégia. Assim, conforme Bispo (2003), observa-se que a prática das organizações pode advir de um processo de negociação de objetivos que pode permear toda a organização, além das consequências não premeditadas de algumas ações, o que se aproxima do conceito de estratégia emergente.

Referências

- BISPO, C. M. Posição e Perspectiva Organizacionais: Estratégia ou Consequência? **Encontro da Anpad – XXVII Enanpad**. Anais. Atibaia, 2003.
- BRUSH, C. G.; GREENE, P. G.; HART, M. M. From initial idea to unique advantage: the entrepreneurial challenge of constructing a resource base. **The academy of Management Executive**, v. 15, n. 1, p. 64-78, Feb. 2001.
- CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica: planejamento e implantação de estratégia**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- HENDERSON, B. D. As origens da estratégia. In: Montgomery, C. A.; Porter, M. E. **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, [1989] 1998.
- MINTZBERG, H. Five Ps for strategy. In: MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **The strategy process: concepts, contexts, and cases**. 3. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1996.
- PENROSE, E. **The Theory of the Growth of the Firm**. London: Basil Blackwell, 1959.
- RUMELT, R. P. Towards a Strategic Theory of the Firm. In: Lamb, R.B. (ed). **Competitive Strategic Management**. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, NJ, 1984.
- THOMPSON JR., A. A.; STRICKLAND III, A. J. **Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- WERNERFELT, B. A resource-based view of the firm. **Strategic Management Journal**, 5, 1984, pp. 171-180.

O ICMS ECOLÓGICO NO CONTEXTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR

Me. Ricardina Dias, PG, Ciências Econômicas, Fecilcam, ricardinadias@yahoo.com.br
Prof. Dr. Carlos Mello Garcias, (OR), PPGTU, PUC-Pr. carlos.garcias@pucpr.br
Prof. Dr. Miguel Mansur Aisse, (CO-OR), PPGTU, PUC-Pr. miguel.dhs@ufpr.br

O uso de instrumentos econômicos na política ambiental tem sido defendido, como uma abordagem complementar aos tradicionais instrumentos de comando e controle. No Brasil, as experiências com instrumentos econômicos se encontram principalmente na área de preservação e conservação florestal e controle da poluição hídrica, onde se insere a compensação fiscal, por áreas de preservação (MOTTA *et al*, 2001, p. 135, 136).

O imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS se constitui em um imposto estadual. Trata-se, ainda, de uma importante fonte de receitas para os municípios, já que 25% do produto de sua arrecadação são repassados aos mesmos segundo os critérios e percentuais de rateio, que compreendem 75% do valor adicionado, 8% valor da produção agropecuária, 6% número de habitantes na zona rural, 2% referente ao número de propriedades rurais, 2% superfície territorial do município, 2% índice fixo e 5% em função do critério ambiental (Icms Ecológico).

Na visão de SCAFF & TUPIASSU (2005, p. 735) a política do ICMS Ecológico representa uma intervenção positiva do Estado, e se caracteriza como um fator de regulação não coercitivo, em forma de subsídio, tal como um incentivo fiscal intergovernamental, que tem por objetivo a consecução de uma finalidade constitucional de preservação, aliado à justiça fiscal.

O ICMS Ecológico, no Paraná, instituído pela Lei 059/91, estabelece que devem receber recursos os municípios que possuem unidades de conservação (UC) ou que sejam diretamente influenciados por elas, e os que abrigam em seus territórios parte ou o todo de mananciais de abastecimento para municípios vizinhos.

A operacionalização do ICMS Ecológico considera duas dimensões na apuração do índice ambiental do município, o coeficiente de restrição territorial, ponderado por um fator de conservação, que consiste na caracterização da categoria de manejo, refletindo o nível de restrição antrópica na unidade, constituindo-se na variável quantitativa. (LOUREIRO, 2002).

A variável qualitativa, que inclui a avaliação da qualidade física, biológica (fauna e flora) de recursos hídricos da unidade e seu entorno; planejamento, implementação e manutenção; da articulação com a comunidade e ações do município, medidas pelos escores correspondentes. A avaliação da qualidade das unidades é realizada anualmente, por meio das tábuas de avaliação aplicadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

O ICMS Ecológico, por UC, considera o enquadramento destas, nos termos do anexo III da Portaria 263/98, que estabelece os fatores de conservação básicos para as categorias de manejo e conservação, os intervalos de escores mínimos e máximos para definição dos níveis de qualidade, de acordo com o bioma, categorias de manejo, domínio e âmbito de responsabilidade legal.

Em Campo Mourão, as Unidades de Conservação legalmente instituídas e inscritas pelo IAP, para efeitos de créditos do ICMS Ecológico, compõem-se na área urbana do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira com 22,96ha.; da Estação Ecológica do Cerrado com 1,33; do Parque Municipal do Distrito Industrial, com 3,93.

Na área rural é composta pelo Parque Estadual Lago Azul, com 914,24 ha.; RPPN Estadual Arthur César Vigilato I e RPPN 5148 (EX) com 108,90; RPPN Estadual Slomp e RPPN 5156 (EX) com 16,77, totalizando 1.068,13 ha. Considerando a área municipal utilizada pelo Iap de 75.533,29 ha., o percentual de áreas protegidas em unidades de conservação representa 1,41%. As mesmas não estão sistematizadas em um cadastro de áreas verdes, bem como não há no município o cadastro de novas áreas de interesse.

Estas unidades geraram repasses no valor de R\$ 889.684,04 no período de 2000 a 2005. A contribuição de cada unidade em relação ao total recebido no período foi de 56,29% do Parque Estadual Lago Azul, 30,45% do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira; 8,43% da RPPN Estadual Arthur César Vigilato I e RPPN 5148 (EX); 2,30% RPPN Estadual Slomp e RPPN 5156 (EX), 1,45% da Estação Ecológica do Cerrado e 0,80% em relação ao Parque Municipal do Distrito Industrial.

Foram percebidos incrementos na qualificação na maioria das unidades, em 2005 em relação a 2000, exceto na Estação Ecológica do Cerrado, no entanto, os escores alcançados pelas unidades Parques Municipais Joaquim T. de Oliveira, do Distrito Industrial, e RPPNs apresentaram baixo desempenho.

No caso do Parque municipal Joaquim T. de Oliveira, por exemplo, sua avaliação permite a variação no intervalo de escore de 0 a 30. A mesma alcançou 66,7 % (20.0) do escore máximo correspondente (30) em 2000. Em 2003 e 2004 chegou a 84% (25.2). Em 2005 houve uma queda na avaliação de 16,7% (21).

A ausência da integração de ações, em relação às unidades de conservação, materializadas na política municipal de meio ambiente, nos instrumentos de comando e controle, nos instrumentos orçamentários e na ausência de pessoal efetivo, dificultaram o processo de articulação e maximização do ICMS Ecológico.

O Parque Estadual Lago Azul conseguiu maior desempenho entre as unidades com avaliação positiva no período, tendo havido incremento em seu escore em 2004, chegando à avaliação máxima 100% (0.5) em 2005, em função principalmente, da elaboração de seu plano de manejo e de seu processo de gestão.

Outras Unidades foram instituídas pelo município como o Parque das Torres, em 1999 e o Parque Gralha Azul, em 2001, porém não são fontes geradoras de ICMS Ecológico.

Em relação ao ICMS Ecológico no município, conclui-se que se trata de um instrumento que fornece elementos importantes para a conservação da biodiversidade por considerar variáveis qualitativas e quantitativas no cálculo do índice ambiental, porém a ausência de análise sistematizada da qualidade biológica prejudica os objetivos propostos pelo instrumento.

Os recursos provenientes da compensação financeira com exceção dos provenientes do Parque Estadual Lago Azul em 2005, são passíveis de incremento em função da melhoria das avaliações das UC. Tais recursos ao serem creditados ao município, não apresentam vinculação com despesas na área ambiental.

O volume de áreas protegidas em UC pode ser maximizado, em função do baixo percentual apresentado. Em relação às UC instituídas, contribuíram para o baixo desempenho das avaliações e conseqüente volume de recursos, a ausência dos planos de manejo, de programação físico-financeira para manutenção, de pessoal técnico efetivo para o acompanhamento das avaliações realizadas pelo órgão estadual e do cumprimento dos termos de compromisso.

Com base nos resultados alcançados nesta pesquisa e nos elementos teóricos que a direcionaram, recomenda-se a reformulação da metodologia para avaliação da variável qualidade biológica das UC e a discussão sobre a reformulação das tábuas de avaliação em função do extenso e complexo volume de variáveis envolvidas.

Ao governo municipal, recomenda-se efetivar o aprimoramento institucional, incorporando o ICMS Ecológico como um programa de governo, por meio da estruturação do sistema de UC, com suporte institucional, técnico, orçamentário, financeiro e político.

Há necessidade da consolidação da Política Municipal de Meio Ambiente, a partir do Zoneamento Ecológico Econômico, sistematizando o cadastro de áreas verdes no meio rural e urbano, integrando ao Plano Diretor as UC instituídas e outras áreas de interesse à conservação, contribuindo para o processo de gestão no longo prazo.

A consolidação do processo de inclusão no Cadastro Estadual de UC, do Parque Gralha Azul e o Parque das Torres, permitirá o incremento no volume de áreas passíveis de compensação.

Para melhoria das avaliações, recomenda-se efetivar o acompanhamento das mesmas, para clareza dos itens com menor pontuação na tábua de avaliação e maior necessidade de intervenção, promover a elaboração dos planos de manejo do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira, Distrito Industrial e Estação Ecológica do Cerrado e das RPPNs. Recomenda-se ainda, a criação de um controle de custos das unidades e de um cronograma físico financeiro, em sintonia com os termos de compromisso considerando o potencial a ser explorado. A intensificação das parcerias, com as instituições de ensino superior, bem como as do município com o órgão ambiental é fundamental.

As discussões com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, e com os atores envolvidos no ICMS Ecológico, se constituem em importantes mecanismos de gestão. Considerando que outros aspectos poderão ser abordados e aprofundados sobre este tema, este trabalho está aberto para futuros estudiosos estenderem suas críticas e contribuições.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. Legislação Atualizada do ICMS Ecológico por Biodiversidade. **Wilson Loureiro e Marcos Antonio Pinto (Organizadores). Curitiba, 2006.**

LOUREIRO, Wilson. **Contribuição do ICMS ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná.** Tese (Doutorado em Economia e Política Florestal) - Universidade Federal do Paraná: Setor de Ciências Agrárias, 2002.

MOTTA, Ronaldo S.; MENDES Francisco E. Instrumentos Econômicos na Gestão Ambiental: aspectos teóricos e de implementação. In: ROMEIRO, Ademar R.; REYDON, Bastiaan P.; LEONARDI, Maria Lúcia A. (Orgs). **Economia do meio ambiente: teoria, política e a gestão dos espaços regionais.** Campinas: Unicamp, 2001.

SCAFF, Fernando F. TUPIASSU, Lúcia V. C. **Tributação e políticas públicas: o ICMS Ecológico** In: TORRES, Heleno T. (Org.). **Direito tributário ambiental.** São Paulo: Malheiros, 2005.

O SISTEMA DE INFORMAÇÃO E SUA INTERFERÊNCIA NA LUCRATIVIDADE

Rosinaldo Nunes Cardoso, PG, Fecilcam, rosinaldo_cardoso@hotmail.com

Introdução

A volatilidade mercadológica e o processo de globalização dos negócios, redução da distância e aumento da competitividade, tendem a impulsionar as empresas a buscar, cada vez mais, aperfeiçoar seus atendimentos com recursos tecnológicos em relação aos consumidores, visto que tal conduta tem como consequência a satisfação dos mesmos e aumento dos lucros. Nesse âmbito, em nossa pesquisa, praticada em micro-empresas do ramo de peças automotivas em Campo Mourão – PR, verificou-se a diferença competitiva e resultados obtidos pela utilização de Sistema de Informação (SI) no processo decisório. Para tanto, a pesquisa se deu em caráter descritivo transversal, com aplicação de questionários que procuraram fazer um levantamento dos fatores positivos e negativos na utilização do SI. Os resultados obtidos foram positivos e demonstraram, através da análise dos dados levantados, a relevância dessa utilização como diferencial competitivo e auxiliador nas tomadas de decisão.

Sistema de informação e adaptação na cultura organizacional

As empresas hoje se encontram em uma fase em que ter informações corretas e saber como lidar com estas de forma organizada e racional pode definir a fronteira entre crescer ou não, ter sucesso ou declínio. É por isso que os gestores visam à necessidade da implantação de um SI nas organizações, por menor que sejam elas. O sistema de informação pode ser definido como conjunto de elementos que interagem, que são compostos de pessoas, dados e tecnologia, que tem, como um único fim, sobrevivência e prosperidade das empresas, onde há troca de informações entre si e todos os seus *stakeholders*, envolvendo tomada de decisões dentro da empresa para a ação, de forma mais ágil, eficiente e eficaz, transações comerciais e organização de processos. Sua eficácia pode se restringir a fornecer a seu usuário apenas informações operacionais básicas e simples até sugestões para resoluções de problemas. Para Batista (2004, p.141) “o principal motivo de falhas nos sistemas de informação é o fato de não atingirem o aumento de eficiência esperado são devidos a uma atenção insuficiente dada aos usuários [...]”. Sendo assim, os gestores devem possuir ciência de que para trabalhar com um sistema é necessário alimentá-lo com informações precisas, bem como promover sua adaptação na cultura da organização, do contrário, sua implantação pode tornar-se inviável.

A mudança precisa ser encarada pelas organizações como ferramenta de uso contínuo e imprescindível para que a empresa possa acompanhar o mercado. A implementação de um sistema de informação exige que as organizações se adaptem e vençam as resistências para que a tecnologia funcione adequadamente. Há casos em que é preciso a adoção de técnicas como a reengenharia, buscando maximizar o uso do SI e os benefícios oferecidos.

As organizações devem estar preparadas, maleáveis e aptas a enfrentar a mudança, eliminando qualquer resistência que dela resulte, criando assim mecanismos facilitadores e não delimitadores à implementação do sistema e ao melhor aproveitamento dos benefícios proporcionados.

Processo decisório nas organizações

Segundo Cassarro (1999), Organizações que fazem uso de estruturas gerenciais por meio de um Sistema de Informação para tomada de decisões obtêm melhores resultados em relação as que não utilizam. Os administradores de empresa vivem permanentemente cercados de problemas, cujas decisões dependem os resultados da organização. Através dos dados fornecidos pela Contabilidade, podendo estar normalmente munidos de informações que lhe responderão a uma série de questões com vista às tomadas de decisões; as disponibilidades atuais são suficientes para pagamento das dívidas mais urgentes. Se o lucro diminui, por exemplo, ocorre a dúvida quanto à redução real nas vendas, a elevação desproporcional dos lucros, ou o nivelamento adequado dos setores e, ainda, ocorre a dúvida sobre o fato de esses problemas terem ocorrido no passado ou se as circunstâncias são outras.

Essas informações auxiliam o gestor para as tomadas de decisões, as quais permitirão medir os resultados da empresa e avaliar seu próprio desempenho na administração dos negócios que lhe foram confiados.

Isto exige um conhecimento do modelo decisório do administrador e, de forma mais simples, é preciso perguntar ao mesmo qual a informação que julga relevante ou as metas que deseja maximizar, a fim de se delinear o conjunto de informações pertinentes. Uma vez estabelecidos os objetivos, necessita-se verificar a abordagem a ser utilizada. A definição dos objetivos, todavia, leva fatalmente, à abordagem sistêmica, embora existam várias outras que possam ser de interesse para desenvolvimentos futuros ou servirem de base para pesquisas.

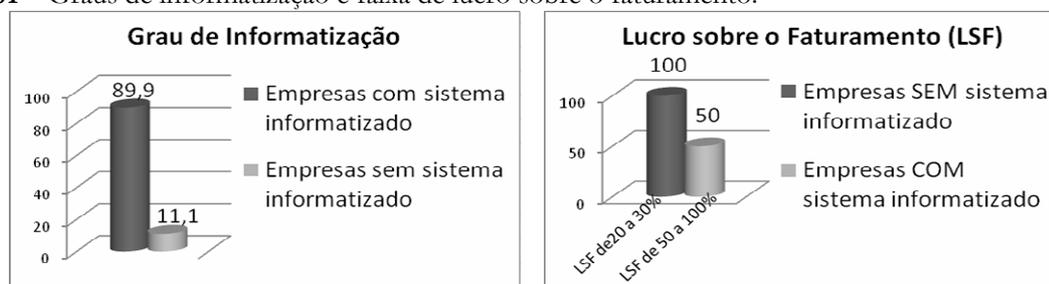
O uso do sistema de informação no processo decisório e os resultados obtidos

A velocidade nas mudanças, existente hoje, exige tomadas de decisões rápidas e, para que se atinja uma decisão efetiva, requer-se informações confiáveis e de alta qualidade. Sendo assim, a opção mais viável é o uso de sistemas de informação, ao passo que o uso de relatórios gerenciais informatizados torna-se primordial no processo decisório das organizações, já que um dos mais importantes propósitos dos sistemas de informação é o fornecimento de informações que auxiliem o gestor no processo de tomada de decisão. Como afirma Batista (2005, p. 34),

Como sociedade, estamos envolvidos na concorrência global por recursos, mercados e receitas, seja com outras regiões, seja com outras nações, fato esse denominado globalização. A capacidade de uma organização aprender e traduzir rapidamente esse aprendizado em ação é uma vantagem competitiva. A necessidade dinâmica exigida pela globalização e suas imposições para que a empresa possa atingir níveis mais altos de produtividade e eficácia definem seu perfil, mesmo sendo pequena ou micro, em operar com um sistema de informação eficiente [...].

Vê-se, assim, que o uso eficaz dos sistemas de informação não indica tão somente uma maior facilidade em avaliar os diversos setores organizacionais e tomar decisões otimizadas em relação a eles, mas pode influenciar e alterar a organização em um patamar geral, visto que, afetando-se um ou mais setores de uma empresa, afeta-se a situação global desta no segmento em que atua. O sistema de informação pode transformar até mesmo a cultura organizacional de uma empresa, garantindo a esta uma nova imagem diante do mercado, além de que pode influenciar em sua lucratividade, como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Graus de informatização e faixa de lucro sobre o faturamento.



Fonte: Dados coletados pelo autor do trabalho.

Verifica-se então que dentre os 88,9% das empresas que utilizam Sistema de Informação para emissão de relatórios no processo decisório, independente do grau de utilização, 50% delas tem lucro sobre o faturamento que varia entre 50 a 100%, enquanto que, dentre os 11,1% que não utilizam os relatórios gerenciais, 100% tem lucro sobre o faturamento que varia apenas entre 20 a 30%.

Partindo do pressuposto de Cassarro (1999) de que as organizações que fazem uso de estruturas gerenciais por meio de sistema de informação para tomada de decisões obtêm melhores resultados em relação as que não utilizam, nosso objetivo principal foi o de testar a otimização das tomadas de decisões quando estas se baseiam em relatórios gerenciais, para saber, então, até que ponto estes aumentam o nível de competitividade de uma empresa.

Nossa pesquisa contemplou, por meio de questionários aplicados diretamente aos gestores das organizações, a incidência do uso do SI no processo decisório e o diferencial competitivo na utilização dos mesmos em relação às que não utilizam iniciando-se pelo tempo de vida das empresas no mercado, e revelando que um índice de 44% da população pesquisada, o qual faz uso de estruturas gerenciais, está há mais de 10 anos em Campo Mourão, atendendo ao mercado local e regional, e as que não as utilizam possuem tempo de vida inferior a este período.

Destarte, isso nos leva a crer que, mesmo sendo toda tomada de decisão baseada em certo qualitativismo e subjetividade por parte, até mesmo, da experiência do gestor, valorizando-se, assim, o capital humano, a informação, sendo coletada e organizada através de relatórios gerenciais, é uma utilíssima arma para o gestor, visto que, por meio dela, a historicidade de uma organização, situada no atual ambiente competitivo, aflora no apontamento de soluções, isto é, a carga de logicismo indica mais facilmente a resposta a uma decisão a ser tomada, atendendo melhor ao consumidor e obtendo uma conseqüente vantagem competitiva.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistema de Informações – Um Enfoque Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1985.
- CASSARRO, Antonio C. **Sistemas de Informações Para Tomada de Decisões**. São Paulo: Pioneira, 3 ed. 1999.
- DAFT, Richard L. **Organizações Teoria e Projetos**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1973.

PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 17 ed. 1989.

SHIMIZU, Tamio. **Decisão nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

RECEITAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO/PR: UM BREVE COMENTÁRIO

Elizabete Cristina Bueno, IC-Fecilcam, Ciências Econômicas, Fecilcam, bel_ecb@hotmail.com

Ms. Rosangela Maria Pontili (OR), Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br

Introdução

Nos primórdios do pensamento econômico, os teóricos clássicos como Adam Smith e David Ricardo, não tinham como característica em seus estudos, a participação do governo em um papel de investidor na economia. Para os clássicos, essa participação se daria apenas no provimento de serviços básicos à população, como saúde, educação, transporte e demais serviços de primeira necessidade (BRUE, 2006).

A presença ativa do governo na economia, como um agente investidor, é recente e foi viabilizada através das teorias de John Maynard Keynes, como solução para a Grande Depressão da década de 1930, em decorrência de discussões sobre como estimular a atividade econômica. Segundo Keynes, o governo poderia assumir o papel de investidor direto na economia, promovendo obras públicas que contribuiriam com a geração de empregos e com o conseqüente crescimento econômico (HEILBRONER, 1992).

Mas, para proporcionar esse crescimento, as autarquias governamentais responsáveis pela oferta dos bens públicos devem buscar alguma forma de receita, a fim de tornar possível a realização de suas atividades. A principal forma de arrecadação governamental advém dos impostos. De acordo com Rossetti (1992), existem impostos diretos e indiretos que geram receitas exclusivas para determinada autarquia do governo, ou que são distribuídos, de forma proporcional, entre Governo Federal, Estados e Municípios.

Assim, o objetivo do presente trabalho é verificar as receitas públicas de Campo Mourão, fazendo um levantamento dos principais montantes arrecadados pelo município e do valor total de receitas corrente e de capital.

Dado que o Estado participa de uma economia, sua atuação pode interferir em variáveis fundamentais, como taxa de inflação, índices de pobreza e níveis de emprego (ROSSETI, 1992). Sendo assim, faz-se necessário o acompanhamento dessa atuação, o que justifica a realização de estudos como este.

Materiais e Métodos

Este trabalho fará uma análise estatística descritiva das receitas arrecadadas pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão e, para isso, fará uso do método dedutivo que “Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem decrescente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão” (SILVA, 2001, p. 25).

A fonte de dados a ser utilizada é de natureza secundária e refere-se ao Caderno Estatístico do Município de Campo Mourão, que é elaborado e divulgado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

Análises e Discussões

Conforme pode ser visto na tabela 1, no ano de 2006, a Prefeitura Municipal de Campo Mourão teve uma receita total de R\$ 81.742.217,72, a qual foi formada por receitas correntes e de capital. A tabela 1 mostra, ainda, que as receitas correntes correspondem ao maior montante arrecadado, superior a R\$ 85 bilhões. O total de receitas é inferior ao valor das receitas correntes, em função de uma dedução de, aproximadamente, R\$ 4 bilhões, que se refere à contribuição para a formação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. Vale ressaltar que, segundo a Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, bem como o Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997, o FUNDEF consiste em um fundo contábil que subvincula uma parcela dos recursos disponíveis nas três esferas de governo para o Ensino Fundamental. Sendo assim, parte dos recursos arrecadados por um município deve ser, obrigatoriamente, investido em educação. Uma vez que o referido valor não pode ser utilizado em despesas diversas do município, ele entra como uma dedução no total de receitas. As receitas de capital correspondem a uma pequena parcela do total de receitas, pouco superior a R\$ 1 bilhão.

Tabela 1: Receitas municipais de Campo Mourão, segundo as categorias - 2006

CATEGORIAS	VALOR (R\$ 1,00)
Receitas correntes	85.161.142,09
Receitas de capital	1.052.775,84
Deduções da receita corrente	4.471.700,21
TOTAL	81.742.217,72

FONTE: IparDES

NOTA: Total das receitas municipais – é a soma das receitas correntes e de capital, menos as deduções (são as receitas de contribuição para a formação do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF).

A tabela 2 mostra como são subdivididas as receitas correntes do município. Vê-se que, dentro das receitas correntes, há diversas categorias de arrecadação e a principal diz respeito às transferências correntes, que correspondem a aproximadamente 72,38% do total. A segunda maior arrecadação pertence às receitas tributárias, que é formada pelos impostos e pelas taxas, que somam aproximadamente 14,88% do total das receitas correntes.

Tabela 2: Receitas correntes de Campo Mourão, segundo as categorias - 2006

CATEGORIAS	VALOR (R\$ 1,00)
Receita de contribuições	5.405.229,34
Receita de serviços	425.577,019
Receita patrimonial	2.133.213,15
Receita tributária	12.674.486,46
Receita de transferências correntes	61.643.573,58
Outras receitas correntes	2.879.062,37
TOTAL	85.161.142,09

FONTE: IparDES

A tabela 3 apresenta a formação das receitas de capital, na qual a principal categoria é a de transferências de capital, que corresponde a aproximadamente 86,91% de toda a arrecadação com esse tipo de receita. Em seguida, têm-se as operações de crédito, que se aproximam de 9,5% do total.

Tabela 3: Receitas de capital de Campo Mourão, segundo as categorias - 2006

CATEGORIAS	VALOR (R\$ 1,00)
Operações de crédito - total	100.000,00
Transferências de capital	915.000,00
Outras receitas de capital	37.775,84
TOTAL	1.052.775,84

FONTE: IparDES

Considerações parciais

O presente trabalho referiu-se a uma pequena parcela, de um conjunto maior, no qual se pretende conhecer, estudar e interpretar os montantes arrecadados pelo município de Campo Mourão. Percebeu-se, a princípio, que o município tem nas transferências correntes sua maior forma de arrecadação, correspondendo a mais da metade de toda a arrecadação com as receitas correntes, que é o conjunto das receitas tributárias, patrimonial, industrial. Sendo assim, pode-se dizer que Campo Mourão depende muito do Estado e da União. Esta dependência poderia ser diminuída mediante investimentos em infra-estrutura capaz de atrair empresas, que gerassem empregos e divisas para o município. Para tanto, seria necessário conhecer a capacidade de investimento do município e fazer um planejamento de médio e longo prazo.

Referências

- IPARDES. **Caderno estatístico do município de Campo Mourão**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/montapdf.php?municipio>. Acesso em: 28 ago. 2008.
- HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 6. ed., 1992.
- SILVA, E. L. da. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 3. ed., 2001.
- ROSSETI, J. P. **Contabilidade Social**. São Paulo: Atlas, 1992, 7. ed., p. 103-110.
- BRUE, S. T. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson, 2006.

A RELAÇÃO ENTRE NÍVEL DE ESCOLARIDADE E RENDA OBTIDA NO MERCADO DE TRABALHO DE CAMPO MOURÃO

Ms. Rosângela Maria Pontili¹, TIDE, Ciências Econômicas, Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br
Dr. Janete Leige Lopes (Co-autora), Ciências Econômicas, Fecilcam, j_llopes@yahoo.com.br

Introdução

O mercado de trabalho é tido como uma instituição fundamental da economia capitalista, uma vez que no mesmo é determinada a oferta e demanda por mão-de-obra, assim como a taxa de salário, a taxa de desemprego e outros indicadores comumente utilizados por pesquisadores, políticos e a população em geral (CHAHAD, 2002). As análises a cerca deste mercado podem assumir diversas vertentes, sendo que uma delas diz respeito à relação existente entre nível de escolaridade e nível de renda dos trabalhadores.

Com relação ao nível de escolaridade, cabe ressaltar que estudos sobre este assunto levam em conta a “Teoria do Capital Humano”, que tem como precursores Schultz (1973) e Becker (1993), os quais definem investimentos em capital humano como as atividades que afetam o bem-estar e a renda futura das pessoas. Além do mais, o termo capital humano é assim definido por ser parte do homem e, ao mesmo tempo, por representar uma fonte de satisfações ou rendimentos futuros.

No Brasil, diversos trabalhos, como Barros e Ramos (1992), afirmam que existe uma relação direta entre o nível de escolaridade e a renda dos indivíduos. No trabalho desenvolvido por Machado, Oliveira e Antigo (2007) comprovou-se que o nível de instrução explica a variação dos rendimentos dos trabalhadores, nos setores formal e informal da economia brasileira. Nascimento, Pontili e Lopes (2008), por sua vez, mostraram que o número de anos de estudo afeta positivamente o logaritmo do rendimento dos trabalhadores da região Sul e, de modo especial, dos trabalhadores paranaenses.

Dado o acima exposto, a presente pesquisa propôs-se em verificar a relação entre nível de escolaridade e renda obtida no mercado de trabalho de Campo Mourão/PR.

Metodologia e dados

Para alcançar o objetivo proposto fez-se uso do modelo de regressão linear múltipla. Como banco de dados utilizou-se o Censo Demográfico do ano 2000, do qual foi selecionada somente a população trabalhadora de Campo Mourão, com idade igual ou superior a 18 anos. Com isso, obteve-se uma amostra de 3.074 indivíduos que, ponderada pelo fator de expansão da amostra do Censo Demográfico, representa uma população de 30.516 pessoas.

Resultados e discussões

De acordo com o Censo Demográfico, em 2000, Campo Mourão tinha uma população de 80.169 habitantes, dos quais 64.450 referiam-se a população em idade ativa (PIA), ou seja, o total da população com 10 anos ou mais de idade, a qual é considerada apta ao trabalho. A população economicamente ativa (PEA) é um subconjunto da PIA e resulta da soma de todos os indivíduos empregados e desempregados, em determinado período de tempo. Neste caso, a PEA de Campo Mourão totalizava 38.566 habitantes. Destes, 28,87% possuíam de nove a onze anos de estudo, o que significa dizer que estavam com o ensino médio completo ou em andamento, ao passo que 27,11% tinham entre 4 e 8 anos de estudo. Tem-se, ainda, que 23,2% tinham de um a quatro anos de estudo e 15,12% disseram possuir mais de 11 anos de escolaridade. A parcela da PEA sem instrução era de 5,69%.

Descontando-se da PEA os indivíduos que estavam desempregados têm-se a população ocupada (PO) que era representada por 32.070 pessoas no ano 2000. Com relação a renda destes trabalhadores, 31,8% ganhavam mais que três salários mínimos, enquanto 30,18% possuíam renda entre um e dois salários mínimos. Além do mais, 21,48% recebiam até um salário mínimo, ao passo que 12,8% ganhavam entre dois e três salários mínimos. Tem-se, ainda, que 3,75% declararam não receber renda alguma, pois eram pessoas que produziam para o próprio consumo ou construíam para o próprio uso.

Com base nas informações sobre a PO de Campo Mourão é possível traçar uma relação entre renda e escolaridade. A equação abaixo mostra os resultados do modelo econométrico tendo-se o logaritmo da renda obtida no mercado de trabalho como variável dependente. Os valores identificados ao lado de cada variável explicativa referem-se aos coeficientes estimados e o valor do teste *t-student* encontra-se abaixo, entre parênteses. Vale ressaltar que todos os resultados foram significativos ao nível de 1% e a variável binária identificando as pessoas sem instrução foi excluída da regressão, para fins de comparação.

$$\log_salário = 3,63 + 0,02.idade + 0,86.um_quatro + 1,25.cin_oito + 1,46.nove_onze + 2,08.maior_onze$$

(25,13) (10,09) (7,84) (10,93) (12,70) (18,01)

Teste F = 91,63 (significativo a 1%)

R² = 0,13

O gráfico 1 foi elaborado a partir dos resultados apresentados na equação, colocando-se a idade no eixo horizontal e o logaritmo da renda no eixo vertical, sendo que a inclinação das linhas confirma a relação positiva entre idade e nível de renda.

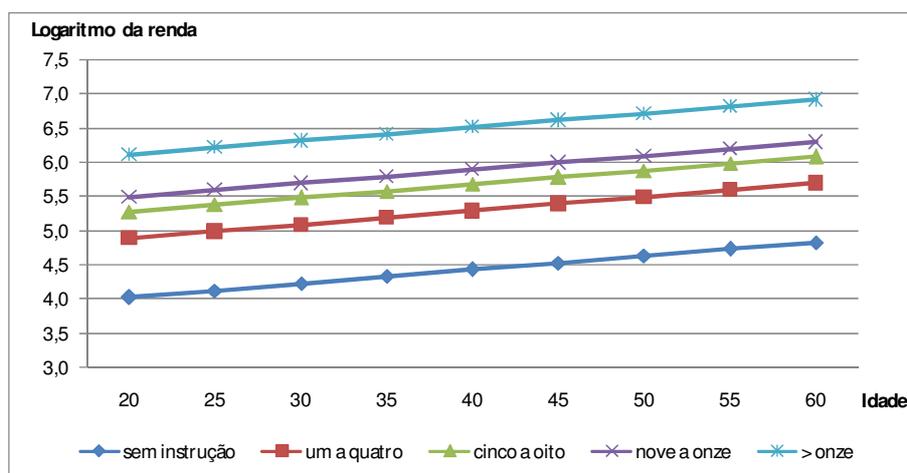


Gráfico 1: A relação entre renda e escolaridade da população ocupada de Campo Mourão.
Fonte: Resultados da pesquisa.

As diferenças de renda, a partir de mudanças no nível de escolaridade, podem ser observadas pelo deslocamento da reta. Vê-se que, independente da idade, as pessoas sem instrução sempre recebem a menor renda, ao passo que as pessoas com mais de onze anos de estudo sempre têm os maiores salários. Tomando-se a idade de 35 anos como exemplo, a diferença de renda entre os não instruídos e os que têm de um a quatro anos de estudo é de 16,53%. Estes últimos recebem um salário 7,5% inferior ao daqueles com cinco a oito anos de estudo. Aumentar ainda mais a escolaridade, chegando-se a ter entre nove e onze anos de estudo leva a uma elevação de 4% na renda. Finalmente, quando a escolaridade eleva-se para mais de onze anos de estudo, os níveis de rendimento aumentam em 11,9%. Ressalta-se, ainda, que o diferencial de renda entre aqueles que cursam ou já concluíram o ensino superior e aqueles que nunca estudaram é de 40%.

Considerações finais

Os resultados apresentados neste trabalho mostraram que, assim como já foi comprovado em pesquisas realizadas para o Brasil, região Sul e Paraná, investimentos em capital humano conduzem a elevações no nível de rendimento e, conseqüentemente, no nível de bem-estar das pessoas. Viu-se, ainda, que os aumentos da renda são maiores quando se analisa os estratos contidos nos níveis de escolaridade extremos. Em vista disso, políticas públicas que contribuam para eliminar o nível de analfabetismo ou aumentar a oportunidade de ingresso no ensino superior seriam de fundamental importância, uma vez que contribuiriam para elevar a renda da população ocupada de Campo Mourão.

Notas

¹ Membro do Grupo de Pesquisa “Estudos Regionais: geo-histórico, sócio-cultural, econômico, educacional e ambiental”, estando inserido(a) na linha de pesquisa “Gestão dos recursos ambientais, trabalho e sociedade”.

Referências

- BARROS, R.P. de; RAMOS L. **A note on the temporal evolution of the relationship between wages and education among brazilian prime-age males: 1976-1989**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. 32p. (Texto para discussão, 279)
- BECKER, G.S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education**. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. 390p.
- CHAHAD, J. P. Z. Mercado de Trabalho: conceitos Definições e Funcionamento. In.: GREMAUD, A. P. et al. **Manual de Economia Elaborado por Professores da Usp**. São Paulo: Saraiva, 3. ed., 1999, p. 403-435.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: microdados: Paraná. 1 CD-ROM.
- MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C. de; ANTIGO, M. Evolução recente do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil (1999 a 2005): evidências a partir de regressões quantílicas. In: IPEA. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007.

NASCIMENTO, V. T. do; PONTILI, R. M.; LOPES, J. L.. Um estudo comparativo dos fatores que influenciam a renda do trabalho nos Estados da região Sul do Brasil, PR. In: Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 7., 2008, Cascavel. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2008. 1 CD-ROM.
SCHULTZ, T.W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Trad. de M.A. de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250p.

AS CONSEQUÊNCIAS NA RENDA E NO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA INSERÇÃO PRECOCE NO MERCADO DE TRABALHO DA POPULAÇÃO TRABALHADORA PARANAENSE

Ms. Rosangela Maria Pontili, Grupo de Pesquisa¹, Ciências Econômicas, Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br
Edicléia L. da Cruz Souza (Co-autora), Grupo de Pesquisa¹, Ciências Econômicas, Fecilcam, edycleya@yahoo.com.br

Introdução

O trabalho exercido por crianças e adolescentes não é um problema típico da realidade atual. Ao contrário, a exploração da mão-de-obra infantil esteve presente nas sociedades desde a Revolução Industrial e, até mesmo antes dela. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2007), de todas as crianças existentes no mundo, mais de 200 milhões na idade entre 5 e 17 anos são trabalhadoras. No Brasil, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que ainda existem mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 17 anos, exercendo alguma atividade laboral. No estado do Paraná, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2005, o número de crianças e adolescentes trabalhadores entre 10 e 17 anos é maior do que 333 mil.

Sabendo que a criança e o adolescente, por estarem em fase de desenvolvimento sofrem influência do meio e das condições em que vive, existe uma preocupação mundial com relação aos efeitos nocivos do trabalho precoce e seus reflexos sobre a renda e o nível de escolaridade do indivíduo. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar a influência que o trabalho infantil exerce sobre a renda e o nível de escolaridade dos trabalhadores, hoje adultos, da área urbana e rural do estado do Paraná.

Metodologia e dados

Como não é possível fazer o acompanhamento de uma criança que começa a trabalhar até chegar à fase adulta, para verificar os efeitos do trabalho precoce, realizou-se a análise a partir de dados obtidos da PNAD/2005, a qual contém informações sobre a idade em que o indivíduo começou a trabalhar. Além do mais, a pesquisa utilizou o modelo econométrico de Regressão Linear Múltipla. Utilizando-se o pacote estatístico *Sas for Windows V8* foram selecionadas as pessoas, com idade entre 18 e 60 anos, que declararam estar trabalhando na semana de referência da PNAD, identificando o número de anos de estudo completo, a idade com que se inseriram no mercado de trabalho, entre outras características. Cabe ressaltar que os resultados foram expandidos para o total da população paranaense.

Resultados e discussões

Para verificar, de forma mais detalhada, a influência da idade em que a pessoa começou a trabalhar sobre o rendimento da mesma em sua fase adulta, montou-se uma equação completa com todos os coeficientes das análises de regressão multiplicados pelo valor médio da variável de interesse, encontrado assim o valor da constante. Através de todas as equações finais foram elaboradas as figuras abaixo.

Na Figura 1 pode-se observar que a inclinação da reta mostra que, quanto maior a idade atual da pessoa, maior a renda obtida por ela no mercado de trabalho. Percebe-se que para todas as idades as pessoas que ingressaram no trabalho com menos de 9 anos de idade, tem a média de rendimentos menor, comparado à aquelas que ingressaram depois dos 18 anos. Observa-se que conforme a idade que a pessoa começou a trabalhar aumenta, o mesmo ocorre com a renda por ela recebida. E esta situação é representada pelo deslocamento da reta sempre para cima, em todos os intervalos de idade.

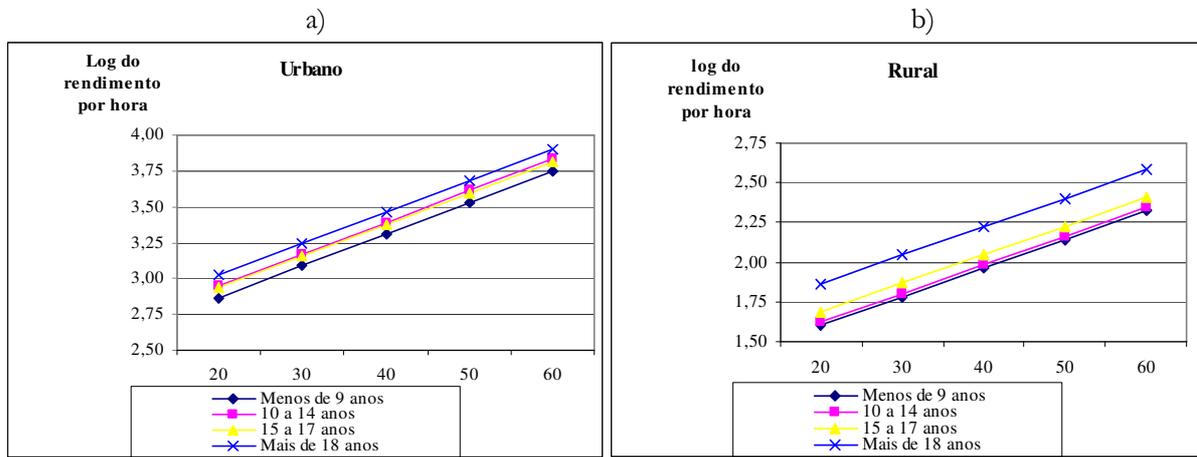


Figura 1: Influência da idade em que se começou a trabalhar no logaritmo do rendimento por hora da população trabalhadora do Paraná-2005. (Fonte: Resultado da pesquisa/2007).

Na Figura 2, a inclinação da reta confirma que quanto mais velho o trabalhador, menos anos de estudo ele tem. O deslocamento para cima da reta, mostra que conforme a idade de inserção no trabalho aumenta, os anos de escolaridade aumentam também. Observa-se que há uma diferença muito grande entre os anos de estudo obtidos por um trabalhador da área rural comparado a um da área urbana. Os trabalhadores que estão com 40 anos e que começaram a trabalhar com menos de nove anos de idade, têm aproximadamente 7 anos de estudo, enquanto os de mesma idade mas que ingressaram no trabalho com mais de dezoito anos tem cerca de 10 anos de estudo. Observando o deslocamento da reta, da área rural, um trabalhador que está com 40 anos, tendo ele começado a trabalhar com menos de 9 anos, possui 4 anos de estudo. Para aqueles também com 40 anos e que começaram a trabalhar com mais de 18 anos, o número de anos de estudo aproxima-se de 7 anos. Em percentuais, as pessoas que ingressaram mais jovem no trabalho têm cerca de 42,8% a menos de anos de escolaridade se comparadas às ingressantes com maior idade.

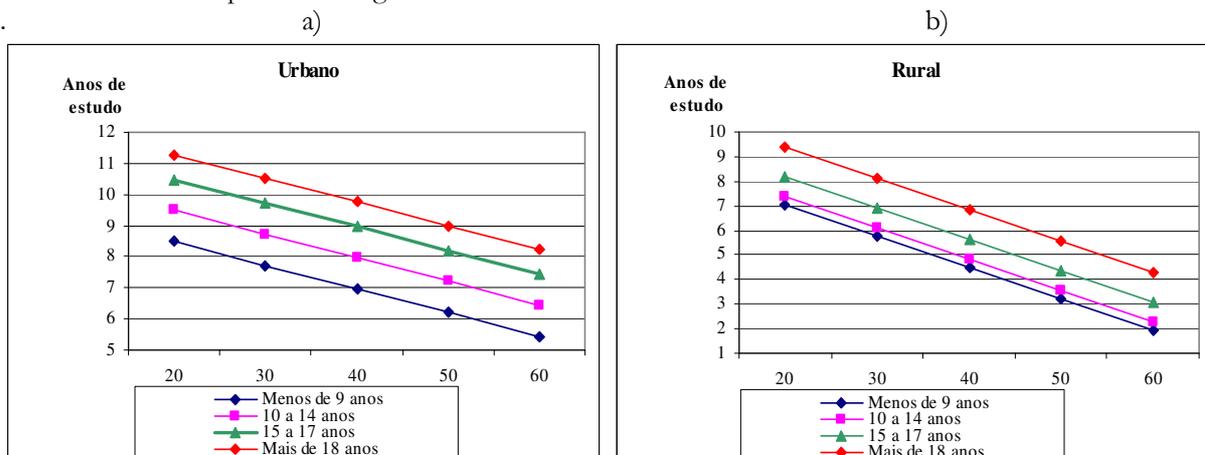


Figura 2: Influência da idade em que se começou a trabalhar no número de anos de estudo da população trabalhadora do Paraná-2005 (Fonte: Resultado da pesquisa/2007).

Considerações finais

As estimativas encontradas foram estatisticamente significativas, e, em sua maioria apresentaram os sinais esperados. Assim, de um modo geral, conclui-se que quanto mais nova a pessoa começou a trabalhar, menor é a sua renda, quando a mesma chega à fase adulta. Os resultados obtidos além de comprovar as hipóteses do modelo, as quais defendem que trabalho precoce afeta negativamente o nível de escolaridade e rendimentos futuro de um indivíduo, confirma os resultados de estudos realizados por Kassouf (2000.), que ao analisar a população trabalhadora infantil brasileira, e os adultos que foram ingressados no mercado de trabalho precocemente, relata o impacto negativo que o trabalho infantil exerce sobre estes indivíduos.

Vale aqui ressaltar o efeito do trabalho infantil sobre a escolaridade. É sabido que o investimento em capital humano afeta positivamente o nível sócio-econômico das pessoas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um país [(Behrman & Wolfe 1984); (Kassouf, 2001)]. Sendo assim, o efeito negativo do trabalho infantil não ocorre de forma individual, mas se propaga para toda sociedade, diminuindo a capacidade de o país crescer e desenvolver-se economicamente.

Entre as recomendações de políticas públicas merecem destaque aquelas voltadas para o acesso e manutenção das crianças oriundas das zonas rurais paranaenses na escola. Assim, ser-lhes-ia garantido um

elevado, ou pelo menos, um nível de educação suficientemente capaz de proporcionar-lhes um futuro melhor. Deixar de perceber os abusos sofridos pelos precoces trabalhadores, além de empobrecer, acaba destruindo o capital humano necessário ao crescimento futuro de uma economia. Eliminar o trabalho infantil é garantir o futuro de uma geração, é promover um crescimento sustentável para o adulto de amanhã, que colherá os benefícios dos investimentos hoje.

Notas

¹ Membro do Grupo de Pesquisa “Estudos Regionais: geo-histórico, sócio-cultural, econômico, educacional e ambiental”, estando inserida na linha de pesquisa “Gestão dos recursos ambientais, trabalho e sociedade”.

Referências Bibliográficas

BEHRMAN, J.R.; WOLFE, B.L. The socioeconomic impact of schooling in a developing country. *The Review of Economics and Statistics*, v.66, n.2, p.296-303, May 1984

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): microdados (compact disc). Rio de Janeiro, 2005.

KASSOUF, A. L. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos. 2000. 14 p. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2007.

KASSOUF, A.L. Accounting for education, experience and health as investments in human capital. In: GUILHOTO, J.J.M.; HEWINGS, G.J.D. (Org.). *Structure and structural change in the brazilian economy: the political economy of Latin America*. Burlington: Ashgate Publishing Limited, 2001. p.219-246.

OIT BRASIL. Organização internacional do trabalho. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 15 jun.2007.

LEVANTAMENTO DAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, COM ÊNFASE NA DINÂMICA DOS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Profª Dra. Janete Leige Lopes, TIDE, Ciências Econômicas, Fecilcam, j_llopes@yahoo.com.br
Profª Ms. Rosângela Maria Pontili (Co-autora), Fecilcam, rpontili@yahoo.com.br

Introdução

O grande desafio para os governos municipais comprometidos com a melhoria das condições de vida da população é o de garantir a construção de políticas de desenvolvimento que possam articular projetos locais com o projeto global.

Infelizmente as ações do poder público municipal, não têm sido, nos últimos tempos, capazes de reduzir os desequilíbrios locais existentes. Não têm sido capazes também, de atender a exigência cada vez maior de qualificação do trabalho, a partir de novas técnicas de gerenciamento, reestruturação produtiva e inovações tecnológicas nos vários ramos de produção.

No Brasil, a partir da década de 1970, o processo de mudança da estrutura agrícola, a qual se tornou mais moderna, somado ao rápido desenvolvimento de um setor industrial dinâmico, acabou por surtir efeitos, até certo ponto, contrastantes. Isto porque, ao mesmo tempo em que a indústria demonstra seu dinamismo este não resulta em reais melhorias no nível de vida da população. O desenvolvimento do setor industrial deixou evidente, principalmente na década de 1990, o alargamento das desigualdades intra-regionais, no Brasil. Segundo Verri e Gualda (2000), houve um agravamento das disparidades de renda e de padrões de vida entre países, regiões e pessoas.

O que se conclui é que as estratégias de ação econômica precisam contemplar a dinamização, o fortalecimento e a integração do espaço e dos setores das economias regionais, no sentido de reorientar o desenvolvimento urbano, consolidar e conservar a infra-estrutura econômica, ampliar e melhorar a oferta de serviços sociais, alterar as estruturas rurais, atuando assim direta e indiretamente sobre o emprego e a renda locais (NOGUEIRA, 1999).

O desenvolvimento local passa, portanto, pela dinamização dos diversos setores econômicos dos municípios, levando ao fortalecimento da economia. A redução da estagnação ou a ampliação da dinamicidade dos municípios dependem de esforços no sentido de se detectar potencialidades que possam dar novos estímulos aos setores primário e industrial e, por sua vez ao comércio e serviços, visando à circulação da moeda e de bens.

Tendo em vista o acima exposto, o objetivo desse estudo é fazer uma análise estatística descritiva das Características sócio-econômicas do Município de Campo Mourão, com ênfase na dinâmica dos setores de atividade econômica.

Materiais e procedimentos metodológicos

A metodologia da presente pesquisa basear-se-á na inferência estatística, a qual “baseando-se em resultados obtidos da análise de uma amostra da população, procura inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada” (MARTINS e DONAIRE, 1988, p. 18). Para tanto, este estudo fará uso dos dados já pesquisados e divulgados por órgãos governamentais e não-governamentais. Alguns órgãos a serem objeto de pesquisa são: Censo Demográfico 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Analises e discussões

Segundo o Censo Demográfico, a população total de Campo Mourão é de 80.476 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 28,88% com idade entre 0 e 14 anos, 5,87% é composta por adolescentes com idade de 15 a 17 anos, 12,71% são compostas por pessoas com idade entre 18 e 24 anos, 30,935 da população total é composta por adultos com idade entre 25 e 44 e 21,60% restantes são as pessoas que tem idade acima de 45 anos.

Do total da população, 32.070 pessoas estão inseridas em algum ramo de atividade econômica. Observa-se pela Tabela 1 que o maior número de trabalhadores estão inseridos no setor de serviços (12,613 pessoas), seguidos pela agricultura (8.508 pessoas). Este cenário deixa claro que nossa região ainda é uma região agrícola e que, portanto, precisa envidar esforço no sentido de fomentar seu setor industrial, pois este é um dos propulsores do desenvolvimento regional.

Tabela 1: Distribuição dos setores de atividade para o total da população ocupada

Atividades	Total	%
Agricultura	3563,18	11,11
Comércio	8508,34	26,53
Construção civil	2452,95	7,65
Indústria extrativista	36,58	0,11
Indústria de transformação	3080,47	9,61
Outras atividade	1814,90	5,66
Serviços	12613,74	39,33
Totais	32070,17	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2000

Pode-se também verificar, através do gráfico 1, abaixo, como se distribui o pessoal ocupado segundo o sexo e os setores de atividade econômica.

Gráfico 1: Distribuição do pessoal ocupado, por sexo e setores de atividade econômica.



Fonte: Censo Demográfico 2000

Como se observa, a participação masculina é superior a participação feminina em todos os setores, exceto no setor de serviços. O setor serviços foi o setor que registrou maior participação da mão-de-obra feminina, seguida da indústria de transformação e do comércio. No setor de serviços o percentual de participação da mulher é de 62,36% contra uma participação masculina de 37,64%. Segundo Carloto (2002) muitos guetos ocupacionais se expandiram apesar da crise econômica dos anos 1980 e da abertura comercial nos anos de 1990, como foi o caso da prestação de serviços, setor onde se encontram alguns empregos de mais baixo prestígio e remuneração. Para Lobo (1991) um dos aspectos que justificou a concentração do trabalho feminino no setor terciário foram os critérios que determinam a divisão sexual das ocupações, nesse caso, remetem tanto ao nível das representações simbólicas que identificam as mulheres com os serviços sociais, tais como, educação, saúde e assistência social.

Com relação à participação do pessoal ocupado, segundo o sexo e a situação desses trabalhadores, pode-se observar, de acordo com a tabela 2, que o percentual de trabalhadores do sexo masculino, inseridos, tanto no mercado de trabalho formal quanto informal, é inferior aos o sexo feminino somente na indústria de transformação e no setor de serviços.

Tabela 2: Distribuição do pessoal ocupado segundo o sexo e a situação

Atividades	FORMAL		INFORMAL	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Agricultura	2,95	4,43	13,99	17,58
Comércio	25,23	18,68	36,74	23,00
Construção civil	1,64	0,38	5,91	17,77
Indústria transformação	9,97	8,41	0,30	0,08
Indústria extrativa	0,00	0,00	13,55	6,46
outras atividades	2,98	1,12	7,78	8,31
serviços	57,24	66,98	21,72	26,81
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2000

Considerações finais

Utilizando os dados do Censo Demográfico (2000), este estudo teve como objetivo fazer uma análise estatística descritiva das características sócio-econômicas do Município de Campo Mourão, com ênfase na dinâmica dos setores de atividade econômica. Ressalta-se, que a maioria dos postos de trabalho são ocupados pelos homens. Somente no setor de serviços é que se verificou predominância da participação feminina. Notou-se também que existe um grande percentual de trabalhadores no mercado informal

Sendo assim espera-se, que este levantamento sobre a dinâmica dos setores de atividade do município, possa se constituir num importante guia de negócios e de pesquisas a todos os interessados, à medida que levantará informações sobre a participação destes setores na economia mourãoense, bem como sobre sua contribuição no desenvolvimento social e econômico do município. Estudar sua realidade sócio-econômica constitui um passo necessário e fundamental para a implementação de políticas inovadoras e exitosas, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Referências

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: Informação preliminares. Rio de Janeiro, 2000.
- MARTINS e DONAIRE, **Princípios de Estatística**, São Paulo, Atlas:1988, 255p.
- VERRI, E. J.; GUALDA, N. L. P. Desenvolvimento industrial e concentração espacial: uma breve discussão sobre a situação recente do Estado do Paraná. In: GARCIA, M. de F. (ORG.) **Tecnologia e trabalho no capitalismo em mudança**. Maringá; Textual, 2000. p. 183-207.
- LOBO, E. S. **A Classe Operária tem dois sexos**, São Paulo. Brasiliense:São Paulo, 1991
- CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho. Serviço Social em Revista, vol. 4. n. 2 jan-jun/2002.

O FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DE CASO DO FUNDEF NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO NO PERÍODO DE 1998 A 2004

Reinaldo Lourenço Ribeiro, TCC-Fecilcam, Ciências Econômicas, Fecilcam, riba_r@hotmail.com
Me. Ricardina Dias (OR), Fecilcam, ricardina_dias@yahoo.com.br

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar o financiamento do ensino fundamental por meio do Fundef no Município de Campo Mourão no período de 1998 a 2004. Neste estudo de caso, utilizou-se a abordagem descritivo-qualitativa. Os dados preliminares referentes a Receitas e Despesas do Fundef foram obtidos por meio dos relatórios da execução orçamentária da Secretaria Municipal da Fazenda; as informações de matrículas do Censo Escolar. Os resultados preliminares apontam para uma evolução significativa nas Receitas e Despesas Totais do Fundo, na evolução do nº de matrículas e na aplicação de recursos por aluno superiores ao mínimo previsto.

No mundo globalizado, as barreiras geográficas, foram vencidas pelo avanço das tecnologias e ferramentas que facilitaram ao homem acesso a informação, a busca pelo conhecimento e objetivo maior, o

domínio das técnicas de produção que viria proporcionar o aumento da produtividade e competitividade entre as nações.

Sendo assim, nas economias em desenvolvimento, a educação tem papel fundamental, pois está diretamente ligada a formação do indivíduo para exercício da cidadania e interação com o mundo moderno.

A importância da educação da população brasileira é fundamental para a continuidade e sustentabilidade do desenvolvimento sócio-econômico, por meio da expansão do processo educacional à população para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza.

“... É evidente que o impacto da expansão educacional ultrapassa as dimensões referentes à igualdade e ao crescimento econômico. Antes de mais nada trata-se de um imperativo universal para a garantia da cidadania. Além disso, temos, por exemplo, que a educação induz a relevantes impactos diretos sobre o crescimento populacional, o ambiente familiar e a participação política. Por meio desses canais, a educação pode, também, aumentar a eficiência econômica, reduzir a pobreza e facilitar a mobilidade social”. (BARROS E MENDONÇA, p.1 2002).

A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 211 que “... A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.” Destaca em seus parágrafos seguintes que cabe à União a organização e o financiamento dos sistema federal de ensino, prestando assistência técnica e financeira aos demais entes da federação. Aos municípios cabe prioritariamente a organização e financiamento do ensino fundamental e pré-escolar.

A Educação considerada bem semipúblico é oferecida pelo Estado com o objetivo de atender as necessidades coletivas e para isso, sendo necessário o provisionamento de recursos. Desta forma, com a alocação dos tributos, o governo elabora a programação orçamentária disponibilizando aos níveis de Governo Estadual e Municipal, os recursos correspondentes aos serviços inerentes as suas competências enquanto prestadores de serviços. (GIAMBIAGI E ALÉM, 2001 p.32 e 33).

Resultados Preliminares

O Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996 e regulamentada pela Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997 e passou a ser implantado em janeiro de 1998. Trata-se de um mecanismo destinado a financiar o ensino fundamental, inovando ao alterar a estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries do antigo 1º grau), vinculando uma parcela dos recursos a esse nível de ensino, além de introduzir novos critérios de distribuição e utilização dos recursos correspondentes, promovendo a partilha de recursos entre Estado e os Municípios de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino. Dessa forma, tem por objetivo corrigir a distribuição dos recursos entre as diversas regiões do País. Promove ainda o envolvimento da sociedade civil por meio dos conselhos do Fundef nos municípios.

A aplicação dos recursos é realizada por meio da destinação de 15% dos recursos resultantes da receita de impostos e transferências para a educação, sendo que destes, no mínimo 60% são destinados à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no ensino fundamental público e o restante (40%) para despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma prevista na Lei nº 9.394/96.

Cada Estado possui um valor por aluno/ano, calculado com base na previsão da receita do FUNDEF e no número de alunos do Ensino Fundamental (regular e especial) da rede pública Estadual e Municipal no ano anterior.

Em Campo Mourão, município pólo da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense que possuía uma população de 80.476.(IBGE, 2000.). Os resultados parciais desta pesquisa demonstram que em 1998 a rede pública municipal contava com 26 escolas e 5.670 alunos. Em 2004 o número de escolas era 22 estabelecimentos, ocorrendo reformas e ampliação do nº de salas de aulas e atendeu a 7.058 alunos.

Em relação a evolução das Receitas e Despesas Totais do Fundef, em 1998 eram de 3,28 milhões, passando a 7,2 milhões de reais no ano de 2004, com um incremento de 68% totalizando 35,06 milhões de reais, no período 1998 a 2004.

Em 1998, foram aplicados 1,68 milhões na remuneração de profissionais do magistério, enquanto em 2004 essa aplicação foi de 4,91 milhões, totalizando no período 20,73 milhões.

No que se refere ao valor e a evolução do gasto/aluno tem-se que no ano de 1998 o valor mínimo para o Estado era de R\$ 300,00, neste ano o município aplicou R\$ 578,58, um acréscimo de 51,85%. Em 2004 o valor previsto era de R\$ 537,71 e o município aplicou R\$ 1.030,88 por aluno, apresentando um incremento de 52,16%.

Considerações Finais

A partir dos dados preliminares pode-se constatar que a descentralização dos recursos por meio do Fundef, permitiu melhorar a programação orçamentária e financeira dos recursos da Educação no município, uma vez que a exigência legal vem assegurar os recursos previstos, destinação específica para manutenção e desenvolvimento do ensino, remuneração e qualificação dos profissionais do magistério, bem como um valor mínimo em relação ao gasto/aluno.

Percebe-se no período o incremento das Receitas e conseqüente incremento na aplicação dos recursos. Na análise do número de escolas observou-se o fechamento de 4 estabelecimentos de ensino e o incremento de 24% no número de alunos. Em relação à remuneração dos profissionais do magistério no período constatou-se um incremento de 34,21%. No que se refere ao comportamento do gasto por aluno o município desde o início do Fundef aplicou recursos superiores ao mínimo previsto.

Espera-se com o final da pesquisa, apresentar a política de financiamento do Ensino Fundamental por meio do Fundef e sua contribuição para a Educação no Município de Campo Mourão no período de 1998 a 2004.

Referências Bibliográficas

(BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: Educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**, Texto para discussão 857. Rio de Janeiro: IPEA, 2002

BRASIL. **Constituição do Brasil**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394. **Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14. **Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério**. Brasília. Set. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.424. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**. Brasília, 24 dez. 1996.

FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO. **Manual de Orientação**. Ministério da Educação. Brasília. maio. 2003.

GIAMBIAGI FABIO, ALÉM CLAUDIA ANA, **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**, 2ª Ed. – Editora Campus Ltda, 2001.

IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - **Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm> 21:34min.

INTERNET VIA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

Emerson Luiz Sudbrack, IC-Unimeo, Sistemas de Informação, Unimeo/CTESOP, emerson1375@hotmail.com

Sandra Cardoso de Oliveira, IC-Unimeo, Sistema de Informação, Unimeo/CTESOP,

sandra_unimeo@hotmail.com

Esp. Simone Gonçalves (OR), Unimeo/CTESOP, simone@unimeo.com.br

Introdução

As tecnologias têm evoluído de forma rápida e, entre estas, destaca-se a Internet via rede de energia elétrica. Tal tecnologia visa à transmissão de dados através de cabos da rede elétrica utilizados em residências.

A finalidade deste trabalho é apresentar o fundamento da Internet via rede de energia elétrica, levando em consideração que a informática é um fator essencial no processo de disseminação de informações.

Será abordado neste, suas vantagens e desvantagens com intuito de descrever a implementação de uma tecnologia para a transmissão de dados através de cabos da rede de energia elétrica doméstica – como suporte e meio de integração destas soluções bem como seu funcionamento, modelos de adaptadores, tomadas, modem e outros equipamentos utilizados na sua instalação.

Visa também mostrar como é realizada a comunicação da rede externa de energia com a rede das residências e a instalação de computadores nessas redes.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo principal, demonstrar a internet transmitida através de cabos da rede de energia elétrica, bem como seu funcionamento, modelo de modem e de tomada elétrica utilizada na sua

instalação. Um breve relato de como será simples e fácil o acesso a Internet nesse novo sistema, apresentando suas vantagens e desvantagens.

Mostrará também sua evolução e os testes realizados no Brasil com a utilização dessa nova tecnologia.

Material e métodos

Em se tratando de um trabalho teórico, a metodologia adotada será a leitura e análise de dados bibliográficos através de *sites* especializados. O método se dará através de fichamento e comparação dos dados, buscando uma construção própria de abordagem para o tema.

Análise e Discussão

A rede elétrica é a única infra-estrutura que quase todas as unidades habitacionais possuem, sejam residenciais, comerciais, industriais ou rurais, isso facilitará e permitirá a utilização da instalação da rede elétrica como fonte principal para a conexão com a Internet, conectando-se através de uma simples tomada elétrica onde sua instalação fácil e rápida, possibilitará que aplicações sejam desenvolvidas em qualquer lugar, desde que haja uma rede de energia elétrica.

De acordo com LIMA (2008), essa nova tecnologia é através de ondas de sinais extraídos das redes de energia elétrica aonde estes sinais chegam até o modem PLC (*Power Line Communication* ou Comunicação por rede de energia) instalado no interior do estabelecimento, retransmitindo o sinal para o computador reduzindo custos e tornando-se mais viável aos usuários, pois o consumo de energia, neste caso, é muito baixo.

Esse tipo de internet já entrou em funcionamento na comunidade Européia em 2006 e a velocidade poderia alcançar até 200 *megabits* por segundo.

Segundo EMERSON (2007), no Brasil, a empresa CEMIG (Companhia Elétrica de Minas Gerais) desenvolveu testes em 40 pontos na cidade de Belo Horizonte e durante os testes houveram algumas reclamações no quesito instabilidade, o qual já foi resolvido, no entanto, teve um grande elogio no que diz respeito à taxa de *download* (Transferência). Em outras avaliações, a CEMIG divulgou um resultado de pesquisa feita com 35 usuários onde 63% dos usuários responderam que a qualidade de acesso é boa, 31% acharam que ela é ótima, apenas 3% responderam que era péssima e 3% também responderam que a qualidade de acesso é ruim.

Na visão de LIMA (2008), esse novo recurso ajudará na inclusão digital e na educação à distância de pessoas que moram em localidades afastadas, aonde não chega rede telefônica, nem tão pouco sinal de Internet, para uma conexão pelo modo convencional ou via *Wireless* (Rede sem fio).

LIMA (2008) também relata que alguns problemas como velocidade em aplicações que necessitam de tempos de resposta determinados, deverão ser revistos, bem como a captação de sinais de rádios, televisões e similares comprometendo os dados transmitidos pela rede.

Conclusão

Conclui-se que a Internet via rede de energia elétrica é uma tecnologia ainda em fase de laboratórios, mas que apesar de apresentar variabilidade nas taxas de transmissão, tornando sua utilização difícil em aplicações que necessitam tempos de resposta determinados, esse tipo de Internet ainda é viável por ser de fácil instalação, e beneficiaria os usuários pelo seu baixo custo, dando a todas camadas sociais o direito de acesso a esse grandioso veículo de informação.

Referências

EMERSON **Internet via rede elétrica pode virar realidade?** 05 abr. 2007. Disponível em: <http://cometa.wordpress.com/2007/04/05/internet-via-rede-eletrica-pode-virar-realidade/> . Acesso em: 27 abr. 2008.

LIMA, M. **Redes PLC**, 30 set. 2003. Disponível em: <http://www.abusar.org/plc3.html> Acesso em: 17 fev. 2008.

MONQUEIRO J. C. B. **Entendendo a Internet sob rede elétrica**, 15 mar. 2007. Disponível em: <http://www.guiadohardware.net/artigos/internet-rede-eletrica/>. Acesso em: 16 fev. 2008.

TORRES, G., **Que fim levou a Internet via rede elétrica?** Clube do Hardware, 3 dez. 2003. Disponível em: <http://www.clubedohardware.com.br/artigos/758> Acesso em 29 jun. 2008.